UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
UAE - INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

RAPHAELLA KARLA PORTES BESERRA

MULHERES E POLÍTICA DE MORADIAS POPULARES: o caso do Residencial Campo Alegre Módulo Ecológico, no setor Sul da cidade de Uberlândia, Minas Gerais

CATALÃO (GO)
2019

UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE GEOGRAFIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

[X] Dissertação [ ] Tese

2. Nome completo do autor

RAPHAELLA KARLA PORTES BESERRA

3. Título do trabalho

MULHERES E POLÍTICA DE MORADIAS POPULARES: o caso do Residencial Campo Alegre Módulo Ecológico, no setor Sul da cidade de Uberlândia, Minas Gerais

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [ ] NÃO[1]

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:
a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.
Casos de embargo:
- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.

Documento assinado eletronicamente por **Carmem Lúcia Costa**, **Orientadora**, em 23/09/2020, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **RAPHAELLA KARLA PORTES BESERRA**, **Discente**, em 23/09/2020, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1571383** e o código CRC **72E6207B**.

RAPHAELLA KARLA PORTES BESERRA

MULHERES E POLÍTICA DE MORADIAS POPULARES: o caso do Residencial Campo Alegre Módulo Ecológico, no setor Sul da cidade de Uberlândia, Minas Gerais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, como requisito para a obtenção do título de mestre.

Área de concentração: **Geografia e Ordenamento do Território**

Linha de Pesquisa: **Trabalho e Movimentos Sociais**

Orientador: P**rofa. Dra. Carmem Lúcia Costa**

CATALÃO (GO)
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

BESERRA, Raphaella Karla Portes
MULHERES E POLÍTICA DE MORADIAS POPULARES: [manuscrito] : o caso do Residencial Campo Alegre Módulo Ecológico, no setor Sul da cidade de Uberlândia, Minas Gerais / Raphaella Karla Portes BESERRA. - 2019.
130 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Dra. Carmem Lúcia Costa.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Geografia, Catalão, Programa de Pós Graduação em Geografia, Catalão, 2019.
Bibliografia. Apêndice.
Inclui mapas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Habitação. 2. Mulheres. 3. Residencial Campo Alegre – Módulo Ecológico. 4. Uberlândia (MG). I. Costa, Dra. Carmem Lúcia, orient. II. Título.

CDU 911.375.1

UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE GEOGRAFIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **173** da sessão de Defesa de Dissertação de **RAPHAELLA KARLA PORTES BESERRA**, que confere o título de Mestre em **Geografia**, na área de concentração em **Geografia e Ordenamento do Território**.

Aos seis dias de dezembro de dois mil e dezenove, a partir das 14h, na Sala 27, Bloco A da Unidade Acadêmica Especial de Geografia - Regional Catalão/UFG, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **"MULHERES E POLÍTICA DE MORADIAS POPULARES: o caso do Residencial Campo Alegre Módulo Ecológico, no setor Sul da cidade de Uberlândia, Minas Gerais"**. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora **Carmem Lúcia Costa** [Geografia - RC/UFG], com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora **Magda Valéria da Silva** [Geografia - RC/UFG], membro titular interno; Professora Doutora **Lílian Marta Grisolio** [História - RC/UFG], membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata Aprovada pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora Carmem Lúcia Costa, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos seis dias de dezembro de dois mil e dezenove.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

Documento assinado eletronicamente por **Carmem Lúcia Costa**, **Orientadora**, em 06/12/2019, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Lilian Marta Grisolio**, **Professor do Magistério Superior**, em 06/12/2019, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Magda Valéria Da Silva**, **Professor do Magistério Superior**, em 06/12/2019, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1031016** e o código CRC **45388BAF**.

AGRADECIMENTOS

A gratidão, é um sentimento, que aprendi a ter e a dar importância, nesse período de mestrado. Inicialmente, agradeço a Deus, por ter essa oportunidade de chegar onde cheguei, pois, foi um período, de muitas lutas e de muitos aprendizados, onde houveram momentos de rir e também de chorar. Mas tudo que passei foi de grande valia para o meu crescimento pessoal, político e acadêmico, e fez de mim uma mulher mais forte, da qual tenho muito orgulho!

Eu não cheguei aqui sozinha, para isso, contei com o incentivo, apoio e amparo da minha família, particularmente dos meus pais, Cintia e Moisés, a quem sou eternamente grata, por sempre acreditarem em mim, e me tratarem como a pessoa mais inteligente que conhecem, nunca duvidando do meu potencial. A minha irmã, Isabella, mãe dos amores da minha vida, Sarah e Júlia, que também sempre estiveram comigo da forma deles, assim como os demais familiares que estiveram comigo nesse período, muito obrigada por tudo!

A professora e orientadora, Carmem, que mesmo sem me conhecer me recebeu de braços abertos em seu grupo de orientandos, e me ajudou a transformar a minha ideia em uma dissertação, sempre acreditando e confiando em mim.

A minha amiga e companheira de jornada, Érica Marinho (e aos seus pais), que esteve comigo nos melhore e piores momentos, com palavras de incentivo e carinho. Um velha amizade, que começou, nos tempos de graduação, foi de grande valia para esse período, e certamente continuará sempre em minha memórias.

Ao senhor Osvaldo Setti, responsável pela ONG Ação Moradia, que não só foi receptivo a minha ideia, como teve disposição em conversar comigo por diversas vezes, assim como viabilizar o meu trabalho de campo, e assinar milhares de documentos, certo da contribuição que este trabalho traria para a sociedade.

Aos meus amigos de sempre, Pablo, Larissa, Anna Carolina, Júlia Tocchetto, Hellen Perrela, Laura Zacarias, Carlos e Jéssica, com quem dividi inúmeras conquistas desse processo, assim como, as angústias. Vocês são os melhores amigos que poderia ter.

Aos meus camaradas, dirigentes e amigos da UJS e do PCdoB, pelas diversas conversas ao longo desse processo, que em alguns momentos geraram reflexões importantes pra esse trabalho, assim como em outros, foram importantes pra escutarem as angústias do mesmo. E, particularmente a Rayssa, pelo cuidado e carinho, nas transcrições das entrevistas. Muito obrigada, e que sigamos lutando juntos, por mais manhãs de sol e socialismo.

A Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), e a Associação Pós-Graduandos da UFG, por possibilitar através do movimentos sociais e acadêmicos, momentos marcantes dessa jornada, na defesa da universidade pública, da ciência, tecnologia e inovação, e da soberania nacional.

A minha amiga e camarada Marianna Ribeiro, pelas correções e revisões na obra, no que diz respeito às questões ortográficas. E, pelas inúmeras vezes, que dividimos as angústias e alegrias de estar cursando o mestrado.

Aos meus colegas de turma, principalmente, ao Alisson e ao Jonas, pelas inúmeras caronas, assim como a Mychelle Melo pelos auxílios nas milhares de burocracias. Ao Márcio e Aninha, pelas muitas conversas e trocas de experiência que enriqueceram esse processo.

E ao Pedro, que também foi meu companheiro nessa jornada, pelas diversas vezes em que eu o obriguei a ler esse trabalho, bem como, as reflexões que fizemos por horas que contribuíram para o bom andamento do mesmo.

E, por fim, agradeço a CAPES, pela concessão da bolsa, que me liberou por 24 meses, para me dedicar integralmente a essa pesquisa.

A verdadeira emancipação da mulher, o verdadeiro comunismo, só começará onde e quando se inicie a luta das massas (dirigida pelo proletariado, que detém o poder do Estado), contra a pequena economia doméstica ou melhor, onde comece a transformação em massa dessa economia na grande economia socialista.

Vladimir Ilich Lenin

RESUMO

A falta de habitação para a classe trabalhadora, é um problema histórico e estrutural, que tem se perpetuado ao longo dos anos, a principal causa, é a existência da propriedade privada, porém o Estado tenta contornar o problema de maneira errônea, construindo novas unidades habitacionais quando na verdade deveria se empenha para que as unidades vazias cumprisse a função social. Essa realidade não é diferente em Uberlândia (MG), onde desde a década de 1920, essa questão se tornou latente. O objetivo desse trabalho é de compreender as políticas habitacionais praticadas pelo Estado brasileiro, tendo como estudo de caso o Residencial Campo Alegre – Módulo Ecológico, que conta com a especificidade de ter sido construído por mulheres. Essa conquista é fruto da luta delas ao longo de uma trajetória. Para buscar tal entendimento, realizamos um referencial teórico e histórico acerca das políticas habitacionais no Brasil, assim como a luta da mulheres tendo como ponto de partida as mulheres soviéticas, o levante do movimento feminista, na Europa, nos Estados Unidos da América assim como os desdobramento da luta das brasileira. A partir da articulação da pesquisa teórica e empírica através dos trabalhos de campo, foi possível observar que as mulheres ainda não se emanciparam, mesmo com conquista de inúmeros direitos, inclusive econômicos. Diante disso, entendemos que é necessária uma transformação social e política profunda para que as mulheres sejam emancipadas, assim como o Estado brasileiro garanta políticas habitacionais que atendam ao interesse da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Habitação, Mulheres, Residencial Campo Alegre – Módulo Ecológico, Uberlândia (MG).

ABSTRACT

The lack of housing for the working class is a historical and structural problem, which has perpetuated itself over the years, the main cause, is the existence of private property, however the State tries to circumvent the problem in an erroneous way, building new units housing when in fact it should strive for empty units to fulfill the social function. This reality is no different in Uberlândia (MG), where since the 1920s, this issue has become latent. The objective of this research is to understand the housing policies practiced by the Brazilian State, having as a case study the Residencial Campo Alegre - Ecological Module, which has the specificity of having been built by women. This achievement is the result of their struggle along a trajectory. In order to seek such an understanding, we carried out a theoretical and historical reference about housing policies in Brazil, as well as the struggle of women taking Soviet women as their starting point, the uprising of the feminist movement, in Europe, in the United States of America and in Brazil . From the articulation of theoretical and empirical research through fieldwork, it was possible to observe that women have not yet emancipated themselves, even with the conquest of numerous rights, including economic ones. Therefore, we understand that a deep social and political transformation is necessary for women to be emancipated, just as the Brazilian State guarantees housing policies that meet the interests of the working class.

Keywords: Housing, Women, Residential Campo Alegre - Ecological Module, Uberlândia (MG).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Fotos

Foto 01 A Favela Santa Marta, em Botafogo, com o Corcovado ao fundo.....17

Foto 02 Vila Operária – Uberabinha, Anos 1920.....66

Foto 03 Movimentos de luta pela Reforma Urbana no Brasil.....21

Foto 04 Imagem retratando construções de moradias populares realizadas pelo BNH entre a década de 1960-1980.....22

Foto 05 Comparação estatística mostrando como se dá a especulação imobiliária na área nobre da cidade do Rio de Janeiro.....24

Foto 06 Paris em 1853 e em 1873.....26

Foto 07 Avenida Central do Rio de Janeiro em 1910, época da Reforma Pereira Passos.....27

Foto 08 Propaganda governamental de 1986, mostrando a ida do BNH para a CEF.....31

Foto 09 Declaração de sócios da empresa Subsolo.....39

Foto 10 Unidades habitacionais entregues no bairro Jardim Célia.....40

Foto 11 Bloco Módulo Ecológico, no bairro São Jorge no setor Sul de Uberlândia.....50

Foto 12 Clara Zetkin.....58

Foto 13 Revolução Russa de Fevereiro de 1917.....59

Foto 14 Cartas de divulgação do filme Sufragistas.....65

Foto 15 Manifestação em Maio de 1968 em Paris.....67

Foto 16 Berta Lutz.....69

Foto 17 Cartola Pereira Queiróz.....70

Foto 18 Da esquerda para a direita: Helenira Resende, Aurora Maria Nascimento Furtado, Soledad Barrett, Dinalva Oliveira Teixeira, Isis Dias de Oliveira, Ana Rosa Kicinski Silva. Todas elas pegaram em armas contra a ditadura militar.....72

Foto 19 Cartaz do Movimento Feminino pela Anistia no Brasil.....73

Foto 20 Encontro Nacional Mulher e Constituinte.....76

Foto 21 Ato de sanção da lei Maria da Penha. Merece destaque a presença de Maria

da Penha à direita da imagem.....79
Foto 22 Habitações do Residencial Campo Alegre – Módulo Ecológico.....83
Foto 23 Mulheres sendo instruídas sobre a fabricação dos tijolos.....85
Foto 24 Mulheres fabricando os tijolos.....85
Foto 25 Mulheres cozinhando para o restante do grupo.....86
Foto 26 Mulheres trabalhando na edificação das moradias.....92
Foto 27 Mulher rejuntando as paredes.....93
Foto 28 Limite da malha urbana no Residencial Campo Alegre.....95
Foto 29 Lixo espalhado nos terrenos baldios.....97

Lista de Gráficos

Gráfico 01 Gráfico do número de Domicílios Particulares Permanentes de Mulheres entre 1995 e 2015.....81
Gráfico 02 Gráfico demonstrativo do gasto semanal em horas nos afazeres domésticos em 2018.....88
Gráfico 03 Principal Meio de transporte utilizado pelas mulheres do Residencial Campo Alegre.....96
Gráfico 04 Escolaridade das mulheres do Residencial Campo Alegre.....98
Gráfico 05 Renda das mulheres do Residencial Campo Alegre.....99

Lista de Mapas

Mapa 01 Mapa do município de Uberlândia.....45
Mapa 02 Mapa do bairro São Jorge, no município de Uberlândia.....46
Mapa 03 Mapa de localização da ONG "Ação Moradia" no município de Uberlândia.....48

Lista de Tabelas

Tabela 1 Moradias construídas e entregues pelo Programa Tchau Aluguel em 2008.....39
Tabela 2 Moradias construídas e entregues pelo Programa Tchau Aluguel em 2010.....40

Tabela 3 Moradias construídas e entregues pelo Programa Tchau Aluguel em 2011.....40

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 16

1.2 Caminhos da Pesquisa 16

1.3 Desenvolvimento da Pesquisa 18

2. A QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL: aspectos teóricos 20

2.1 Introdução 20

2.2 A questão habitacional em Uberlândia(MG): uma problemática histórica 22

2.3 Reforma ou Revolução? A habitação na era dos governos petistas: desdobramentos nacionais e locais 39

2. 4 O Residencial Campo Alegre, no setor Sul de Uberlândia (MG) 48

2.5 Estudo de Caso: Módulo Ecológico do Residencial Campo Alegre na cidade de Uberlândia (MG) 51

2.4.1 Trajetória Histórica 51

3 GEOGRAFIA FEMINISTA: o olhar geográfico sobre as questões de gênero 56

3.1 Introdução 56

3.2 Patriarcado: a origem da opressão contra as mulheres 59

3.3 A luta pelos direitos das mulheres: aspectos históricos 61

3.4 As “ondas” do movimento feminista na Europa e nos Estados Unidos da América 67

3.4.1 O movimento feminista no Brasil 72

3.4.2 Pós-1988: desafios e perspectivas para as mulheres 80

4. A LUTA, A CONQUISTA E A EMANCIPAÇÃO: O CASO DO RESIDENCIAL CAMPO ALEGRE EM UBERLÂNDIA (MG) 86

4.1 Introdução 86

4.2 O perfil das mulheres residentes do campo alegre 99

4.3 A luta, a conquista e a emancipação das Mulheres do Residencial Campo Alegre – Modulo Ecológico em Uberlândia (MG) 105

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS 107

6 REFERÊNCIAS 109

APÊNDICE A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA 122

APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA DO TRABALHO DE CAMPO 127

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO NO TRABALHO DE CAMPO..... 128

1. INTRODUÇÃO

A habitação, ou a falta dela, tem se mostrado um problema cada vez mais emergente oriundo das estruturas no modo de produção capitalista. Na cidade de Uberlândia (MG) não é diferente. A classe trabalhadora empobrecida tem dificuldade de acesso à moradia, situação que acabou se constituindo como um problema histórico atrelado, principalmente, à forma como o Capital trata a moradia, meramente como uma mercadoria.

A presente dissertação objetiva analisar como o Estado age e contribui (ou não) para a solução da questão habitacional pensando os aspectos históricos e teóricos. Para tal, consideramos o Residencial Campo Alegre – Módulo Ecológico, em Uberlândia (MG) como nosso local de estudo, que por sua vez, foi construído em grande parte por mulheres, atualmente residentes no local. Destaca-se que este conjunto habitacional foi financiado através de Políticas Públicas (PP) de habitação, pela União, em parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF), Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU) e a ONG "Ação Moradia".

Consideramos importante, ainda, interpretar essas PP a partir de seus avanços e, principalmente, de suas limitações dentro da ótica do modo de produção vigente para que seja possível progredir e pensar em modelos mais eficientes do ponto de vista da classe operária.

Esta pesquisa, portanto, tem o intuito de compreender como a produção do espaço urbano na sociedade capitalista reflete acerca das questões de gênero, buscando entender como essas circunstâncias transformam a vida das mulheres.

1.2 Caminhos da Pesquisa

Entendemos que a metodologia é o caminho a ser desenvolvido ao longo da pesquisa, assim, serão utilizadas diversas ferramentas a fim de compreender o nosso objeto de estudo, e analisar de modo que possamos compreendê-lo cientificamente.

A pesquisa qualitativa, de acordo com Minayo (1994), é importante, pois tem a capacidade de compreender de modo profundo as relações humanas, portanto nosso trabalho é essencialmente qualitativo já que o intuito é aprofundar as questões sobre PP de habitação, com ênfase na trajetória das mulheres na luta pela moradia, ou seja, é uma pesquisa exploratória que busca entender como se deu a construção do Residencial Campo Alegre, levando em conta o contexto e o papel dos diversos agentes – Estado, ONG e mulheres.

No caminhar da pesquisa utilizou-se dos métodos e técnicas qualitativas, na qual o pesquisado se insere no contexto de seu objeto de estudo (NETTO, 2015), como já explanado.

O uso desse método se iniciou como uma reivindicação das Ciências Sociais, já que outros métodos não contemplavam essa área científica, em particular o positivismo, técnica mais utilizada na época para o estudo das abordagens sociais (DEMO, 1998). Sob esses mesmos argumentos, optamos por tratar a pesquisa a partir de uma abordagem qualitativa crítica, pois entendemos que o nosso objeto de estudo está inserido em um contexto onde "as redes de poder são produzidas, mediadas e transformadas" (ALVES MAZOTTI & GEWANDSZNAJDER, 1988, p.139), e por isso, não pode ser analisado de forma isolada da sociedade, mas sempre levando em consideração que os processos estão vinculados a uma determinada conjuntura.

A partir dessa acepção, entendemos que esse é o método materialista histórico e dialético mais apropriado para a nossa dissertação, visto que, buscamos desvendar os fenômenos que permeiam o espaço urbano com ênfase na "análise das condições de regulação social, desigualdade e poder" (ALVES MAZOTTI & GEWANDSZNAJDER, 1988, p.139). Para isso, existe a necessidade de que o pesquisador se insira no *lócus* do estudo de caso, interagindo e interpretando para que possa, a partir de sua postura teórico-metodológica, compreender os fenômenos a partir de si (PESSÔA, 2012).

Nesse sentido, é necessário que o pesquisador pratique uma conduta livre de prejulgamentos, sendo aberto às inúmeras indagações sobre os fenômenos investigados (NETTO, 2015). Entretanto, é preciso ressaltar que apesar dessa postura, entendemos que o cientista não é neutro. Inteirados dos procedimentos a serem adotados pelo pesquisador, as técnicas utilizadas nas pesquisas foram: pesquisa teórica; pesquisa documental; pesquisa de campo com aplicação de questionários, entrevistas semiestruturadas e o diário de campo; e, por fim, a organização do material colhido.

Em termos práticos, a coleta de campo se deu logo após a liberação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão[1], entre outubro e novembro de 2018, com o início das entrevistas com as mulheres residentes do Residencial Campo Alegre. O critério utilizado para essa ação foi o fato de que as entrevistadas estivessem

[1] A carta com o parecer do CEP está em anexo no final desse trabalho, assim como o roteiro da entrevista e o questionário utilizados no trabalho de campo.

envolvidas no processo de fabricação dos tijolos e construção das moradias, já que muitas casas foram vendidas ou repassadas ao longo do tempo.

Assim, realizamos as entrevistas entre outubro de 2018 a novembro de 2018, sendo um total de treze entrevistas, com o objetivo de conhecer a trajetória, assim como as impressões, de cada uma delas sobre o processo de conquista de suas moradias. Após a análise, todas as entrevistas foram transcritas e utilizadas de várias formas na construção deste trabalho, não só com os fragmentos, mas para entendimento da trajetória e a construção dessa narrativa. Além disso, aplicamos questionários com o objetivo de conhecer e traçar o perfil dessas mulheres.

Cabe destacar que ambas as ações descritas acima só foram possíveis, pois, nos utilizamos das relações de vizinhança cultivadas ao longo dos anos por essas mulheres, desde o processo de fabricação dos tijolos até os dias atuais.

Entendemos que a fonte oral faz com que o sujeito reflita e crie um elo entre o passado e o presente (NETTO, 2015), além de envolver o pesquisador de forma significativa. Netto (2015) aponta que essa técnica também é um instrumento importante para ouvir a voz das mulheres, que agora aparecem como sujeitas nas pesquisas acadêmicas, em um processo (ainda que muito lento) de preencher lacunas históricas da ausência de seus relatos enquanto donas de sua própria história.

O suporte do diário de campo colaborou para a análise dos fatos apontados nas entrevistas. Esses registros nos auxiliaram na reflexão, o que aumentou a nossa compreensão de forma progressiva acerca do nosso objeto de estudo (NETTO, 2015).

O trabalho de campo é, sem dúvida, o mais complexo e enriquecedor instrumento utilizado em nossa pesquisa, pois a observação e a interação com o objeto de estudo nos trouxe novas questões e nos fez abandonar hipóteses errôneas, contribuindo para um trabalho enriquecedor.

Por fim, o entendimento do nosso objeto de estudo se deu através da articulação dos diversos recursos metodológicos colaborando para um entendimento mais próximo possível da realidade das mulheres do Residencial Campo Alegre.

1.3 Desenvolvimento da Pesquisa

Utilizamos, no primeiro capítulo, as bibliografias específicas sobre a questão habitacional em seus aspectos teóricos e históricos levantando em conta dados locais e nacionais acerca das

PP habitacionais. Assim, realizamos um levantamento histórico de tais modelos de PP de habitação no Brasil, entendendo as estruturas ideológicas que as constituíram, e também, a temática mobilizada na cidade de Uberlândia, buscando assimilar o contexto em que se deu a construção do Residencial Campo Alegre – Módulo Ecológico, nosso objeto específico de estudo.

No segundo capítulo, realizamos um levantamento teórico sobre os trabalhos que se utilizam da categoria gênero na Geografia. Para tal, realizamos um levantamento histórico e teórico sobre o movimento de mulheres em todo o mundo, particularmente o exemplo revolucionário das mulheres soviéticas; a gênese do movimento feminista na Europa, Estados Unidos da América (EUA) e no Brasil; e de como essa temática reflete na sociedade contemporânea.

O nosso estudo de caso apresenta uma característica singular: o fato de ser construído exclusivamente por mulheres. Numa sociedade em que o homem é tratado como o principal provedor de sustento (também conhecido como "arrimo de família"), cuja atribuição é o "dever" de obter uma moradia, bem como qualquer bem que envolva a reprodução de seu núcleo familiar, essa é uma situação incomum. Portanto, com o objetivo de entender como a sociedade se organiza dentro na lógica patriarcal, iniciamos o segundo capítulo com um levantamento teórico da análise dos fenômenos pela ciência geográfica utilizando a categoria gênero como instrumento de pesquisa da sociedade.

No terceiro capítulo, traçamos um perfil das residentes (e construtoras do Residencial Campo Alegre), conhecendo a trajetória singular de cada uma, associando a teoria e destacando momentos que foram importantes no processo de conquista da moradia, assim como os desdobramentos.

Assim, a presente dissertação se encerra com o último capítulo, de Considerações Finais, apresentando os resultados obtidos que possibilitaram chegar a algumas impressões fundamentais para a compreensão histórica do objetivo proposto neste trabalho.

2. A QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL: aspectos teóricos

2.1 Introdução

O espaço urbano é *lócus* do estabelecimento das mais diversas relações sociais – sejam elas políticas, econômicas e culturais –, ocorrendo tanto em macroescala, passando pelo Estado, como em microescala, configurando o lugar e o cotidiano. Essa diversidade de relações sociais torna a análise do espaço urbano complexo, e por isso, partiremos do pressuposto que todas as relações se fundamentam no modo de produção capitalista, uma vez que, é esta a lógica vigente.

A constituição do urbano perpassa por diferentes agentes, não se reduzindo somente aos que têm por objetivo facilitar a reprodução do capital, como os detentores dos meios de produção, os promotores imobiliários, os proprietários fundiários e o Estado, mas também pelos grupos sociais historicamente excluídos, uma vez que, o espaço urbano é finito, pode-se afirmar que todos, diariamente, disputam o mesmo espaço.

Ao analisar a cidade, é importante levar em conta que ela é produto de uma construção humana ao longo da história, e que se acumula com o passar das gerações revelando diferentes possibilidades de uso e ocupação (CARLOS, 2004). A apropriação do espaço se dá justamente nas possibilidades de suas transformações, produzindo, neste caso, além do urbano, o lugar que se desenvolve no plano da vida cotidiana.

A cidade, no capitalismo, se constitui como um "conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si" (CORRÊA, 1989, p.7). As diversas utilizações estão inseridas e se organizam no espaço em função de mecanismos que têm como intuito a reprodução do Capital (CORRÊA, 1989). A dinâmica no espaço urbano, que podemos entender como a organização espacial da cidade, dá-se de maneira concomitante, articulada e fragmentada, uma vez que, cada parte desse todo se organiza estabelecendo relações entre si (CORRÊA, 1989).

Os diversos usos do espaço urbano propiciam uma disputa entre os agentes-detentores dos meios de produção e os grupos sociais excluídos, fazendo com que as transformações do solo urbano sejam processos complexos e dinâmicos, pois se realizam de maneira articulada e fragmentada, refletindo a lógica organizacional da sociedade de classes (CORRÊA, 1989). A disputa dos diversos agentes pelo solo urbano reflete a luta dessas classes, que se organiza a partir da lógica do Capital, que tem como princípio norteador a propriedade privada (MARX, 1980).

A projeção espacial de uma sociedade dividida em classes pode ser compreendida pela questão habitacional (SOUZA, 2016), e tem a sua concepção atrelada às raízes do capitalismo,

pois, a partir do momento que até o Trabalho[2] se mercantiliza, “todos os outros aspectos da vida entram também nos circuitos do capital” (SOUZA, 2016, p. 68). A moradia, portanto, além de ser um elemento fundamental para a reprodução social, adentra os circuitos de troca, se tornando um item que é, “antes de mais nada, um objeto, produto, bem durável” (VALENÇA, 2003).

Sob o modo de produção capitalista, ocorre uma crise habitacional de ordem estrutural (SOARES, 1988), uma vez que, o Capital entende a habitação como mercadoria, ou seja, para uma sociedade que se divide em classes, “o acesso à moradia se confunde com o acesso à propriedade” (LORENZETTI, 2001, p. 3), Assim, a aquisição de uma unidade habitacional, limita-se a quem pode pagar pelo seu valor de uso.

Nessa perspectiva, a produção do espaço da cidade se dá de modo desigual e segrega as camadas populares, criando espaços suburbanos, que além de distantes dos centros comerciais e financeiros, possuem condições insalubres de moradia (Foto 1).

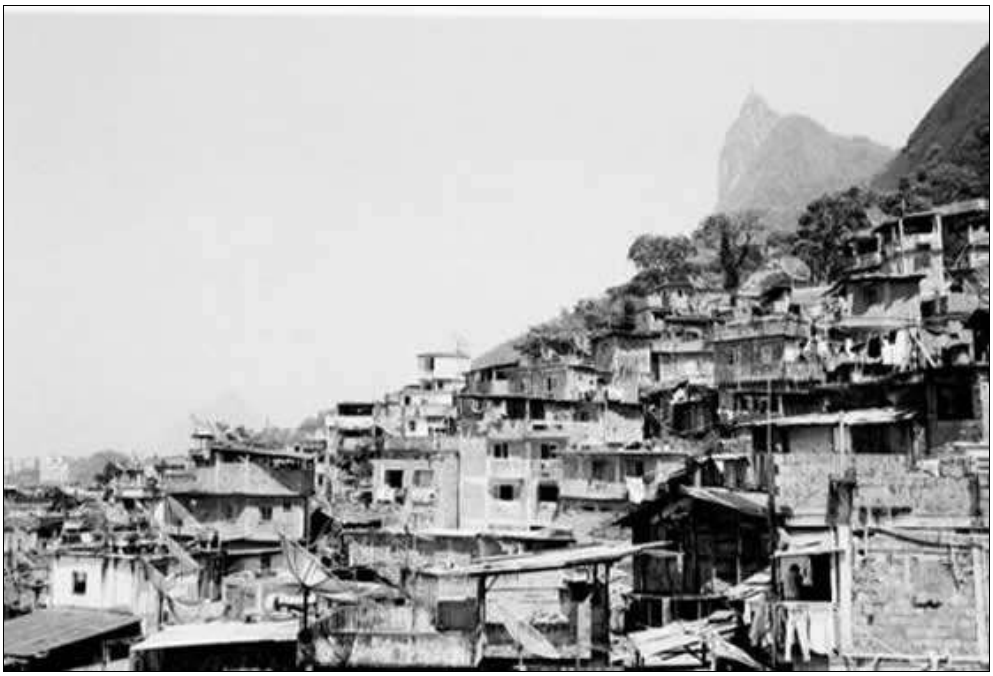


Foto 1 – A Favela Santa Marta, em Botafogo com o Corcovado ao fundo. Na foto é perceptível a precariedade habitacional. Fonte: www.midiaindependente.org/.../07/325100.shtml. Acesso em novembro de 2018.

A segregação socioespacial gira, mais uma vez, em torno dos interesses do modo de produção vigente. A existência das favelas e dos subúrbios urbanos só acontece por conta da especulação imobiliária, fazendo com que o especulador acumule um montante financeiro cada vez maior através da exploração dos vazios urbanos. A existência de mais unidades habitacionais

[2] Para Marx (2013, p.326) “O trabalho é antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”.

em situação de vacância do que o chamado “déficit habitacional” continua a se perpetuar (MACIEL & BALTAZAR, 2011), pois é uma relação que favorece a reprodução especulativa.

A relação do aluguel é um bom exemplo de como o Capital atua na questão habitacional, uma vez que o locatário se apropria de parte do salário do locador, configurando assim um processo de exploração indireta da mais-valia. Portanto, mesmo não ocorrendo uma relação de Trabalho (MARX, 2013), mas de moradia, pode-se observar um processo onde é possível constatar o acúmulo monetário através da propriedade privada, sem relação direta da exploração do Trabalho (MARX, 2013), mas ainda assim de exploração, evidenciando, desta forma, como a propriedade privada tem relação direta com o chamado “déficit habitacional”, algo curioso haja vista que existem mais imóveis fechados que pessoas sem casa (MACIEL & BALTAZAR, 2011), o que nos faz refletir: será que existe mesmo este “déficit habitacional”? Ou ele só existe, pois, o capital especulativo o mantém para sua própria sobrevivência e lucro?

As habitações possuem um alto preço e valor, despertando assim o interesse de toda a população, principalmente por ser um bem necessário para a sobrevivência no modo de produção capitalista (MONTEIRO & VERAS, 2017). O solo urbano, assim como as moradias, é tratado pelo capital como uma mercadoria, a partir da qual se busca o lucro, limitando o acesso a quem pode pagar, excluindo a classe trabalhadora empobrecida (MONTEIRO & VERAS, 2017). Essa conjuntura é uma das inúmeras formas da reprodução do capital através do lucro com os altos preços das habitações, o que cria um terreno fértil para atuação da especulação imobiliária (MONTEIRO & VERAS, 2017). Esse processo não foi diferente em Uberlândia (MG), assim como veremos no próximo tópico.

2.2 A questão habitacional em Uberlândia(MG): uma problemática histórica

O Sertão da Farinha Podre – conhecido hoje como Triângulo Mineiro – ganhou destaque na economia nacional em função da expansão da malha ferroviária com a implantação da atual Ferrovia Centro Atlântica (1895), na época conhecida como Estrada de Ferro Mogiana; a construção da ponte Afonso Pena sobre o rio Paranaíba (1909); e a construção das rodovias pela Companhia Mineira de Autoviação (1912) (SOARES, 1988).

Ao desbravar o Sertão da Farinha Podre, em 1818, o senhor João Pereira da Rocha, juntamente de sua família, acampou (e, posteriormente, tomou posse) nas proximidades do córrego São Pedro, marco do início da construção do que viria a ser Uberlândia. Sua constituição

se iniciou em 1856 com a implantação dos fundamentos do arraial, que um ano depois ganhou uma freguesia com o nome de Senhora do Carmo de São Sebastião da Barra de São Pedro do Uberabinha. Em 1888, se tornou uma vila que era conhecida por São Pedro do Uberabinha e no ano de 1892 foi emancipada e tornando-se cidade, mas só ganhou o nome de Uberlândia em outubro de 1929 (SOARES, 1988).

Historicamente, é possível observar que no século XX diversas famílias migraram do campo para cidade em busca de melhores condições de vida, acreditando na promessa de conseguirem empregos que lhes oferecessem remunerações mais razoáveis, como mostra Soares (1988). Porém, a realidade encontrada era outra, faltavam serviços, os salários eram baixos e as políticas públicas para atender essa população eram praticamente inexistentes. Os locais onde a população de baixa renda conseguia se instalar possuíam condições insalubres precarizando ainda mais a vida do operariado (Foto 2).

Foto 2 – Vila Operária – Uberabinha, Anos 1920. Fonte: SOARES, 1995.

Em Uberlândia não foi diferente, com o número de indústrias em crescimento, a economia municipal já se destacava na década de 1920 **(**SOARES, 1988**)**. Essas circunstâncias atraíram muitas pessoas para a cidade, porém esta já apresentava situações denominadas insalutíferas (SOARES, 1988), isto é, não possuía condições para o pleno desenvolvimento humano**.**

O jornal "A Tribuna", de Uberlândia, noticiava em 1920 como a falta de moradias para a classe trabalhadora local já era um problema, ou seja, o déficit habitacional é uma antiga demanda que vem se arrastando ao longo dos anos (SOARES, 1988), para ser exato, de décadas ou até séculos. As primeiras políticas públicas de habitação que abrangeram todo o território

nacional vieram a ocorrer somente no período da Ditadura Militar (1964-1985) com a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) em 1964 (BOLAFFI, 1982), ou seja, mais de 40 anos após as primeiras notícias na imprensa uberlandense.

Compreendendo a demanda histórica por moradia, partindo do pressuposto, da habitação como um espaço fundamental para a reprodução social de cada sujeito, pode-se afirmar que o Estado deveria atuar de forma a sanar essa questão, uma vez que, é de sua responsabilidade o desenvolvimento de políticas que criem mecanismos para que a classe trabalhadora tenha acesso à moradia digna. Porém, a maneira que as políticas são implementadas possibilitam ao Estado usá-las como instrumento de controle social das massas operárias, como veremos a seguir.

Portanto, ao observar como os movimentos de luta pela moradia se dão por satisfeitos simplesmente por alcançar mais casas para os que não tem, pode-se afirmar que esses mesmos movimentos não se organizam, efetivamente, por mudanças capazes de romper com a lógica do modo de produção capitalista (Foto 3), configurando-os, portanto, como não críticos da propriedade privada, mas sim defensores, do que pode-se chamar de "capitalismo humanizado" ou simplesmente, Social Democracia[3].

[3] a política social dos social-democratas consiste, geralmente, em mitigar os efeitos da distribuição dos recursos, guiada pelo critério da eficiência. Esta política não visa transformar o sistema econômico, mas sim corrigir os efeitos de sua operação (Przeworski, 1988, p.75).

Foto 3 – Movimentos de luta pela Reforma Urbana no Brasil. Na imagem é possível perceber como os militantes por moradia não almejam mudanças realmente estruturais, mas apenas uma espécie de "capitalismo reformado", de clara orientação social-democrata. Fonte: https://economia.ig.com.br/2015-03-25/duvidas-sobre-terceira-fase-do-minha-casa-minha-vida-mobilizam-mtst.html. Acesso em novembro de 2018.

O motivo ideológico para tamanha limitação de suas pautas de lutas se dão, literalmente, pela limitação de seus líderes, do entendimento epistemológico do que vem a ser "moradia" no modo de produção capitalista: uma mercadoria com valor de uso e troca, capaz de servir tanto ao trabalhador como ao capital especulativo. Prova disso, inclusive, é o fato de existirem ferramentas econométricas capazes de precificá-lo de acordo com o seu entorno, como o método dos preços hedônicos (CAMARGO, 2018).

Não há dúvidas de que no Brasil exista um número de moradias em situação de vacância (como já explicado), porém, o problema habitacional acaba sendo analisado e tratado numa perspectiva errônea, beneficiando o Capital, pois o real problema não é (e nunca foi) a falta de casas, mas o fato desta ser tratada como uma mercadoria (tem acesso quem pode pagar por seu valor de uso). Em suma, seu déficit é de ordem de acesso e não de unidades construídas (BOLAFFI, 1982), ou seja, existem diversas propriedades que não estão cumprindo sua função social, desrespeitando assim a legislação específica acerca do tema, algo que, em essência, a

maior parte dos movimentos sociais que lutam por moradia não abordam a fundo, configurando assim, seu ímpeto de não rompimento com a lógica mercadológica do modo de produção vigente.

Ao tratar a questão habitacional sob a perspectiva deste falso problema, o capital especulativo é beneficiado, pois este "cria" uma demanda de construção de novas moradias, fomentando assim, o aumento da renda da terra, a especulação imobiliária e a exploração da mais-valia relativa através da ligação entre o especulador e o especulado.

Para compreender historicamente essa complexa simbiose entre esses sujeitos, é interessante observar como se deu a primeira iniciativa de se implantar uma política de habitação de abrangência nacional, ocorrida com a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e do Sistema Nacional da Habitação pela Lei Federal, nº 4.380, de 21 de Agosto de 1964 (Foto 4).

Foto 4 – Imagem retratando construções de moradias populares realizadas pelo BNH entre a década de 1960-1980. Fonte:<http://www.resimob.com.br/a-historia-do-bnh-banco-nacional-de-habitacao/>. Acesso em 8 novembro de 2018.

Infelizmente, ambos não conseguiram atingir o seu propósito original, que era promover a construção e a aquisição da casa própria, especialmente para as classes de menor renda (BOLAFFI, 1982). Um dos motivos para que a efetivação dessa política não ocorresse foi que o

BNH “terceirizava” as suas atribuições para a iniciativa privada, ficando incumbida a esta, arrecadar e transferir os recursos financeiros necessários para a construção (BOLAFFI, 1982).

Essa transferência de responsabilidade acabou por agravar o problema habitacional (ao invés de resolvê-lo como era o seu objetivo inicial), uma vez que, todas as deliberações ficavam a mercê dos interesses do mercado (BOLAFFI, 1982). Por não conseguir atingir os seus objetivos, em 1986, o BNH foi extinto e as suas funções foram alocadas para a Caixa Econômica Federal (vinculada ao Ministério da Fazenda). Já, a área de habitação foi anexada ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (BRASIL, 2004).

No principal período das ações do BNH, curiosamente a Ditadura Militar, difundiu-se a ideia de que a casa própria representava um sonho de consumo, com segurança, estabilidade e condições favoráveis à reprodução social de um núcleo familiar, eliminando o gasto com o aluguel que consumia parte significativa da renda das famílias mais pobres. Desta forma, a questão habitacional era utilizada como instrumento de controle social, fazendo com que o trabalhador passasse de contestador da ordem vigente para seu aliado (AZEVEDO, 1988).

Nesse contexto, podemos observar o processo de espoliação urbana, que é a privação das camadas populares do acesso a bens fundamentais para a sua reprodução social (KOWARICK, 1979), como, por exemplo, a moradia. É importante ressaltar que a partir do momento em que o trabalhador adquire a casa própria, é gerado um processo de rebaixamento do custo de reprodução de sua força de trabalho, deprimindo ainda mais os seus já achatados salários (KOWARICK, 1979).

A conjuntura econômica do Brasil, na época áurea do BNH, era o que ficou conhecido como “Milagre Econômico” no governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), sendo que, a partir de 1974, o país entraria em uma profunda crise econômica, colocando a aquisição de uma moradia como prioridade, principalmente para a classe trabalhadora como forma de eliminar a despesa do aluguel (BOLAFFI, 1982).

Os militares agiam de forma a fomentar o mercado imobiliário, pois era o capital especulativo que os financiava, portanto, estavam ligados de maneira direta ou indireta às empreiteiras. Um bom exemplo disso é que o BNH tinha inúmeras linhas de crédito para atender especialmente a esse público, impulsionando assim as atividades desses empresários que atuavam de forma ampla em todas as classes sociais, mas, em particular, as mais abastadas (CAMPOS, 2018).

Nessa perspectiva, é possível observar que a atividade dos especuladores foi fortemente fomentada nesse período e deixou marcas e heranças que são visíveis até hoje nas cidades, em particular nas médias e grandes cidades, como a especulação imobiliária (Foto 5).

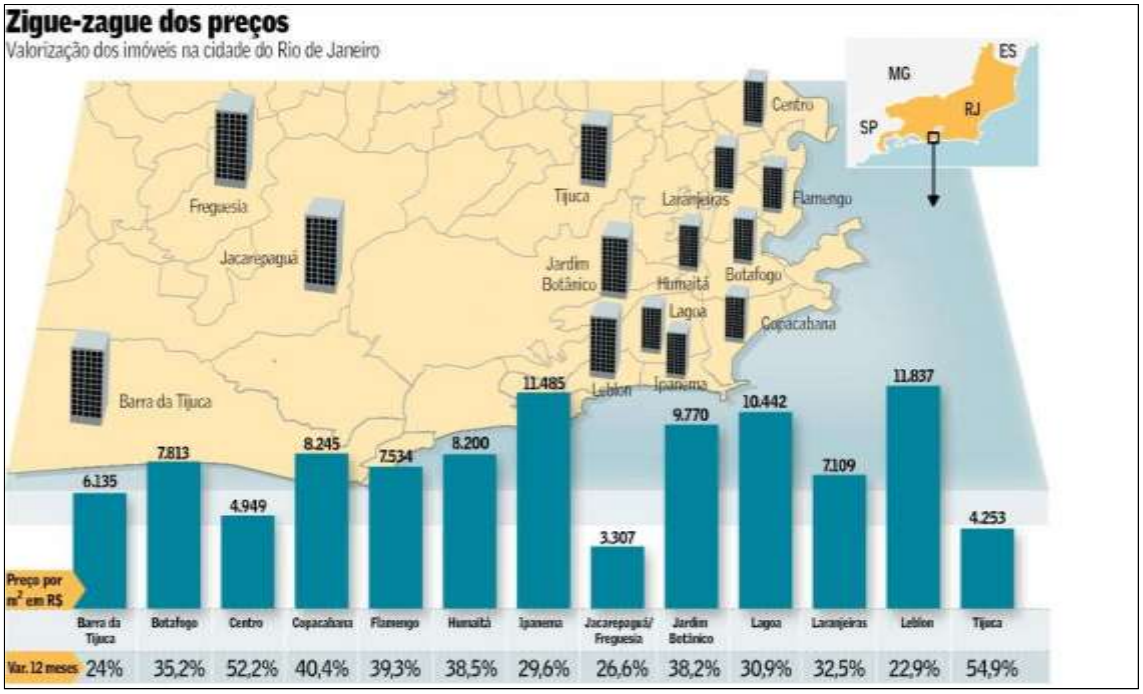


Foto 5 – Comparação estatística mostrando como se dá a especulação imobiliária na área nobre da cidade do Rio de Janeiro.Fonte:<https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2011/05/18/especulacao-imobiliaria-no-rio-de-janeiro-2/>. Acesso em 12 novembro de 2018.

Entretanto, uma das maiores críticas atribuídas à atuação do BNH é não ter conseguido atender justamente a parcela da população mais necessitada de moradia. Apesar de ser um dos seus objetivos oficiais, as práticas se davam em outro campo, no caso, o de financiar o empresariado responsável pela sustentação do golpe de 1964, sendo relevante frisar que o objetivo de qualquer empresa sempre é obter lucros e aumentar o seu patrimônio, e não criar e colaborar com mecanismos de acesso da classe trabalhadora a moradia, isso é um postulado óbvio no regime burguês (CAMPOS, 2018).

A atuação do BNH em Uberlândia teve início no final da década de 1960, e deve ser compreendida sob diversos aspectos, pois ocorreu de distintas formas, uma vez que, existiam diferentes tipos de financiamentos e agentes do mercado, dividindo-se em popular, econômico e médio, representados respectivamente pela Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB-MG), Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCCOP-MG) e o Sistema Brasileiro de Poupança e Crédito (SBPE) (SOARES, 1988).

Os conjuntos habitacionais construídos em Uberlândia, fruto da parceria entre a COHAB o BNH, que foram direcionados para a classe trabalhadora, segundo Isidoro (2006, p. 18):

> possuíam características próprias e geralmente encontravam-se a grandes distâncias do centro da cidade. Em sua maioria apresentavam casas padronizadas e construídas com material de baixa qualidade. Na sua maioria, esses conjuntos foram localizados observando a distância permitida pelo BNH, que era de 7 quilômetros do espaço geográfico central. A implantação destes conjuntos deixou imensos espaços vazios entre eles e a "cidade". Os conjuntos construídos pela COHAB serviram para os interesses políticos econômicos com o objetivo de angariar votos e também serviu para promover a segregação urbana - espacial e social na cidade de Uberlândia (Grifo Nosso).

A partir dos fatos colocados por Isidoro (2006), podemos observar como a classe dominante atuava (e atua) no sentido de não resolver a questão habitacional, mas apenas trocá-la de lugar na tentativa de esconder a pobreza e a miséria na qual vivia (e vive) o operariado empobrecido.

Na década de 1970, em função do crescimento acelerado da cidade de Uberlândia, houve uma expansão significativa na construção dos conjuntos habitacionais pelo BNH. O *boom* no número de moradias fez com que surgisse um aumento da renda da terra, e consequentemente elevação do custo da edificação de novas moradias em localizações privilegiadas, outro exemplo de como a política do BNH não contemplava a classe trabalhadora (SOARES, 1988).

O Conjunto Liberdade foi o único erguido em Uberlândia que tinha como objetivo alcançar a classe trabalhadora. A obra foi executada pela Cooperativa Cruzeiro do Sul[4] em convênio com a Caixa Econômica Federal (CEF) de Minas Gerais e construiu 749 unidades habitacionais. Esse projeto fazia parte de um programa experimental que tinha como intuito deslocar a população de baixa renda, na perspectiva de erradicar as favelas, ou seja, é possível definir essa ação como uma política higienista que tinha como real propósito esconder a população pobre (SOARES, 1988). Esta política, mais uma vez, fracassou, pois o proletariado local não possuía renda capaz de garantir a sua permanência no conjunto, levando a expulsão para os subúrbios urbanos do público-alvo (SOARES, 1988).

A escolha dos locais onde eram construídos os conjuntos habitacionais em Uberlândia foi muito marcante uma vez que a maioria se situava a mais de 10 quilômetros (km) de distância do centro da cidade, corroborando assim, com o argumento higienista aqui apresentado. Além disso, a cada novo conjunto, o arranjo espacial se modificava, reservando um vasto número de lotes para a especulação imobiliária (SOARES, 1988).

[4] Orientada pelo Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCCOP-MG).

O isolamento do trabalhador em bolsões de pobreza[5], que possuíam uma infraestrutura mínima – água, energia – precarizava ainda mais a sua vida, principalmente com as distâncias a serem percorridas diariamente entre a moradia e o trabalho, coibindo o seu direito de acesso à cidade. Esse modelo de política habitacional excludente e rentista têm raízes na importação da política urbana higienista desenvolvida pelo Barão Haussmann (Foto 6), que expulsou o operariado francês do centro de Paris e os relegou para os subúrbios e periferias (LEFEBVRE, 2001), corroborando para a exploração da mais-valia indireta por meio da locação de imóveis na Cidade-Luz.

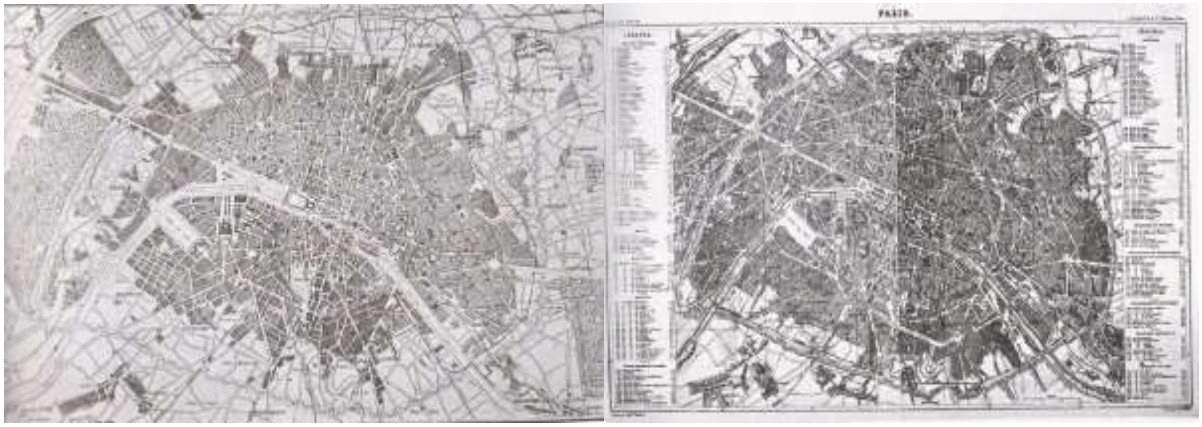


Foto 6 – Paris em 1853 e em 1873. Antes e depois da Reforma Urbana conduzida pelo Barão Haussmann. Fonte: <https://arquitetandoblog.wordpress.com/2009/04/08/haussmann-e-a-reforma-de-paris/>. Acesso em novembro de 2018.

No Brasil, segundo Benchimol (1953), a Reforma Urbana coordenada por Pereira Passos (tratado pelo autor como um Houssmann tropical) no Rio de Janeiro (Foto 7) iniciada em 1903, na época capital da República, reproduz muitos dos aspectos da ideia realizada em Paris. A forma como a reforma foi desencadeada, implicou no aprofundamento das desigualdades e, consequentemente, na segregação socioespacial marcada pela divisão centro-periferia (GOMES, 2005).

[5] São locais com grande concentração da massa trabalhadora empobrecida.

Foto 7 – Avenida Central do Rio de Janeiro em 1910, época da Reforma Pereira Passos. Fonte: PARENTE, J. I. e MONTE-MÓR, P. (Orgs.). Rio de Janeiro: Retratos de Cidade. Rio de Janeiro: Interior Produções, 1994. 176p.

A reestruturação urbana parisiense (e a carioca também) possui um aspecto estratégico-militar, já que ao criar avenidas largas, objetivava, além de parecer moderna, inibir as manifestações populares (TOURINHO, 2007) neutralizando a atuação do movimento operário revolucionário francês (BENCHIMOL, 1993), assim como, a retirada da população pobre do centro – e isso vale tanto para o momento atual, bem como para o contexto francês – era uma forma de conter a revolta das massas proletárias. De acordo com Harvey (2012, p.82), comentando sobre o Barão de Haussmann:

> Deliberadamente, ele planejou a remoção de grande parte da classe trabalhadora e outros elementos rebeldes do centro da cidade, onde constituíam uma ameaça à ordem pública e ao poder político. Ele criou uma forma urbana onde, acreditava-se – incorretamente, como se evidenciou em 1871 – que um nível suficiente de vigilância e controle militar poderia assegurar que o movimento revolucionário seria facilmente submetido.

Entretanto, a relação para com a cidade era muito importante ao operariado francês, sendo que esta foi interrompida de maneira abrupta pela Reforma Urbana, inclusive os expropriando de suas moradias. Curiosamente, reestabelecer o convívio com o centro da capital francesa tornou-se, graças a isso, um dos objetivos da Comuna de Paris (LEFEBVRE, 2001). Marx, na obra "O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte" (1997), ao avaliar ambas as ações, deixa claro como projetos político-sociais burgueses em confronto podem favorecer a implementação de ideias conservadoras, como foi, em essência, a proposta do Barão de Haussmann.

Em ambos os casos (Paris e Rio de Janeiro) podemos observar que as classes dominantes atuaram junto ao Estado com o discurso de "modernizar" as cidades, quando na verdade o objetivo era expulsar os trabalhadores do centro. Após a "limpeza" das regiões principais, o capital especulativo ganhou força em sua ação, tendo como consequência o aumento da renda da terra e elevando o preço do solo urbano, através de obras de infraestrutura financiadas pelo Estado (SOUZA, 2016).

Ao ser expulso dos centros urbanos, o operariado continua sendo alvo da exploração da mais-valia indireta através da relação locatário-inquilino, ou seja, até para se ter um acesso temporário (e extremamente limitado) existe a necessidade de uma renda que possibilite pagar pelo valor de uso do imóvel. Aliás, as condições de moradia da classe trabalhadora pioraram enormemente com a expulsão para os espaços suburbanos. Essa situação mostra como os detentores dos meios de produção (e do Capital) fazem disso um jogo de cartas marcadas, utilizando o aparelho do Estado em prol de seus interesses particulares, não tendo compromisso em fomentar e implantar políticas públicas eficientes para melhorar a vida do povo mais humilde, mesmo com todas as contradições que essa circunstância coloca, como a contenção das revoltas populares.

Voltando ao nosso objeto de estudo, pode-se dizer que o período histórico no qual o BNH atuou (1964-1986), mesmo apresentando políticas de moradia insuficientes, deixou heranças significativas, principalmente na forma como são executadas as políticas habitacionais até hoje. Exemplo disso é a reprodução de modelos de condomínios horizontais nas periferias urbanas, isolando, precarizando e privando a classe trabalhadora do direito à cidade[6], em uma lógica perversa que, na prática, criou (e segue criando) bolsões de pobreza. A contradição das políticas habitacionais se dá pelo fato de não se achar uma "solução" para a questão habitacional da classe trabalhadora, de fato existente, e no caso da cidade de Uberlândia, esta demanda se apresenta desde meados de 1924.

Na segunda metade da década de 1920, quando a cidade (na época conhecida como Uberabinha) já se destacava na economia nacional tendo como principal atividade a produção das charqueadas que abastecia o Rio de Janeiro, São Paulo, Nordeste e outras regiões de Minas

[6] O Estatuto das Cidades é um importante instrumento que oferece mecanismos de acesso, mesmo com as limitações da social-democracia, para que classe trabalhadora tenha acesso à cidade. Entendemos que a classe trabalhadora só terá o pleno acesso à cidade em um outro modelo de sociedade, onde o modo de produção vigente não seja o capitalismo. Nessa perspectiva, faz-se necessário uma transformação social e política profunda, onde a prioridade passe a ser o ser humano, e não mais a reprodução do Capital.

Gerais (SOARES, 1988) - a falta de mecanismos legais para a resolução deste grave problema social se mostrava cada vez mais presente.

Os operários das principais indústrias locais moravam próximos ao frigorífico Ômega, e viviam em condições insalubres, cabe salientar que estes trabalhadores eram contratados apenas na época de alta na produção, que ia de janeiro a julho, e passavam o restante do ano desempregados (SOARES, 1988), aumentando assim o exército de reserva local, o que barateava, ainda mais, o custo do empregador para as relações de trabalho no município. Isso não se dava por acaso, como Marx (1980) mostra, pois diminuir o custo da mais-valia através da criação de empregos muito menores que a demanda real não é uma estratégia do século XX, já era comum em toda a Europa desde o século XIX.

Na segunda metade da década de 1920, cabe destacar que a indústria foi se expandindo com a instalação de empresas ligadas ao setor agrícola que, com o intuito de facilitar o escoamento da produção para a estação ferroviária municipal, se instalaram nas saídas da cidade. A Companhia Industrial do Triângulo Mineiro foi o empreendimento que mais cresceu economicamente na época, ofertando emprego e, até mesmo, um conjunto habitacional, as chamadas vilas operárias, para os seus funcionários (SOARES, 1988).

Com o crescimento do setor industrial uberlandense, a busca por melhores empregos atraiu, já nesta época, muitas pessoas para a cidade (como já descrito). Ao se depararem com outra realidade, a da dificuldade em encontrar trabalho, graças a um grande contingente de exército de reserva (MARX, 1980), as famílias acabavam se instalando em locais precários, uma vez que não possuíam renda nem mesmo para o pagamento de aluguéis. Assim, nessa época (segunda metade da década de 1920), Uberlândia já apresentava um significativo déficit de moradia, que inclusive foi tema de matérias do jornal “A Tribuna”, que citava o fato da classe operária não ter habitação própria (SOARES, 1988).

Ainda nessa década, além da Companhia Industrial do Triângulo Mineiro, também a Companhia Ferroviária Centro Atlântica, as Charqueadas e a fábrica de tecidos construíram casas para serem alugadas à seus trabalhadores. A habitação, nesse caso, não era uma tentativa de resolver o problema habitacional dos operários, mas de controlar a força de trabalho, sendo mais um instrumento de sua expropriação. Essas moradias eram utilizadas, como uma maneira eficaz de coibir a organização dos trabalhadores na reivindicação dos seus direitos, pois, em caso de enfrentamento patronal por mais direitos trabalhistas, o operário poderia perder, além do vínculo

empregatício, também o seu local de moradia. Na prática, isso era uma estratégia para fazer com que os proletários aceitassem todas as condições que lhes eram impostas (diga-se de passagem, muito precárias), além, evidentemente, dos baixos salários (SOARES, 1988).

A expansão da malha urbana em função da atividade industrial fez com que um novo agente da produção do espaço entrasse em ação, os agentes imobiliários, que passaram a atuar principalmente em torno da especulação financeira. Essa situação fez com que o déficit habitacional fosse se agravando, ainda mais, ao longo do tempo.

Uma vez que o capital entende a habitação como mercadoria, ele passa a possuir valor de troca. Para Marx (1980, p.210-211):

> O produto, de propriedade privada, é um valor de uso, fios, calçados etc. Mas, embora calçados sejam úteis à marcha da sociedade e nosso capitalista seja um decidido progressista, não fabrica sapatos por paixão aos sapatos. Na produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido por puro amor aos valores. Produz valores-de-uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores de valor-de-troca.

Ou seja, uma sociedade que se divide em classes na qual a classe hegemônica atua para limitar o acesso a quem pode pagar por um determinado bem de consumo fazendo com que as moradias passem a ser fatores de choque social, sendo necessárias, assim, políticas públicas de habitação não só para a classe trabalhadora viver, mas para conter possíveis revoltas populares por conta desta situação.

Portanto, a criação do BNH e da COHAB, na década de 1960, no fundo, servia para acalmar os ânimos do operariado liderado, de maneira geral, por sindicatos que possuíam influência trabalhista ou comunista, ideias em voga entre a classe operária na época e contrárias ao regime ditatorial então presente no país, atitude similar às reformas de Von Bismarck na Alemanha, com a criação do seguro social para garantir a adesão de parte do proletariado ao seu governo de cunho autoritário (BIHR, 2010).

É importante ressaltar que o Banco Nacional da Habitação foi extinto em 1986, com seus funcionários sendo absorvidos pela recém-criada Caixa Econômica Federal (CEF), como pode ser observada na Foto 8. A partir desse momento, a política habitacional passou a possuir um vácuo, uma vez que, seu órgão responsável foi descentralizado em vários outros do governo federal (MEDEIROS, 2010).

Figura 8 – Propaganda governamental de 1986, mostrando a ida do BNH para a CEF. Fonte: < http://www.caixa.gov.br/ fgts-relatorios-acoes-resultados-fgts/Livro40Anos_G.pdf>. Acesso em 8 novembro de 2018.

Após a extinção do BNH, o município de Uberlândia não desenvolveu mais políticas eficientes para atender a demanda habitacional, ficando refém, basicamente, das iniciativas federais até a metade dos anos 2000, fazendo com que os movimentos sociais de luta pela moradia tivessem uma atuação mais fervorosa e, consequentemente, o número de ocupações se apresentassem cada vez mais crescentes nesse período (MACÊDO, 2014).

No contexto nacional, a política de habitação do Governo Sarney (1985-1990) é marcada por uma grande confusão institucional em função da frequente reformulação dos órgãos responsáveis. Em 1985, o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, transformou-se em Ministério da Habitação, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente em seguida em Ministério da Habitação e Bem-Estar Social, sendo extinto em 1989 e a habitação ficando a cargo do Ministério do Interior. Essas circunstâncias, consequentemente, fortaleceram programas alternativos como o Programa Habitacional de Mutirões Comunitários que tinham como objetivo alcançar famílias com até três salários mínimos, e tendo como meta construir 550 mil unidades habitacionais (NOAL & JANCZURA, 2011). Porém, essa política foi um verdadeiro fracasso não atingindo nem mesmo um terço das metas estabelecidas (BOTEGA, 2007).

Em 1988, foi aprovada a nova Constituição Federal, conhecida como a Constituição Cidadã, que passou a tratar de forma inédita as questões urbanas:

> Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem- estar de seus habitantes.
> § 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
> § 2º **A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor**.
> § 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.
> § 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:
> I - parcelamento ou edificação compulsórios;
> II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;
> III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
> **Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinqüenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.**
> § 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.
> § 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.
> § 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião (BRASIL, 1998, grifo nosso).

Os avanços dessa legislação são incomparáveis e trazem instrumentos inovadores como a autonomia dos municípios em relação à política urbana de forma universal. Porém, possui alguns entraves, principalmente em relação à função social da propriedade privada, cabendo ao poder público local observar se tal política está sendo cumprida ou não, mas não detalha qual instrumento deve ser utilizado nessa avaliação (BRITO, 2017).

Cronologicamente, o primeiro presidente eleito de forma direta após a ditadura militar (1965-1985) foi Fernando Collor de Melo (1990-1992). No seu governo, a pasta de habitação passou do extinto Ministério do Interior para o Ministério da Ação Social, e teve como principal ação o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH). Esse programa foi lançado em 1990, tendo como meta construir, em caráter de urgência, 245 mil unidades habitacionais em 180 dias, a partir de parcerias públicos privadas (PPP) com empreiteiras. O seu objetivo era reestruturar o setor imobiliário e da construção civil (RIBEIRO, 2007), deixando claro que o seu propósito não era em nenhum momento criar mecanismos de acesso à moradia para a classe trabalhadora

empobrecida, mas era uma reestruturação era para ser especulativa no sentido de operar com o capital especulativo.

O PAIH se dividia em três linhas de atuação: o Programa de Moradias Populares (unidades acabadas); o Programa de Lotes Urbanizados – com ou sem cesta básica de materiais, sendo que esses eram promovidos pelas COHAB's e as Cooperativas e Entidades de Previdência; e o Programa de Ação Municipal para Habitação Popular (unidades acabadas e lotes urbanizados), que eram de inteira responsabilidade dos municípios.

O programa tinha como objetivo, também, testar novas matérias-primas e técnicas na construção civil, que passariam pela aprovação da equipe técnica da CEF, que atuava de forma secundária através da implementação das linhas dos programas pelos agentes promotores (SOARES & MOURA, 2001).

A principal característica da linha de atuação do governo Collor, foi a criação de mecanismos que facilitassem a prática do clientelismo, direcionando a aplicação dos recursos, inclusive no que se refere à habitação (RIBEIRO, 2007). O PAIH foi considerado uma política segregacionista e contraditória, pois privilegiava os interesses privados em detrimentos dos interesses da classe trabalhadora, que além de ter que cumprir uma série de exigências legais junto a CEF, recebia um imóvel de 23 m² em péssimas condições de infraestrutura urbana, acabamento, ausência de saneamento básico e longe do centro da cidade, caracterizando mais uma vez verdadeiros bolsões de pobreza (FERREIRA, 2009; SOARES & MOURA, 2001).

Essa política foi um verdadeiro fracasso, pois houve um aumento, no prazo inicial que era de 180 dias e com a meta de construir 245 mil unidades habitacionais para 18 meses e diminuindo a meta para 210 mil unidades habitacionais. Portanto, o objetivo inicial também não foi alcançado, sendo que um dos empecilhos para tal foi a falta de recursos (FERREIRA, 2009) além, por óbvio, de evidenciar a incapacidade das políticas habitacionais em atender as famílias com renda de até três salários mínimos – uma herança do extinto BNH.

Em 1992, com o *impeachment* de Collor, as obras do PAIH foram suspensas em função de inúmeras denúncias de irregularidades em relação a sua execução. Ao assumir a presidência Itamar Franco (1992-1994), suspendeu definitivamente o programa em função dos altos custos financeiros, paralisando a construção de 12 mil casas em todo o país.

O governo de Itamar Franco reestruturou a gestão pública de então e criou novas políticas habitacionais, ainda sob comando do Ministério do Bem-Estar Social, sendo que ficou exigida a

participação dos conselhos comunitários, contrapartida dos governos locais e o financiamento por parte da União, sendo fundamental frisar que essas mudanças aumentaram de forma significativa o controle social e a transparência em relação a essas políticas (ARIMATEIA, 2006).

O então governo criou duas frentes de atuação no que diz respeito a habitação popular, sendo que um deles foi lançado em 1993, o Programa Habitar Brasil, com o objetivo de enfrentar o problema habitacional das famílias de baixa renda nas médias e grandes cidades, entendidas na época como as que possuíam mais de 50 mil habitantes. O principal critério para participação no programa era renda inferior a três salários mínimos, não ter participado de outro programa habitacional, possuir apenas um imóvel, e estar vivendo em locais que não apresentassem condições salubres de habitação (ARIMATEIA, 2006). Com objetivos semelhantes, foi lançado em 1993, também o Programa Morar Município, que tinha objetivos semelhantes, porém, voltados para as pequenas cidades (FERREIRA, 2009).

Apesar dos avanços dessas políticas, como reconhecer a problemática habitacional, a criação de mecanismos de controle social e transparência, existem muitas divergências na literatura sobre os alcances dos objetivos propostos, principalmente, porque houve uma dificuldade em abarcar os recursos financeiros advindos tanto de verbas orçamentárias como do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF) (SOARES & MOURA, 2001).

Outra mudança fundamental nesse período foi o estabelecimento de um novo conceito de déficit habitacional encomendado pelo governo. A Fundação João Pinheiro passou a considerar não só o número de unidades habitacionais, mas também outras variáveis como água tratada, esgoto, coleta de lixo, iluminação pública, adensamento e posse precária. Esse conceito é o mesmo usado atualmente, e marcou um novo momento nas políticas habitacionais no Brasil (SOUZA, 2008).

O início do governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-1998) teve como principal característica a descentralização dos recursos e maiores exigências legais para a realização dos empréstimos federais que tivessem como objetivo a aquisição de moradias (ARRETCHE, 2002). Nesse sentido, ocorreu uma reforma administrativa mais robusta que teve como consequência uma reestruturação institucional, extinguindo Ministério do Bem-Estar Social e criando a Secretária de Política Urbana (SEPURB) alocada no Ministério do Planejamento e Orçamento, que passou a ser o responsável pela estruturação da Política Nacional de Habitação.

Nesse período, houve ainda a elaboração e uma diversificação quanto aos programas habitacionais, Programa Habitar Brasil, Pró Moradia, Carta de Crédito Individual Associativa e o Apoio à Produção; entretanto, esses programas não dialogavam entre si, tendo como consequência uma política solta em diversas iniciativas. É importante salientar que nenhum desses programas atingiu êxito (MOREIRA & LEME, 2011).

Em 1999, foi lançado o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) que era um programa que se diferenciava dos demais pela forma como se dava o financiamento, a alienação fiduciária pela CEF, sendo que a fonte dos recursos destinados ao programa advinda do FGTS e recursos considerados não onerosos para a União. O programa tinha como público-alvo famílias com até seis salários mínimos e, sua principal ação foi a de reativar a construção dos conjuntos habitacionais na malha urbana já dotada de infraestrutura (BONATES, 2008).

O grande avanço da era FHC ocorreu em 2001, com a aprovação do Congresso Nacional e sanção presidencial do Estatuto das Cidades, projeto que tramitava há 13 anos e regulamentava a Constituição de 1988 criando possibilidades para que a função social da propriedade privada fosse cumprida, além de ser um importante instrumento para o equacionamento da questão habitacional no Brasil (BONDUKI, 2000). É necessário salientar que o governo FHC não se empenhou para que o PL do Estatuto das Cidades fosse aprovado, mas contou com a persistência dos movimentos sociais de luta pela moradia e pela reforma urbana (MARICATO, 1998).

Em 2002, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), tinham-se muitas expectativas com relação a temática que envolvia a produção de moradias populares no novo governo escolhido pelo povo, uma vez que, sua orientação ideológica era oposta à visão neoliberal de FHC.

O plano de governo do petista possuía uma parte dedicada exclusivamente à moradia, no qual propunha o combate ao déficit habitacional a partir do estímulo à construção de novas moradias – o que também aqueceria a indústria da construção civil, orientando-se na Constituição de 1988 e suas regulamentações, buscando assim que a propriedade privada cumprisse, enfim, a sua função social (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002).

2.3 Reforma ou Revolução? A habitação na era dos governos petistas: desdobramentos nacionais e locais

A Social Democracia é muito curiosa. Mesmo cercada de bastante expectativa por parte do eleitorado que levou o primeiro operário à presidência da República, Luiz Inácio de Lula da

Silva, as ações petistas, em relação a essa temática das políticas habitacionais, foram similares àquelas da ditadura militar.

O motivo obviamente, era o mesmo: mediar a "crise" habitacional e garantir bônus político. Portanto, a lógica dos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores, bem como de qualquer outro de orientação social-democrata é muito similar, pois é reformista, melhorando a vida do povo sem romper com a lógica do modo de produção capitalista. Para isso, foi criado o Ministério das Cidades.

A constituição deste Ministério é fruto de uma ampla luta política acumulada ao longo dos anos pelos movimentos sociais progressistas (também de orientação social-democrata em sua maioria como visto no início do capítulo) e parecia se confirmar como um marco que traria avanços para as cidades brasileiras (MARICATO, 2011).

Entre esses avanços, podemos destacar o fato de o Ministério possuir em sua estrutura interna uma secretaria específica para tratar somente da habitação, algo não implantado antes pelo ex-presidente neoliberal[7] Fernando Henrique Cardoso (FHC), de matriz ideológica oposta ao ex-presidente petista. Cabe destacar ainda que, a criação da Secretária de Habitação surgiu durante a transição do governo FHC/Lula "com base nos principais problemas sociais que afetavam as populações urbanas" (MARICATO, 2011, p.26).

Os diversos estudos realizados pelo "novo" Ministério das Cidades, a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000 e da Pesquisa de Informações Municipais de 2001 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostraram que o déficit habitacional na área urbana das cidades brasileiras correspondia, naquele momento, acerca de 5,5 milhões de moradias (BRASIL, 2004).

A partir desse diagnóstico, foi proposta a Política Nacional de Habitação (PNH), em sincronia com a Constituição Federal (CF), que trata a moradia como direito fundamental de cada cidadão no seu artigo 6º: "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição" (BRASIL, 1988), assim como o Estatuto das Cidades que estabelece a função social da propriedade, no artigo 182 inciso

[7] Segundo Moraes (2001), o termo neoliberalismo carrega ao menos três significados: 1- Uma corrente de pensamento e uma ideologia, Isto é, uma forma de ver e julgar o mundo social; 2- Um movimento intelectual organizado que realiza reuniões conferências e congressos, editar publicações, cria think-tanks; 3- Um conjunto de políticas adotadas pelos governos neoconservadores sobretudo a partir da segunda metade dos anos 70 e propagados pelo mundo a partir de organizações multilaterais criadas pelo acordo de Bretton Woods (1945).

2º “A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor”. Dentre os objetivos da PNH, cabe destacar a provisão da habitação, uma vez que o oferecimento de moradia digna para a população de baixa renda era o principal intuito desta política (BRASIL, 2004).

Em 2005, em continuidade com a visão progressista de que a moradia é um direito fundamental do cidadão, e como forma de dar prosseguimento à PNH, criou-se o Sistema Nacional da Habitação de Interesse Social (SNHIS) e instituiu-se o Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social (FNHIS), através da Lei nº 11.124, de 16 de Junho de 2005.

A principal meta do SNHIS era criar mecanismos para que as populações de baixa renda tivessem acesso à moradia digna por meio de programas de investimentos e subsídios, assim como ocorria, com as COHAB’s, sendo que, neste caso, as unidades habitacionais direcionadas à população trabalhadora de renda baixa - compreendida entre 1 e 3 salários mínimos - acabavam por serem vendidas a quem tinha renda maior que o teto determinado, ou seja, de modo similar à ditadura, também não alcançava o público-alvo.

Um dos princípios do SNHIS é que houvesse mecanismos para que a moradia passasse a ser tratada como um direito:

> Art. 2º Fica instituído o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, com o objetivo de:
> **I – viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável;**
> II – implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda; e
> III – articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação (BRASIL, 2005, grifo nosso).

A moradia já tinha sido incluída na Constituição Federal como direito fundamental, cinco anos antes, no artigo 6º da Constituição de 1988 pela Emenda Constitucional 26 em 14 de fevereiro de 2000, e como um mecanismo potencializador de inclusão social, visto que o não acesso, excluía milhares de brasileiros de viver em circunstâncias salubres, ou seja, de não possuir plenas condições para o seu desenvolvimento humano e social. Mesmo com esse avanço, é preciso colocar que a social-democracia procura “resolver” a questão habitacional de maneira equivocada, pois não ataca o problema em essência, que é a existência da propriedade privada, buscando assim, formas de “reformar” ou “revisar” o capitalismo.

Talvez o primeiro ideólogo dessa ideia tenha sido Eduard Bernstein, um dos líderes da II Internacional e defensor dos avanços dos direitos dos trabalhadores através de reformas sociais e

da democratização política do Estado. Obviamente, que essas ideias (similares às implantadas por Lula e Dilma) não levam em conta o próprio movimento histórico do capitalismo, contribuindo assim para a manutenção da sua dominação. Para Luxemburgo (2003, p. 69) “a tese revisionista é apenas uma adaptação ao capitalismo e representa o enterro do socialismo, baseado numa concepção vulgar da economia”, desnudando a concepção petista de apenas reformar, e não romper com a lógica da exploração de classes através da supressão da propriedade privada.

Grosso modo, podemos afirmar que a ideia destas correntes de clara influência social-democrata, lideradas pelo PT, não buscam acabar com a propriedade privada, mas apenas dar função social a ela, portanto, não se propõe, por essência ideológica, acabar com o déficit habitacional causado pelo regime burguês, mas em reduzí-lo.

Voltando a nossa temática, no âmbito municipal, e em consonância com a política nacional então em voga, a Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU) criou a Lei nº 9.080, de 25 de outubro de 2005, que instituiu o Plano Municipal de Habitação (PMH) "Tchau Aluguel" e deu outras providências. Esse Plano tinha como objetivo facilitar o acesso do povo a melhores condições habitacionais (UBERLÂNDIA, 2005), algo que, como será possível observar, não aconteceu.

O “Tchau Aluguel” tinha como público-alvo formado por, famílias com renda de até três salários mínimos[8], principalmente, residentes em Uberlândia a pelo menos três anos, e que não tivessem imóveis registrados em seu nome – comprovado pela apresentação de certidão negativa de propriedade de imóveis (UBERLÂNDIA, 2005).

A execução dessa política se deu, em especial, através de convênios entre entidades públicas como a CEF, privadas, ou na forma de mutirões para autoconstruções (UBERLÂNDIA, 2005). A forma de financiamento e execução foram muito semelhantes ao do BNH, que operava na ditadura militar. Ambos tinham como real objetivo ser mecanismos de reprodução do modo capitalista a partir da atuação em favor dos especuladores e/ou empresários da construção civil (o que já foi mostrado ao longo do capítulo). Algo também bastante semelhante a atuação do BNH, que favoreceu a elite nacional, aliás, a mesma que havia financiado o Golpe Militar de 1964 (CAMPOS, 2018), assim como as construtoras financiaram a campanha eleitoral do então prefeito, Odelmo Leão Carneiro, que tinha como vice o senhor Aristides Antônio de Freitas Borges, curiosamente o dono da maior imobiliária da cidade (Foto 9).

[8] Na época que a Lei foi sancionada, no ano de 2005, o salário mínimo era de R$ 300,00 (Trezentos Reais).

Foto 9 – Declaração de sócios da empresa Subsolo, a maior empresa imobiliária de Uberlândia, comprovando que o então vice-prefeito era um dos seus sócios. Fonte: < https://www.consultasocio.com/q/sa/renato-de-freitas-filho>. Acesso em 13 novembro de 2018.

O PMH "Tchau Aluguel", através de parcerias com o mercado especulativo local, iniciou a sua atuação de forma oficial de modo extremamente tímido, com a edificação e entrega de 183 casas (Tabela 1) no ano de 2008.

Tabela 1. Moradias construídas e entregues pelo Programa "Tchau Aluguel" em 2008, em Uberlândia (MG).

Programa	Bairro/Local	Tipologia	Unidades
Tchau Aluguel	Campo Alegre	Casas	158
Tchau Aluguel	Distrito de Tapuirama	Casas	25
	Total		**183**

Fonte: Banco de Dados Integrado da Prefeitura Municipal de Uberlândia (BDI, 2009).

A lei que institui o PMH foi sancionada em 25 de outubro de 2005, portanto, três anos antes das entregas das primeiras unidades. É importante ressaltar que o Banco de Dados Integrado (BDI) da PMU não coloca se o financiamento é de ordem local e/ou federal, deixando um vazio acerca desta questão, demonstrando falta de transparência por parte da gestão pública da época.

O auge do PMH se deu no ano de 2010 quando, na prática, em um único conjunto habitacional foram entregues 1.361 moradias, sendo 1.136 unidades habitacionais no bairro Jardim Célia (Tabela 2 e Foto 10). Ainda em 2010, foram entregues mais 225 unidades, com destaque para os 176 apartamentos construídos no Bairro São Jorge[9].

Tabela 2. Moradias construídas e entregues pelo Programa "Tchau Aluguel" em 2010 em Uberlândia (MG)

Programa	Bairro/Local	Tipologia	Unidades
Tchau Aluguel	São Jorge	Apartamento	176

[9] Observou-se que esse foi o único bairro que recebeu o conjunto habitacional de forma vertical.

Tchau Aluguel	Jardim Célia	Casas	1.136
Tchau Aluguel	Jardim Europa	Casas	10
Tchau Aluguel	Campo Alegre	Casas	39
	Total		**1.361**

Fonte: Banco de Dados Integrado da Prefeitura Municipal de Uberlândia (BDI, 2011).

Foto 10 – Unidades habitacionais entregues no bairro Jardim Célia em 2010. Fonte: Daniel Nunes (SECOM/PMU, 2010).

Por último, foram entregues 106 unidades habitacionais em 2011 (Tabela 3). Destaca-se aqui um declínio de mais de 90% em relação ao ano anterior, que possivelmente se dá por conta do lançamento, em 2009 do programa habitacional de abrangência nacional "Minha Casa Minha Vida", fazendo com que as iniciativas municipais se estagnassem ou fossem transferidas para a União.

Tabela 3. Moradias construídas e entregues pelo Programa "Tchau Aluguel" em 2011.

Programa	**Bairro/Local**	**Tipologia**	**Unidades**
Tchau Aluguel	Jardim Veneza	Casas	18
Tchau Aluguel	Distrito de Tapuirama	Casas	51
Tchau Aluguel	Maravilha	Casas	37
	Total		**106**

Fonte: Banco de Dados Integrado da Prefeitura Municipal de Uberlândia (BDI, 2012).

O poder público municipal, ao paralisar o programa local para se utilizar do federal, não considerou que o déficit de moradia continuava em escala crescente, dado que, de acordo com o

Censo Demográfico (2010), este valor saltou de 5,5 milhões, para 6,49 milhões de unidades habitacionais no Brasil. Por outro lado, essa circunstância mostra como o programa objetivou, também, atender aos interesses dos especuladores fundiários locais, fortalecendo as elites da região e mostrando, mais uma vez, o descompromisso em resolver de fato o problema, algo típico dos regimes de orientação social democrata[10].

Nesse sentido, pode-se perceber como ambos os planos, bem como as suas respectivas execuções, assemelham-se ao modelo desenvolvido pelo BNH, já que as construções foram financiadas por um banco - entendendo que o capital especulativo atuou por essa via no processo -, assim como as empreiteiras que foram contratadas para realizar as obras dos conjuntos habitacionais. Este exemplo mostra de maneira muito evidente a forma como são tratados os programas de moradia, demonstrando como estes modelos são estratégias do Capital para se reproduzir, enriquecendo cada vez mais quem o detém, e oferecendo migalhas à massa proletária.

A localidade onde foram construídos os conjuntos habitacionais reproduz a mesma lógica utilizada pelo BNH, uma vez que, todos são em locais distantes do centro da cidade - muitas vezes no limite legal da malha urbana -, ou seja, criam-se bolsões de pobreza, isolam os trabalhadores, e limitam o seu acesso à cidade e a tudo que ela tem e disponibiliza.

A distância da casa para o centro comercial, muitas vezes cerceia o operário de se deslocar para um espaço de lazer, sendo que esse também é um direto social garantido pela Constituição Federal em seu artigo 6º, bem como no Estatuto das Cidades. Essa opção feita na escolha dos locais fomenta também a especulação imobiliária, que, aliás, deveria ser combatida (mas não é) como propõe o Estatuto das Cidades, e, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) em seus princípios:

> Art. 4º A estruturação, a organização e a atuação do SNHIS devem observar:
> I – os seguintes princípios:
> a) compatibilidade e integração das políticas habitacionais federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, bem como das demais políticas setoriais de desenvolvimento urbano, ambientais e de inclusão social;
> b) moradia digna como direito e vetor de inclusão social;
> c) democratização, descentralização, controle social e transparência dos procedimentos decisórios;
> d) **função social da propriedade urbana visando a garantir atuação direcionada a coibir a especulação imobiliária e permitir o acesso à terra urbana e ao pleno**

[10] A Social Democracia trata o problema habitacional sob a falsa proposição de que faltam unidades habitacionais no Brasil, portanto não conseguem resolver essa situação, algo errôneo, pois na verdade, não existe um real compromisso dos gestores orientados por essa matriz ideológica para dar fim à propriedade privada, raiz maior do déficit de moradias.

> **desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade** (BRASIL, 2005, grifo nosso);

A especulação imobiliária é um processo onde o valor do solo urbano está associado não ao seu uso, mas ao valor que pode conferir ao seu proprietário (OLIVEIRA, 1978). No modo de produção capitalista, quem regula o uso do solo é o mercado, nesse caso a "mercadoria" possui um valor de uso – que é o valor para ter acesso – e o de troca (MARX, 1980; SINGER, 1982).

A potencialização desse processo especulativo ocorre justamente quando, em vez de se utilizar as propriedades que não estão cumprindo a sua função social na malha urbana para resolver o déficit habitacional, os chamados vazios urbanos (BRITO, 2017), se faz opção por lotes que estão fora do perímetro urbano da cidade para alocar as moradias advindas de programas de moradia, uma opção claramente excludente.

Ao ignorar esses vazios urbanos, que poderiam ser aproveitados para construção dessas habitações, foi possível observar que tanto o governo federal como o municipal estão descumprindo a função social da propriedade, e, por consequência, o Estatuto das Cidades (Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001):

> Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei.

Apesar de se apresentar como um instrumento inovador por regulamentar legalmente a função social da propriedade no espaço urbano, e também colocar à luz os conflitos cotidianos que ocorrem na cidade, fruto da lógica organizacional da sociedade no modo de produção capitalista (RODRIGUES, 2004), o Estatuto das Cidades é por vezes deixado de lado pela própria administração pública, pois mesmo com as limitações que a Social Democracia impõe à legislação, este instrumento oferece mecanismos de se combater a especulação imobiliária, contrariando, mesmo que de forma parcial, os interesses do capital especulativo.

Além disso, é importante frisar que os proprietários fundiários, também conhecidos como especuladores imobiliários, possuem diversos representantes nos poderes legislativo e executivo, e usam da "política da troca de favores", legislando e executando em causa própria e não em benefício do proletariado.

O Estatuto das Cidades, apesar de não garantir de modo completo o direito do acesso à cidade (como estamos vendo no caso específico de Uberlândia), é um instrumento fundamental

na luta para que este direito seja de fato efetivado (RODRIGUES, 2004). Porém, ao analisar a execução do PMH de Uberlândia, é possível observar que esse instrumento foi ignorado em sua execução, reproduzindo práticas que o Estatuto visa coibir. Ao criar áreas urbanizadas, os "vazios" se tornam locais onde a especulação imobiliária é fomentada.

A regulação do uso do solo urbano se dá através do mecanismo do mercado, principalmente em torno da especulação gerada pelos agentes imobiliários (SINGER, 1982), e os investimentos do Estado corroboram para o aumento (ou diminuição) da renda da terra. Nesse sentido, sua intervenção, mesmo conflitante, é necessária para a contenção do mercado especulativo imobiliário.

Assim, podemos afirmar que existem inúmeras contradições nas políticas públicas de habitação de Uberlândia, pois essa não está ligada à demanda social, mas à questão meramente econômica.

O que deveria ser o intuito principal, como a garantia efetiva do acesso da população trabalhadora a uma moradia digna, acaba sendo apropriado pelo capital financeiro, que se organiza e reproduz indefinidamente sua lógica meramente mercadológica. Portanto, o que deveria ser tratado como um direito, conforme colocado pela Constituição Federal de 1988, na prática é tratado como um bem de consumo, um produto ou uma mercadoria!

Da mesma forma que o Estatuto das Cidades não conseguiu ser implementado na íntegra, o objetivo do Ministério das Cidades em mitigar os principais problemas enfrentados pelas populações urbanas, neste caso, com destaque para a moradia, pouco avançou em seu propósito inicial. Ao contrário da ideia original, a qualidade de vida nas cidades continua piorando (MARICATO, 2011), sendo importante colocar que o Ministério das Cidades, bem como as políticas construídas foram sacrificadas em nome da ampliação da base parlamentar do governo Lula (MARICATO, 2011), ou seja, se transformou em mais um "joguete" da politicagem reformista.

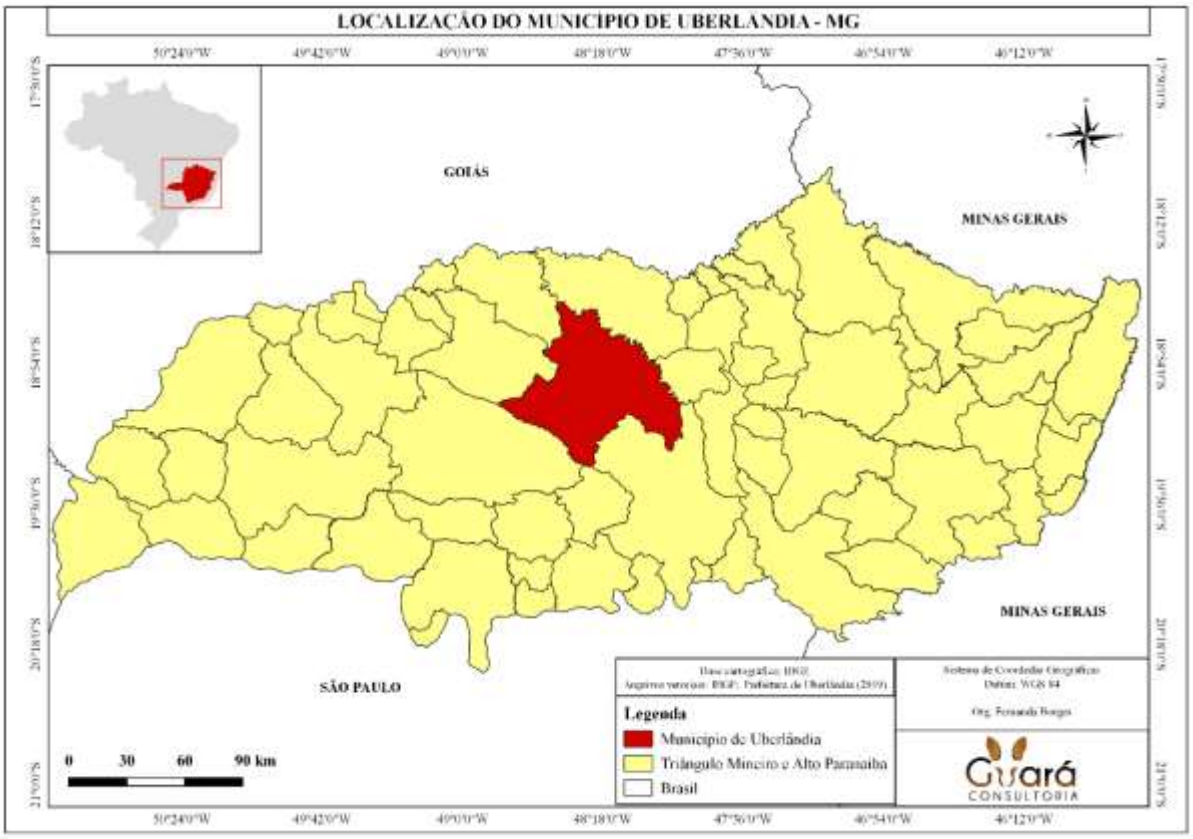
Mesmo dentro do modelo burguês, pensando na lógica política imposta pelo capitalismo, é possível apontar alternativas paliativas de se combater esse problema como o aumento progressivo do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), e o cumprimento da função social da propriedade privada, conforme coloca o Estatuto das Cidades. A pergunta a ser feita é: por que não se faz (ou fez) isso?

Infelizmente, a resposta é complexa, o modo como a questão habitacional é tratada pelos governos, inclusive os petistas, mostra os limites tanto do Neoliberalismo como, em especial, da Social Democracia que traça formas equivocadas de resolver a questão, pois não ataca o problema essencial, que é a existência da propriedade privada, ou seja, sua abolição é a abolição do déficit habitacional, sendo essa a essência do problema: enquanto houver propriedade privada, haverá moradias vazias que não cumprem o papel primordial da habitação que é servir às necessidades das populações humanas.

Diante disso, as políticas habitacionais praticadas no último período são de caráter reformista, além de reproduzirem o mesmo processo e os mesmos problemas que as dos governos anteriores. Não existe revolução sem rompimento com o modo de produção capitalista, entretanto, é importante ressaltar que os governos petistas e nem mesmo o Partido dos Trabalhadores (PT) se propuseram a ser revolucionários, já que possuem desde a sua fundação a orientação ideológica ligada à Social Democracia.

2. 4 O Residencial Campo Alegre, no setor Sul de Uberlândia (MG)

O município de Uberlândia se localiza na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (Mapa 1), no estado de Minas Gerais, possuindo 4.115.206 km² de extensão territorial. De acordo com IBGE, tem-se a projeção que Uberlândia conta atualmente (2019) com 691.305 habitantes, tendo uma densidade demográfica de 146,78 hab/km².



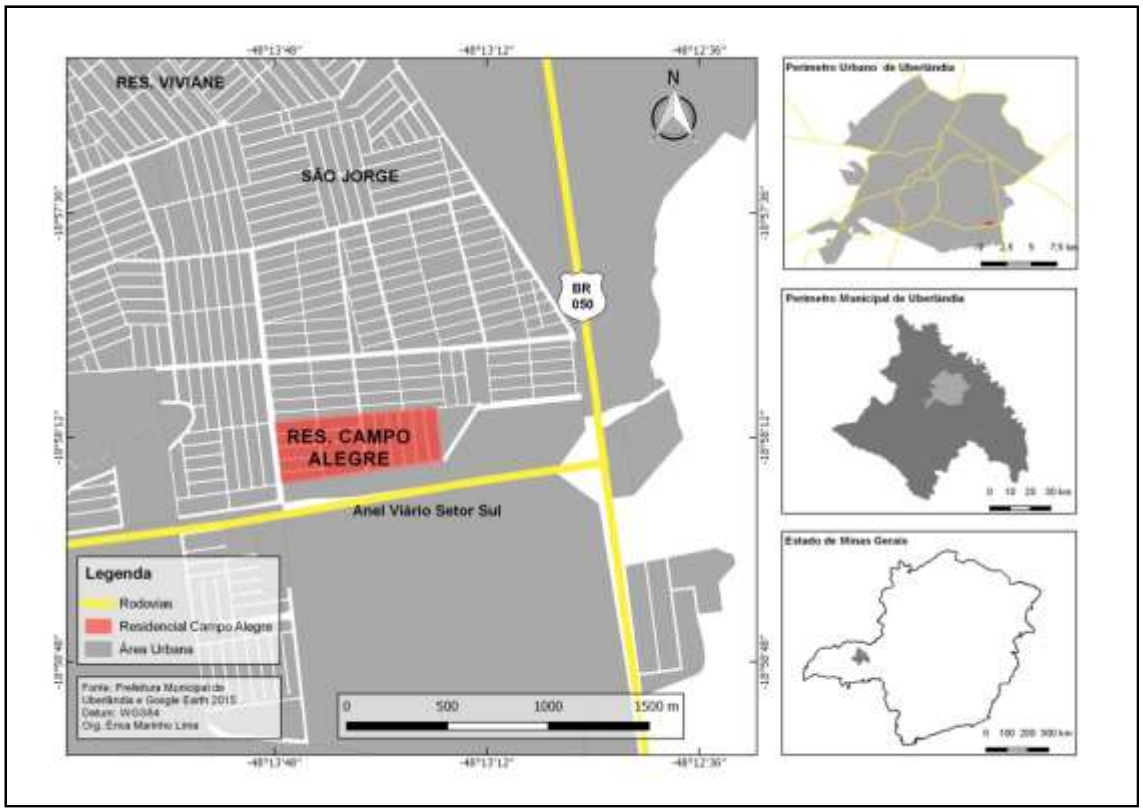
Mapa 1 – Mapa do município de Uberlândia – MG.

A economia é diversificada contando com 38.035 empresas atuantes no município, com destaque para os setores industrial, construção civil, comércio, serviços e agropecuário, que juntos empregam 212.580 trabalhadores, com destaque para o setor de serviços este último gera sozinho 119.340 empregos, onde observa-se destaque nacional da cidade, uma vez que o local sedia empresas especializadas em vendas atacadas (BDI, 2019).

O PIB (Produto Interno Bruto) do município é de R$32.536.256,03 bilhões, sendo que R$15.005.187 milhões é produzido pelo setor de serviços, que o principal ramo da atividade econômica local, principalmente por conta da localização geografia (BDI, 2019). A atuação de empresas ligadas ao setor, especializadas em vendas atacadistas, contribui de forma significativa para o desenvolvimento econômico local se consolidando como o principal negócio da cidade.

A cidade de Uberlândia conta atualmente com 74 bairros, e com previsão de mais 11 dentro do atual perímetro urbano. O Sul da cidade conta com dezoito bairros, sendo eles: Patrimônio, Morada da Colina, Jardim Karaíba, Jardim Inconfidência, Vigilato Pereira, Saraiva, Lagoinha, Carajás, Pampulha, Santa Luzia, Granada, São Jorge, Laranjeiras, Shopping Park, Cidade Jardim, Tubalina, Nova Uberlândia e Jardins (Roma, Barcelona e Gênova).

O destaque para a porção Sul da cidade, se dá em função do objeto de estudo estar localizado neste, o Residencial Campo Alegre, que integra o bairro São Jorge (Mapa 2). De acordo com o Banco de Dados Integrados (BDI) da Prefeitura Municipal de Uberlândia, o residencial começou a ser construído na gestão do Prefeito Zaire Rezende (2001-2004), a partir do (PSHIS) que foi financiado pela CEF em parceria com as Secretárias Municipais de Obras, Habitação, Serviços Urbanos, Desenvolvimento Social, Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), e a Diretoria Central de Operações (DICOP).



Mapa 2 – Mapa do bairro São Jorge, no município de Uberlândia.

O programa "Tchau Aluguel" beneficiou 278 famílias, com moradias que tinham, em média, 44,52 m². As casas foram levantadas pelos futuros moradores em regime de autoconstrução, supervisionados pela PMU. Foram selecionadas famílias com renda de até três salários mínimos[11] e o valor da prestação era 20% do valor da renda familiar, com duração de até seis anos.

[11] Em 2004, o salário mínimo, era de R$ 240,00 e equivalia a US$ 82,08

Em 2006 foram construídas mais cinquenta moradias através da parceria entre a PMU, que cedeu a área, e a Organização Não Governamental (ONG)[12] "Ação Moradia", que se organizou e recebeu verba da CEF pelo Programa Imóvel na Planta – Resolução nº 460, que é uma linha de crédito voltada para financiamento de empreendimentos habitacionais com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Este programa foi criado pelo Conselho Curador do FGTS e regulamentado pelo Ministério das Cidades, tendo como objetivo atender a demanda habitacional de famílias de baixa renda.

Os critérios de seleção dessas famílias perpassavam pelas suas condições socioeconômicas, sendo a exigência prioritária residir no município de Uberlândia há no mínimo três anos, não ter imóvel no nome de nenhum dos membros dos núcleos familiares e ter renda per capita de até trezentos reais (R$ 300,00)[13].

Em 2008 na primeira fase do PMH "Tchau Aluguel" foram entregues 158 moradias, e na segunda etapa mais 39 unidades habitacionais, como já citados neste capítulo.

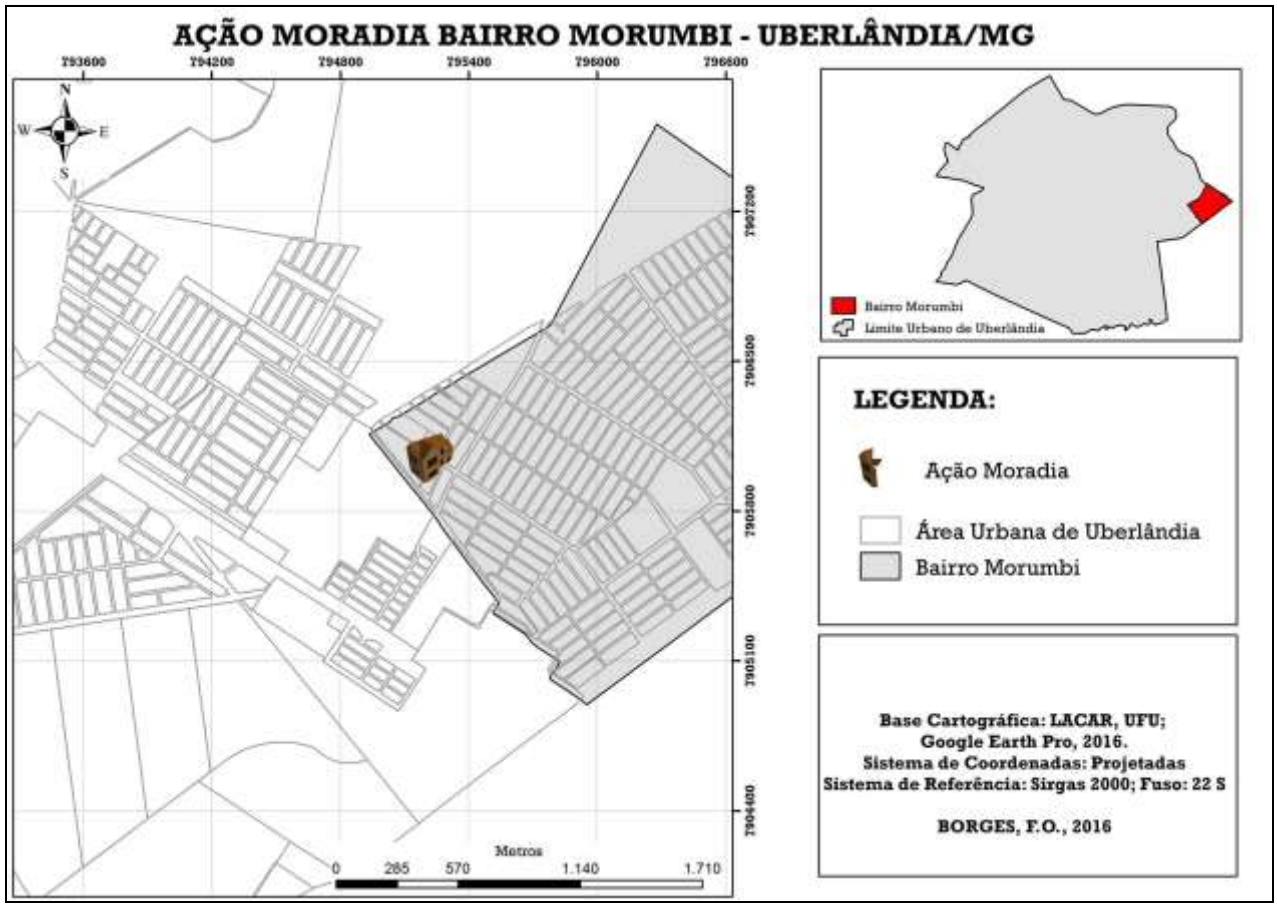
2.5 Estudo de Caso: Módulo Ecológico do Residencial Campo Alegre na cidade de Uberlândia (MG)

2.4.1 Trajetória Histórica

Na década de 1990, a falta de acesso à moradia para a classe trabalhadora fazia com que uma parte desse contingente ocupasse a cidade na luta diária e cotidiana por melhores condições para a sua reprodução social. Nesse sentido, em 1993, foi fundada a ONG "Ação Moradia" (Mapa 3), na porção Leste de Uberlândia (MG) que tinha como intuito ser um instrumento para a melhoria da qualidade de vida das famílias de baixa renda que viviam nas ocupações do bairro Dom Almir, São Francisco e Morumbi, consequentemente, contribuir com o desenvolvimento da comunidade local, sendo a sua principal atuação no sentido de melhoria das habitações do bairro, de modo geral, precárias e insalubres (SOUSA, 2016).

[12] Pode-se definir como ONG: "grupos que buscam, por um lado, influenciar e democratizar políticas governamentais, para que estas supram da maneira mais extensa possível as necessidades da sociedade e de condições de vida iguais e justas no mundo todo, e, por outro lado, movimentar a sociedade em que estão inseridas, utilizando-se de suas relações de solidariedade, na busca dessa democratização e influência política" (CAMBA, 2009, p.26).

[13] É importante contextualizar que esse valor se dava em um momento onde o salário mínimo era de R$ 350,00, o equivalente a US$ 191, 03 dólares, cotação de 21 de outubro de 2018.



Mapa 3 – Mapa de localização da ONG "Ação Moradia" no município de Uberlândia.

A questão habitacional na porção Leste da cidade foi elemento fundamental para a aglutinação de forças da comunidade que resultaram na criação da ONG, sendo que os seus principais dirigentes já atuavam na questão via Pastoral da Moradia da Igreja Católica (MEIRA, 2009). A principal motivação para a surgimento da Organização foi a ineficiência das políticas públicas habitacionais em alcançar as populações em vulnerabilidade social, considerando as que, naquele momento (década de 1990), residiam no setor Leste, em particular nos assentamentos urbanos no bairro Dom Almir (MEIRA, 2009).

A ONG "Ação Moradia" foi constituída em 17 de março de 1993 como uma organização de interesse público de caráter associativo e com personalidade de direito jurídico sem fins lucrativos. A atuação é norteada e estruturada pelos aspectos educativo, ambiental, assistencial e cultural, no campo filantrópico no qual promove, coordena e desenvolve programas e ações com o intuito de melhorar a qualidade de vida das famílias em situação de vulnerabilidade social

(AÇÃO MORADIA, 2019). Dentre os aspectos que merecem destaque, estão os objetivos que norteiam a ONG "Ação Moradia", contida em seu estatuto:

> 1. Promoção da educação cooperativista e o desenvolvimento da economia solidária;
> 2. Promoção e apoio às ações voltadas ao desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável, via projetos de inclusão, capacitação profissional e geração de trabalho e renda com incubação de empreendimentos comunitários solidários;
> 3. Promoção da defesa da ética, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia;
> 4. Realização de parcerias e convênios com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais;
> 5. Conservação e educação ambiental;
> 6. Promoção à Segurança Alimentar e Nutricional;
> 7. Promoção às artes, à cultura e ao esporte;
> 8. **Ação de incentivo à fabricação de tijolos ecológicos, construção de moradias em regime de mutirão e autoconstrução, bem como na replicação da metodologia social e construtiva**;
> 9. Promoção do atendimento e da defesa dos direitos da criança e do adolescente;
> 10. Prestação de Serviços de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.
> 11. Produção e comercialização de mudas de hortaliças, frutíferas e essências florestais;
> 12. Processamento e comercialização de produtos de origem agropecuária.
> 13. Produção e comercialização de mudas orgânicas e produtos agrícolas em geral, em estufas, hortas, e áreas destinadas para este fim (AÇÃO MORADIA, 2019, grifo nosso).

No ano 2000, a ONG "Ação Moradia" iniciou o projeto "Fábrica de Tijolos" produzindo tijolos ecológicos[14]. O tijolo produzido pela ONG era prensado com solo arenoso (85%), cimento (11%) e curado com água (4%), secando de forma natural (AÇÃO MORADIA, s/d).

O objetivo desse projeto era funcionar como um mecanismo para que os moradores dos bairros atendidos produzissem o material para a construção e melhoria das suas próprias habitações, que em geral, eram precárias. A matéria prima para a produção dos tijolos era arrecadada por meio de doações e subvenções fiscais do executivo municipal.

Em 2006, o projeto "Fábrica de Tijolos", agora financiado pelo Governo Federal, através dos recursos repassados pela CEF (Programa Imóvel na Planta – Resolução nº 460 de 14 de dezembro de 2004) construiu 50 moradias, abrigando 216 pessoas. A partir desse financiamento construiu-se mais 50 unidades habitacionais populares no Residencial Campo Alegre, que faz parte do bairro São Jorge no setor Sul da cidade de Uberlândia.

Esse novo bloco ficou conhecido como "Módulo Ecológico" por conta da origem dos materiais dos tijolos (Foto 11). Além do financiamento da CEF, houve uma parceria com a PMU,

[14] Esses tijolos são considerados ecológicos, pois em seu processo de fabricação não ocorre a queima de óleo diesel, nem tampouco necessita de aquecimento no forno ou gasto de madeira.

que cedeu a área onde foram construídas estas novas moradias e isentou os impostos iniciais de instalação habitacional.

Foto 11 – Bloco Módulo Ecológico, no momento de sua construção no bairro São Jorge no setor Sul de Uberlândia em 2006. Fonte: SOUZA, M. A, 2016

As cinquenta novas casas foram construídas em regime de autoconstrução pelos futuros moradores, com supervisão da ONG. As famílias selecionadas, além de produzirem os tijolos na fábrica, pagaram 72 parcelas que variaram entre cinquenta e cinco (R$ 55,00) e sessenta reais (R$ 60,00)[15], referente ao financiamento da CEF.

Ao analisar o perfil dessas famílias e entender a sua procedência, percebeu-se que estas se dividiam em três grupos: os que moravam em ocupações urbanas, casas cedidas por terceiros e alugadas. Quanto à edificação da habitação eram 10% de barracos (madeira, lonas), 3,75% barraco e alvenaria, e 86,25% de alvenaria[16].

O processo de construção dessas novas habitações envolveu todos os moradores com destaque para as mulheres, uma vez que a produção inicial dos tijolos foi feita exclusivamente

[15] Nessa época, o salário mínimo equivalia a US$ 191, 03.
[16] Dados cedidos pela ONG "Ação Moradia" colhidos no levantamento de perfil das famílias na selecionadas no ano de 2007.

por elas, e é no sentido de compreender a sua trajetória, tendo em vista todo o contexto habitacional uberlandense, que se dará o segundo capítulo, no intuito de compreender os aspectos históricos em que as mulheres foram subjugadas e submetidas a opressão, e de como nessas mesmas circunstâncias elas conseguiram avançar no que diz respeito a subversão da lógica que as oprime.

Ao construir uma retomada histórica as políticas habitacionais brasileiras, bem como, a forma que se dão é possível perceber essa se desdobra, principalmente, na segregação da população proletária. Esse processo repercute de maneira singular com as trabalhadoras, uma vez que, essas políticas são constituídas e reproduzem a lógica capitalista e patriarcal que sujeita as mulheres social e economicamente (HOFF, 2017).

É nesse cenário que se faz necessário ter como o foco da pesquisa as mulheres, sendo que está análise, evidenciará as desigualdades entre homens e mulheres que são frutos da construção social, que se alicerça nas diferenças biológicas (BERNARDE & ANTONELLO, 2019). É com o intuito de entender como se deu historicamente a construção da sociedade patriarcal buscando compreender como essas circunstâncias refletem na atualidade, e também de como as mulheres se organizaram (e se organizam) para resistir e subverter essa lógica, que nos debruçaremos no capítulo a seguir sobre a luta das mulheres no mundo com destaque para a União Soviética, por ser um exemplo emblemático e protagonista no avanço dos direitos das mulheres, para organização do movimento feminista na Europa e Estados Unidos da América e no Brasil, pensando como isso se desdobra na sociedade contemporânea, nos debruçaremos no próximo capítulo.

3 GEOGRAFIA FEMINISTA: o olhar geográfico sobre as questões de gênero

3.1 Introdução

Ao analisar o espaço é necessário compreendê-lo em sua totalidade, assim como as outras instâncias em que ele está contido e o contém, bem como as interações entre os diversos elementos que o compõem. Ao realizar esse exercício é possível recuperar a totalidade social, uma vez que, os fenômenos não estão isolados, mas são resultados do processo social (SANTOS, 2008). Entender o espaço perpassa por perceber como este é constituído por uma realidade objetiva, sendo assim um produto social que está em constante transformação, ou seja, para interpretar este é necessário captar a relação que estabelecida com a sociedade.

O espaço é, sobretudo, uma construção social que perpassa pelas questões de gênero, fruto das divisões sociais do trabalho que colocou e coloca a mulher em uma condição de submissa, porém por muito tempo as Ciências Sociais, bem como a Geografia, não se utilizavam desta categoria para a análise dos fenômenos. Os estudos, nesse sentido, começaram a aparecer no Brasil a partir do final da década de 1970 com a emergência dos movimentos feministas, que reivindicavam, sobretudo a igualdade entre homens e mulheres nas mais diversas dimensões – econômicas, sociais e políticas - num contexto em que se construía a abertura política caminhando para o fim da Ditadura (1964-1985) (SILVA, 1998). Concomitante a esse processo, existe uma ascensão da Geografia Crítica estruturada teórico e metodologicamente pelo materialismo histórico e pela dialética (CORRÊA, 1995).

A Geografia até esse momento, de modo geral, realizava análise dos fenômenos sociais considerando que a sociedade fosse homogênea, assexuada e neutra, e mesmo quando levavam em conta as questões de classe, não buscavam compreender que esses sujeitos se posicionam na sociedade quanto ao gênero (SILVA, 1998), essas circunstâncias se davam, pois a ciência era praticada majoritariamente por uma maioria de homens brancos, o que contribuiu para a hierarquização do conhecimento científico (CASTRO & PINTO, 2018).

Historicamente, as reivindicações dos movimentos feministas estão ligadas em romper com a lógica que inferioriza a mulher, lutando para garantir os seus direitos políticos, sociais e trabalhistas (NASSER & DIAS, 2017). A mais importante contribuição do movimento é a ruptura com o modelo androcêntrico – postura científica que se intitula neutra, mas que faz uma análise dos fenômenos a partir da ótica masculina -, pois a partir de agora a ciência conseguiria fazer os

estudos considerando que existe uma construção social que consiste na desigualdade entre homens e mulheres (OLIVEIRA, 2014).

Os movimentos feministas trazem uma importante contribuição ao fomentar novas categorias de análise dos fenômenos, em particular para se pensar em um novo paradigma capaz de romper com a centralidade dada ao homem branco e heterossexual (ao qual se pensava que incluía a mulher), e dessem visibilidade as mulheres pensando a sua condição enquanto sujeito social.

A emergência da luta das mulheres, dessa forma, começa a influenciar a academia a partir dos anos de 1960, mas toma corpo apenas nos anos 1980, e se dá principalmente pelo posicionamento político das pesquisadoras(es), com destaque para as áreas de Educação, História, Enfermagem, Sociologia, Antropologia e Literatura (SILVA, 2013).

A Geografia também incorpora, ainda que com muito atraso em relação às outras áreas e de forma muito tímida, em suas pesquisas, a análise de gênero, uma categoria por muito tempo ignorada (REIS, 2015).

Na década de 1980, os estudos geográficos que utilizavam esse viés se pautavam principalmente em estudar as diferenças e desigualdades entre homens e mulheres, bem como os seus respectivos papéis sociais, e de como isso refletia no espaço. Apesar de serem descritivas e limitadas, cumpriram um papel fundamental para as reformulações conceituais na ciência geográfica (ANDRÉ, 1990).

Porém, apesar dos avanços descritos, havia uma subestimação dos processos de construção social das relações entre homens e mulheres, pois mesmo reconhecendo os estereótipos, não se questionavam as suas origens, o que tornava o recorte meramente descritivo (ANDRÉ, 1990).

Nessa perspectiva, fazer uma análise profunda das causas e consequências acerca das construções sociais que criam as desigualdades de gênero na sociedade Silva (1998) coloca que, para se fazer uma Geografia Feminista, é necessário incorporar as contribuições teóricas do feminismo ao analisar um fenômeno geográfico e de gênero. Para tal, se faz necessário compreender que o feminismo é um movimento que se organiza motivado pelas mudanças sociais visando a emancipação da mulher e o estabelecimento de relações em grau de igualdade para com os homens.

O surgimento da “Geografia Feminista” se deu, portanto, em um contexto onde se predominam uma visão privilegiada de raça e sexo, contestada por diversos grupos, inclusive os de cunho feministas, de forma que os grupos marginalizados pudessem ser enxergados pela ciência (BHERING, 2014). A incorporação de novos conceitos e paradigmas se dá, principalmente, pelo engajamento das/os geógrafas/os, que se inspiram nos trabalhos de geógrafas/os estadunidenses e europeus que analisam as questões socioespaciais sob o enfoque de gênero (SILVA, 2013). Ao questionar a visão e produção científica a partir do olhar (e da dominação) masculina, a Geografia Feminista, de acordo com Reis (2015, p. 30):

> [...] tem se destinado a reconhecer a forma em que as relações de gênero constituem um processo da sociedade contemporânea determinante nas distribuições espaciais da atividade humana, nas desigualdades regionais, na configuração do espaço social, no uso dos recursos naturais na percepção e experiências espaciais.

O uso do termo gênero começa a ser utilizado pelo movimento feminista na década de 1970, elaborado pelo feminismo anglo-saxônico, que era uma referência à organização social das relações entre os sexos (OLIVEIRA, 2014). Nesse sentido, nós utilizaremos da categoria gênero a partir da definição dada por Scott (1995, p. 83) como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”, ou seja, o que deveria ser uma diferença biológica foi organizado para ser alicerce das relações de dominação dos homens sobre as mulheres, e a subordinação delas a eles. Assim, podemos afirmar que as relações de gênero são fruto de um processo pedagógico que tem início no nascimento e se perpetuam ao longo da vida, no qual reproduzem uma relação que coloca o homem como o detentor de poder e oprimindo a mulher, mesmo nas circunstâncias mais íntimas como, por exemplo, a sexualidade (CABRAL & DIAZ, 1998).

O entendimento das relações de gênero perpassa por compreender a formação social, bem como os seus reflexos nos campos políticos, na divisão do trabalho, na exploração e na dominação (REIS, 2015). É importante frisar que “gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p.83), ou seja, existe a necessidade de se entender quem está exercendo o poder sobre quem, que no nosso caso se dá a partir da construção histórica de dominação dos homens sobre as mulheres.

Os estudos vinculados a essa nova vertente geográfica buscam compreender as diferenças e desigualdades entre homens e mulheres, bem como as consequências que isso coloca para a produção e organização do espaço (ANDRÉ, 1990). A Geografia cumpre um papel fundamental

ao desvendar o espaço geográfico, colocando-nos uma interpretação do mundo, porém, essa se torna muito mais completa quando incorpora a categoria gênero, pois, a partir de então, passa a interpretar os sujeitos, os produtores e consumidores do espaço. Essa explicação é fundamental, pois começa a compreender que a dominação masculina é uma construção social e a enfrentar questões, como por exemplo, a naturalização desses posicionamentos.

O espaço tem sua estrutura fundada nas relações sociais e de produção, essas relações estão orientadas pelo modo de produção capitalista e são organizadas para que este continue a se perpetuar (CARLOS, 2007). A sociedade, no capitalismo, é hierarquizada e se divide em classes, raças, etnias e gênero, de modo que, a classe dominante explore e exerça a dominação sobre a classe trabalhadora. As relações de gênero são constituídas de poder, por conseguinte hierarquizadas conduzindo a uma desigualdade entre homens e mulheres (SILVA, 2000), sendo que estas podem ser compreendidas "a partir da sua materialidade concreta na estruturação do espaço" (REIS, 2015, p.23).

Ao utilizar a categoria gênero como instrumento de análise das relações sociais, é possível compreender como estas se materializam na produção dos diferentes espaços geográficos. A construção social, ao longo do tempo, construiu os papéis a serem desempenhados no cotidiano da sociedade, o que inclui a produção do espaço, situando homens e mulheres de maneira diferente no mundo, na qual muitas vezes é relegada à mulher a condição de submissão (GARCIA, 2004).

As relações sociais e de gênero, portanto, são fundamentadas no modo de produção capitalista que as organiza de forma que esta opressão continue a se perpetuar. Uma ferramenta importante para essa perpetuação, é a lógica organizativa da sociedade, a lógica patriarcal. É nesse sentido que construímos o próximo tópico, com o objetivo de entender em que contexto surge esta lógica, e como se perpetuou até o momento contemporâneo.

3.2 Patriarcado: a origem da opressão contra as mulheres

O patriarcado o qual, de acordo com Arruzza (2015), pode ser lido como "um sistema de relações, tanto materiais como culturais, de dominação e exploração de mulheres por homens" (ARRUZZA, 2015, p. 39) começa a se estruturar enquanto lógica organizativa da sociedade em um processo concomitante ao de civilização no qual os homens passaram a estabelecer uma relação de poder subjugando as mulheres. Essa construção social foi, ao longo do tempo, incorporada nas crenças, na cultura e até mesmo nas instituições (STEARTS, 2007), abrangendo

não só a família, mas a sociedade como um todo (SAFFIOTI, 2004). A incorporação da estrutura patriarcal se potencializou na medida em que a sociedade deixa de ser nômade, e passa a ter a agricultura – substituindo a caça e a coleta – como atividade principal, com a produção de excedente econômico (STEARTS, 2007).

As mulheres da classe trabalhadora sempre estiveram inseridas no mundo do trabalho contribuindo para a reprodução social de seu núcleo familiar e para a criação de riqueza social e, possuíam um papel importante nas economias pré-capitalistas por serem ativas economicamente e ainda realizarem os trabalhos domésticos, mesmo num contexto no qual que eram consideradas inferiores aos homens nos aspectos jurídico, social e político (SAFFIOTI, 2013). À medida que se inferiorizava a importância do trabalho das mulheres, tornando-o menos relevante, criou-se um caminho fértil para a exclusão delas do sistema produtivo (SAFFIOTI, 2013). Nesse sentido é possível observar um movimento coordenado para a invisibilização do trabalho das mulheres, fazendo com o que patriarcado se concretizasse na sociedade (STEARTS, 2007).

O patriarcado se modernizou ao mesmo tempo em que se dá a organização da sociedade, e partiremos do proposto que este "designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens" (DELPHY, 2009, p.173). As relações estabelecidas tanto na esfera pública quanto na esfera privada estão arraigadas na lógica patriarcal, ou seja, existe uma relação de poder no qual o homem busca dominar a mulher, determinando inclusive o que vem a "ser homem" e "ser mulher" (OLIVIO, 2015).

A sexualidade é um dos aspectos no qual o patriarcado mais subjugou as mulheres, a partir dos controles criados pelas sociedades – podendo ser feito, inclusive, em formas inclusive de mutilação - com o intuito de garantir a fidelidade aos maridos (SAFFIOTI, 2004). Para tal, se utilizavam inclusive das instituições com destaque para as de cunho religioso travestido pela "moral e os bons costumes" (MENEZES et. *al* 2011) mostrando mais uma vez que o patriarcado "é um esquema de pensar/sentir/agir que atravessa a construção social de todos os seres humanos" (OLIVIO, 2015, p.83).

Curiosamente, da mesma forma, a sexualidade do homem é reforçada e estimulada se desdobrando em uma liberdade ilimitada, enquanto a das mulheres é reprimida, tendo o intuito de servir aos homens com exclusividade (PINHEIRO, 2008).

As relações de produção são organizadas, também, pelas relações patriarcais – e vice e versa de forma dialética -, que no caso das sociedades contemporâneas exercem um papel

fundamental na divisão do trabalho, relegando a família à esfera privada. É nesse contexto que é construída socialmente, a família patriarcal, onde o homem se apropria do trabalho que a mulher desempenha na esfera privada sem uma contrapartida salarial, pois, o considera como um trabalho improdutivo (SILVA, 2013). Segundo Engels (2017, p.97) "a mulher converteu-se em primeira criada, sem mais tomar parte na produção social", sendo que a esfera privada, na qual se insere a família, é o principal espaço onde a mulher é oprimida.

O patriarcado, assim, foi ao longo dos tempos sendo aprimorado enquanto estrutura social e se tornou um instrumento importante na reprodução do modo de produção capitalista, pois, as tarefas desempenhadas pelas mulheres, em particular, o trabalho doméstico e o cuidado com a prole, lhe são atribuídas como obrigações biológicas, fazendo com que não exista um custo para o capital, mas ainda assim garantem a ele manutenção do seu exército de reserva contribuindo assim para a geração de riqueza social (SAFFIOTI, 2013).

Dessa forma, a partir do papel da mulher na sociedade do século XXI, podemos observar o quanto a família, nos moldes que conhecemos (ou seja, na forma burguesa), é essencial para a reprodução do capitalismo, uma vez que, de acordo com Costa (2017) a inserção da mulher no mundo produtivo representa a exploração da mais-valia e a alienação, associado a exploração da mais-valia social que se dá através do seu trabalho doméstico.

Não colocamos aqui a mulher na condição de vítima, mas como sujeita de sua própria história, a qual é marcada por relações desiguais e de subordinação. Nesse sentido que no próximo tópico faremos um levantamento histórico acerca das lutas e conquistas das mulheres, que questionaram (e ainda questionam) a lógica organizativa da sociedade construída historicamente como "verdades absolutas" que foram ao longo do tempo elaboradas e disseminadas pelos homens.

3.3 A luta pelos direitos das mulheres: aspectos históricos

Em 1910, Clara Zetkin (Foto 12), membro do Partido Comunista Alemão, propôs ao participar do 2º Congresso Internacional das Mulheres Socialistas, a criação do Dia Internacional da Mulher, sendo importante salientar que não foi definida uma data específica (BLAY, 2001).

Foto 12 – Clara Zetkin. Fonte: http://www.esquerdadiario.com.br/Clara-Zetkin-seus-primeiros-anos-de-luta

Em 8 de março de 1917, trabalhadoras russas se organizaram e foram as ruas reivindicar melhores condições de trabalho, sendo que essa manifestação foi considerada o início da Revolução Russa, a Revolução de Fevereiro de 1917, também conhecida como a Revolução Branca (Foto 13) (TROTSKI, 2017).

Em outubro de 1917[17] os bolcheviques chegam ao poder, e no ano seguinte elaboraram a primeira constituição soviética que traz no Capítulo 5º, artigo 22, uma das primeiras conquistas das soviéticas, os "direitos iguais de todos os cidadãos" (URSS, 1918), esse é um avanço que está muito além de seu tempo histórico mostrando como as mulheres conseguiram estar presentes na ampla transformação social e política pela qual passava a recém fundada União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), demonstrando uma preocupação ímpar da legislação em garantir a igualdade jurídica entre homens e mulheres (SALLES, 1980). Essa vitória se destaca, principalmente, pelo fato de romper com a herança machista, misógina, e retrógrada do regime czarista que eram arraigadas na moral religiosa e legal (SENNA, 2016).

[17] Cabe destacar que a Revolução Russa, apesar de sempre ser considerada como ocorrida em outubro, na verdade ela ocorreu no início de novembro. O motivo para essa polêmica histórica de datas, se dá pelo fato do povo russo, até a subida dos bolcheviques ao poder, seguir o calendário juliano, e não o gregoriano

Foto 13 - Revolução Russa de Fevereiro de 1917. Fonte: https://www.marxismo.org.br/content/a-revolucao-de-fevereiro-de-1917-assaltando-o-ceu/

Em 1918, Comitê Executivo Central dos Sovietes, órgão do mais alto escalão do legislativo, ratificou o Código Completo do Casamento, da Família e da Tutela refletindo a preocupação dos bolcheviques com a situação das soviéticas (MARIANO, 2017). Para eles, o capitalismo havia criado uma contradição que sobrecarregava ainda mais as mulheres, pois estas teriam que estar no mercado de trabalho, ao mesmo que tempo que se responsabilizavam pelos afazeres domésticos e cuidados com a prole, fazendo com quem a rotina fosse bastante penosa (GOLDMAN, 2014).

A proposta dos bolcheviques para este imbróglio em que se encontravam as mulheres era de passar o trabalho realizado na esfera privada, como lavar, passar, cozinhar, costurar e o cuidado com os filhos, para a esfera pública, de forma que elas ficassem livres para ingressar na esfera pública em condições de igualdade para com os homens, libertas do trabalho doméstico (GOLDMAN, 2014).

Essa proposta também perpassava pela criação de um mecanismo para a emancipação econômica das mulheres, as quais seriam educadas e assalariadas, tendo assim condições de buscar os seus objetivos (GOLDMAN, 2014). Instituições firmadas na dependência econômica das mulheres para com os homens como o casamento, se extinguiram, uma vez que, não seria necessária a intervenção do Estado na união dos mesmos (GOLDMAN, 2014).

Sob pressão das militantes comunistas para se organizarem enquanto mulheres dentro do partido, 1919 foi criado o *Zhenotde* (na tradução literal “Seção Mulher”) com o intuito de buscar uma melhor condição material para a vida delas e ser um espaço que conseguisse agregar mais mulheres para o Partido Bolchevique.

Ainda seguindo no caminho do avanço, em 1920, foi aprovado o documento “Sobre a Saúde da Mulher” na URSS, que estabelecia o período de licença-maternidade remunerada, a proibição do trabalho noturno, e a restrição quanto ao desempenho de suas atribuições em locais insalubres paras as grávidas e lactantes.

Anos mais tarde, em particular em 1924, no XIII Congresso do Partido Comunista, as mulheres apresentaram muitas demandas a serem resolvidas, e essas leis passaram a ser mais rígidas sendo que a partir daquele momento as gestantes e lactantes não poderiam ser demitidas, as mães com crianças de até um ano teriam prioridade em continuarem empregadas. E as que fossem demitidas poderiam continuar se utilizando das creches, e por fim as mulheres solteiras não poderiam ser expulsas dos alojamentos (GOLDMAN, 2014; SENNA, 2016).

A legislação não se limitou em igualar a condição de homens e mulheres, mas exerceu também papel fundamental na tentativa de transformar o trabalho doméstico historicamente imputado às elas na esfera privada, em uma questão a ser resolvida na esfera pública, pelo Estado. Isso culminou em uma transformação e ampliação dos serviços sociais - creches, lavanderias, hospitais -, essas medidas tinham como intuito liberar a mulher do trabalho doméstico para que essa pudesse participar da vida social (SALLES, 1980).

A saúde da mulher, também foi uma pauta que se desenvolveu com grande envergadura na URSS. Em 1920, os Comissários da Saúde e da Justiça legalizaram a interrupção voluntária da gravidez, pois, a prática ilegal se dava em condições insalubres e nocivas ao corpo, além de serem realizadas sem o auxílio médico (GOLDMAN, 2014). Sob a correta lógica de que a criminalização era inútil para combater esta prática, e que a legalização era a forma do Estado amparar a mulher nas questões morais e/ou econômicas, que fazia com que essa necessitasse de realizar o procedimento, sendo este seguro e legal (GOLDMAN, 2014).

A era Lênin, iniciada com a revolução de outubro de 1917 e que encerrou em 1924, foi marcada por inúmeros avanços para as mulheres, mesmo com todos os percalços como, por exemplo, a dificuldade em responder a demanda pelo número de abortos (GOLDMAN, 2014). Em 1926, já sem o principal líder da URSS vivo, a reestruturação do Código da Família foi extremamente retrógrada, pois burocratizou o processo de divórcio, que a partir daquele momento só seria concedido em casos graves e após análise do caso por um juiz (SIRELLI & CRUZ, 2017).

Já em 1930, o Comitê Central anuncia a reestruturação da organização partidária extinguindo o *Zhenotdel* sob a justificativa de que a questão histórica da mulher já havia sido resolvida, não sendo mais necessária uma seção específica, mas que as outras seções absorveriam a questão.

A ascensão de Joseph Stálin em 1924, foi marcada por inúmeros retrocessos no que diz respeito a emancipação das mulheres quando comparadas à era Lênin (SENNA, 2016), inclusive com a proibição do aborto em 1936, o que reafirmava a negação do direito de a mulher tomar decisões acerca do seu corpo, tratando a maternidade como algo meramente compulsório. Essas mudanças acabavam por reafirmar o papel que a mulher tinha na família burguesa, sendo que esse período ficou caracterizado pela retomada das concepções conservadoras e moralistas (SIRELLI & CRUZ, 2017).

Em 1936 a Constituição Soviética foi reformulada, ficando conhecida como a "Constituição de Stálin", na qual em meio a todos esses retrocessos "garantia" os direitos básicos das mulheres enquanto cidadãs da URSS, sendo eles:

> Artigo 122 — Às mulheres na URSS são concedidos direitos iguais ao homem, em todas as esferas da economia e da vida do Estado, cultural, política e socialmente.
> O gozo desses direitos é assegurado pela concessão à mulher do direito ao trabalho como ao homem, com o mesmo salário, e com todos os direitos de descanso, seguro social e educacional e pela proteção do Estado aos interesses da mãe e da criança, descanso durante a gravidez, assistência em maternidade, enfermarias e creches.
> Artigo 137 — As mulheres têm o direito de elegerem e serem eleitas em condições iguais aos homens.

Apesar de amparadas juridicamente em seus direitos básicos, a concepção do papel da mulher na sociedade soviética mudou radicalmente nesse período, passando de processo de libertação da mulher, em relação ao papel que lhe foi conferido na família tradicional burguesa, para um fortalecimento repressivo da família, o que criava espaço perene para o enraizamento do patriarcado (SIRELLI & CRUZ, 2017; GOLDMAN, 2014).

O Partido Bolchevique, para Goldman (2014), deixou de lado ideias revolucionárias como a de socialização do trabalho doméstico, que teria como consequência a libertação das mulheres da construção histórica que lhe foram impostas pelo patriarcado; bem como a criação e promoção de mecanismos do estabelecimento de relações verdadeiramente livres entre homens e mulheres, passando a tratar essas questões apenas de forma retórica e vazia.

Os retrocessos também chegaram ao campo educacional, o decreto de 1940, que taxou o ensino superior, deixando só o ensino básico gratuito. Em 1943, a situação se torna a ainda pior,

atingindo diretamente as mulheres, pois, a educação mista é abolida, naturalizando as desigualdades, uma vez que, a justificativa para esse ato se deu sob o argumento de que a educação a ser recebida por homens e mulheres teria que ser diferente, pois, uma educação mista não contemplava as particularidades dos papéis a serem exercidos por cada gênero na sociedade (NAVAILH, 1995; SIRELLI & CRUZ, 2017).

Após a morte de Stálin em 1953, Nikita Kruschev assume a liderança da URSS, iniciando um período muito conturbado, pois, as disputas internas se acirraram havendo inclusive um distanciamento da base operária. O único avanço dessa era Kruschev, foi em 1955 quando o aborto é novamente legalizado (NAVAILH, 1995).

Em 1964, com a morte de Kruschev, Leonid Brejnev assumiu a liderança da União Soviética, em 1965, a partir de um decreto, o divórcio com consentimento mútuo é desburocratizado em caso de não haver filhos, em outras circunstâncias teria a necessidade de passar pela justiça, mas com poucas formalidades (NAVAILH, 1995). Ainda nessa era, é promulgado o Código da Família em 1968, que não apresentou nenhum avanço, pois, rejeita os "excessos" da era Lênin e os "rigores" da era Stálin (NAVAILH, 1995).

Logo após o falecimento de Konstantin Chernenko, que ficou no poder apenas por quinze meses, em 1985, Mikhail Gorbatchev foi eleito secretário geral do Partido Comunista. Gorbatchev ficou conhecido pelas políticas de reestruturação econômicas Glasnost (abertura) e Perestroika (reconstrução/reestruturação), além de fracassadas, essas políticas contribuíram de forma expressiva para o fim da URSS.

A situação das mulheres se agravou nesse processo, a desigualdade se aprofundou sendo que os principais obstáculos enfrentados eram a carência de amparo estatal no que se referia aos cuidados com as crianças e a dificuldade em comprar alimentos (MANDEI, 1988). Nesse período as mulheres não ocupavam nem 5% dos cargos do Comitê Central, aos poucos foi sumindo a vida na esfera pública, o que refletia as circunstâncias cotidianas como o fato de ocuparem postos de trabalhos pouco qualificados, a dupla jornada com o trabalho doméstico, a falta de políticas de saúde preventiva (MANDEI, 1988). Esse quadro mostra que com as reformas de Gorbatchev reorganizou a sociedade de forma que essa passou a se comportar de forma muito semelhante a sociedade burguesa, impondo a mulher inúmeras cargas.

Destacamos os avanços acerca dos direitos das mulheres na URSS, pois esta nação pioneira nisso, tanto que muitos avanços conquistados durante o período da Revolução Russa não

existem até hoje em muitos países, como o fato de tratar igualmente homens e mulheres, a socialização do trabalho doméstico ou, a legalização da interrupção voluntária da gravidez. Essas conquistas refletiram no avanço na luta das mulheres, em particular, na efervescência do movimento nas décadas de 1960/1970, quando as mulheres ocidentais se inspiravam nos ideais de emancipação debatidos já na década de 1920 na URSS (MANDEI, 1988).

No próximo tópico buscamos entender como esse processo se dá ao longo da história a partir de um compilado da trajetória e a matriz ideológica Movimento Feminista no mundo.

3.4 As "ondas" do movimento feminista na Europa e nos Estados Unidos da América

Ao longo da história sempre houve mulheres que contestaram a lógica organizativa da sociedade, no caso o patriarcado, e em particular as opressões que lhe eram impostas, porém isso não se dava necessariamente de modo organizado em um movimento uno e mundializado na forma como conhecemos hoje. O fato de a história ser narrada majoritariamente por homens fez com que o protagonismo das mulheres enquanto sujeitas de sua própria história fosse invisibilizado.

A construção de uma narrativa a qual subjugava as mulheres e as relegava como seres inferiores e/ou estigmas pejorativos é histórica, mas essa concepção se disseminou com muita força no período medieval, em particular por conta da combinação de fatores da riqueza material com a construção ideológica da Igreja Católica tornando o ser feminino uma mistura de ser maligno e duvidoso (GEVEHR & SOUZA, 2014).

Esse contexto criou um terreno fértil para, no século XIV, a Igreja instaurar o Tribunal do Santo Ofício. Esse era um momento marcado por profundas transformações do modo de produção feudal, sendo que essa ação da igreja era uma forma de buscar a sua perpetuação no poder. Esse processo foi marcado por uma movimentação interna do clero de retirada das mulheres de sua estrutura hierárquica e como consequência relegou a sociedade como um todo, a saída da mulher da esfera pública (FREIRE *et al*, 2006).

Esse processo tomou corpo, principalmente, a partir do século XV onde a Igreja tinha um domínio efetivo da sociedade e disseminava que a relação com o sagrado se dava principalmente com as práticas de controle do corpo, exaltando os votos de castidade e, a renúncia aos desejos sexuais. Essas circunstâncias recaíam sobre as mulheres com mais força, pois, elas eram as "tentações" incessantes responsáveis pela perdição moral dos homens (GEVEHR & SOUZA, 2014).

O questionamento dessa ordem era interpretado pelos inquisidores como uma ação herege, e prendiam as mulheres até o julgamento sob a acusação de bruxaria; a Igreja era implacável fazendo com que muitas pagassem com a própria vida pelos atos de rebeldia (PINTO, 2010). Essa "caça às bruxas", apesar de justificada pela moral religiosa, era na verdade o medo do desconhecido, uma vez que as mulheres representavam a necessidade de mudança em meio a uma sociedade que desejava manter as velhas formas e estruturas da sociedade feudal (FREIRE *et al.*, 2006).

A origem do medo se dava principalmente por conta dos conhecimentos que as mulheres tinham em relação ao parto, às curas de doenças e até mesmo na fabricação dos remédios a partir de plantas (bem como de venenos), esses eram considerados segredos femininos (FREIRE *et al.*, 2006). Esse saber que também pode ser entendido como uma forma de poder amedrontava os homens que associavam essas circunstâncias a mitos e crenças, motivando uma caça sangrenta a estas mulheres, terminando muitas vezes com estas sendo queimadas vivas (FREIRE *et al.*, 2006).

O discurso "científico" corroborava com o discurso religioso, levando à prática da medicina a ser essencialmente masculina e criminalizando o saber das mulheres, principalmente com relação ao parto (FREIRE *et al.*, 2006). A "caça às bruxas" se perpetuou por muitos séculos mesmo nas novas organizações religiosas, pois, Lutero então líder dos protestantes, não rompeu com essas práticas. Essa construção de desvalorização da mulher teve início no ápice da crise do modo de produção feudal, porém se perpetuou (e ainda se perpetua) por muitos séculos, mas mesmo invisibilizadas dos processos históricos que tratavam a sociedade como homogênea e assexuada, as mulheres sempre lutaram e resistiram a essa lógica.

A luta das mulheres começa a se inscrever no campo dos movimentos sociais organizados a partir do movimento feminista que se caracterizou em "ondas", mesmo com as diversas matrizes ideológicas. Assim, a síntese que faremos aqui será um compilado dos marcos históricos do movimento feminista hegemônico, entendendo que sempre existiram (e existe) diferentes correntes políticas, mas que em determinado momento histórico houve uma convergência por um objetivo, porém sempre com a demarcação ideológica que as orientava (BITTENCOURT, 2015).

Em 1791, Mary Wollstonecraft que pertencia ao setor mais radical da aristocracia intelectual inglesa, influenciada pelas ideias iluministas, escreveu "A Reivindicação dos Direitos da Mulher" no qual combatia as estruturas feudo-patriarcais que se organizavam, de forma que a

dependência da mulher para com o homem parecesse natural, assim como a existência da mulher apenas para a satisfação do homem (GANDHI, 2016). Apesar das limitações de classe, o documento reconhece que as mulheres operárias eram em certa medida mais independentes, uma vez que já estavam inseridas no mercado de trabalho (GANDHI, 2016). É importante frisar que esse escrito foi elaborado antes do emergir dos movimentos de mulheres, já século XX.

Dividindo-se os movimentos feministas "em ondas", a primeira delas tem início no final do século XVIII, em meio à Revolução Francesa e seguiu até as duas primeiras décadas do século XX, esse período ficou conhecido pela luta do direito ao voto (BITTENCOURT, 2015). Sua popularização se deu, em especial, pelo movimento das *Sufragistas* (que inclusive se transformou em filme como mostra a Foto 14), as quais realizaram inúmeras manifestações em Londres onde foram, inicialmente, reprimidas e presas. Elas protestaram também com greves de fome, merecendo destaque o ocorrido em 1913, quando a ativista Emily Davison se atirou na frente do cavalo do Rei inglês, em uma corrida realizada na cidade de Derby, que a levou a óbito, gerando uma onda de protestos em Londres. Apesar dos enfrentamentos, a conquista do voto só ocorreu em 1918 em alguns países da Europa, como a Inglaterra (PINTO, 2010).

Foto 14 – Cartas de divulgação do filme Sufragistas. Fonte: https://mdemulher.abril.com.br/cultura/quem-foram-as-sufragistas-da-vida-real/

A matriz ideológica predominante na primeira onda é o liberalismo, que é fundamentado na ideologia burguesa, e teve como característica a busca pela ampliação dos conceitos de cidadania e democracia (BITTENCOURT, 2015). O liberalismo teve papel fundamental no rompimento com o modo de produção feudal em um contexto onde a burguesia lutava com o

objetivo de conquistar o poder, isso significava romper com os valores e estruturas do feudalismo, defendendo a razão e a igualdade de direitos entre homens e mulheres (GANDHI, 2016). Porém, essa visão propunha a igualdade apenas enquanto direitos formais e legais, sendo assim cada indivíduo deveria aproveitar essa "oportunidade" e construir o seu sucesso, podemos entender a partir disso que essa filosofia é individualista e não constrói esforços coletivos (GANDHI, 2016).

Nessa perspectiva, o objetivo das mulheres era se inserir na lógica a partir dos direitos políticos, podendo assim, votar e ser votada, além do acesso à educação formal, à formação profissional, os direitos sociais, e o ingresso no mercado de trabalho.

É importante colocar que essas conquistas são relevantes para a emancipação das mulheres em particular na dimensão econômica, porém, o movimento não tinha como horizonte o rompimento com a lógica da exploração capitalista e do patriarcado, tanto que as pautas se referiam à esfera pública e não à privada.

A primeira onda do movimento feminista também ficou conhecida por suas limitações, uma vez que, as reivindicações atendiam as necessidades apenas das mulheres brancas e de classe média (BITTENCOURT, 2015). O arrefecer dessa primeira onda se deu entre a década de 1960/1970 principalmente por lutarem por direitos isolados – que foram conquistados -, mas não questionava o contexto onde as relações de poder são estabelecidas, ou seja, no âmbito da vida privada, como por exemplo, a distribuição das tarefas domésticas (CYFER, 2009).

A segunda onda se deu entre as décadas de 1970 a 1980, em um contexto diferenciado, pois era um momento em que eclodiu nos Estados Unidos da América (EUA) o Movimento Hippie, a Guerra do Vietnã e o Maio de 1968 em Paris (Foto 15) (BITTENCOURT, 2015). Nesse período surgiu nos EUA, a primeira pílula contraceptiva desenvolvida a base de hormônios e apresentava quase 100% de eficiência, que além de ser considerado um grande feito da farmacologia, respondia a uma demanda do movimento feminista tendo como impacto a chamada "revolução sexual" alterando a dinâmica social, algo que se perpetua até os dias atuais (SANTANA & WAISSE, 2016).

Foto 15 – Manifestação em Maio de 1968 em Paris. Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/23/cultura/1524504798_329892.html

Esse momento do levante feminista é marcado pela influência externa de partidos políticos e outros movimentos sociais, os quais enxergavam o cunho burguês-liberal das organizações feministas (BITTENCOURT, 2015). Esse período ficou marcado pela inserção das mulheres negras no movimento o que as obrigou a fazer uma análise mais profunda do sistema que lhes oprime incluindo as questões de classe e raça (BITTENCOURT, 2015), mostrando como uma pauta de se inserir na lógica, através da legislação, não era suficiente para suprir as desigualdades de oportunidades, mas era necessário romper com a desigualdade de condição, sendo preciso que o Estado atuasse para que esse objetivo fosse cumprido (GANDHI, 2016).

A contribuição teórica desse período é muito importante, uma vez que, é nessa época que se inicia o processo de constituição acerca dos conceitos Desigualdade de Gênero, Sexo e Orientação Sexual, buscando desmitificar as construções sociais do que seria atribuído como papel de homens e mulheres (BITTENCOURT, 2015).

O avanço neoliberal a partir dos anos 1980, que teve como consequência a intensificação econômica globalizada, a retirada de direitos trabalhistas em um contexto de forte repressão contra os movimentos sociais, estes tinham força para levantes por eles. Por consequência, essas circunstâncias também influenciaram o movimento feminista, inclusive criando um descenso entre diversos autores sobre a existência ou não de uma terceira onda do movimento feminista (BITTENCOURT, 2015).

3.4.1 O movimento feminista no Brasil

A luta pelos direitos das mulheres no Brasil, assim como no caso soviético tem origem operária, tendo início em 1907 com uma greve de tecelões em São Paulo - categoria que era majoritariamente feminina-, cuja principal reivindicação era a redução da jornada de trabalho para oito horas diárias (TELES, 1999).

Após dez anos em 1917, foi convocada uma nova greve pelo movimento de costureiras de orientação anarquista denominado "União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas" que teve como vitória a promulgação de uma lei que aboliu o trabalho noturno das mulheres e das crianças (TELES, 1999; PINTO, 2010), sendo importante lembrar que a Constituição de 1891 vigente à época, sequer citava a palavra mulher.

No ano de 1920, Maria Lacerda de Moura e Bertha Lutz (Foto 16) fundam no Rio de Janeiro, a Liga para a Emancipação Internacional da Mulher, com o intuito de lutar pela igualdade política das mulheres (KUNZLER, 2008). A década de 1920 foi um período de efervescência política no país, inclusive com influência soviética, pois, em 1922 é fundado o Partido Comunista do Brasil, então conhecido como PCB.

Nesse mesmo ano Lutz organiza a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino fortemente influenciado, por entidades norte-americanas (TELES, 1999), ou seja, sob um viés liberal que buscava inserir a mulher na lógica vigente, diferente do caso soviético que propunha uma transformação da ordem social. Esse período, influenciado inclusive pela primeira onda do movimento feminista internacional, na década de 1920, é marcado por buscar direitos que contemplavam apenas as mulheres brancas e de classe média.

Figura 16 – Berta Lutz. Fonte:http://amaerj.org.br/noticias/semana-da-mulher-bertha-lutz-foi-pioneira-na-organizacao-da-luta-feminista/

A grande luta desse período era pelo direito ao voto feminino, que só se tornou realidade após a chegada de Getúlio Vagas ao poder na Revolução de 1930, a partir do Decreto nº 21.076, de 24 de janeiro de 1932:

> Art. 2º É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código.
> Art. 4º Não podem alistar-se eleitores:
> a) os mendigos;
> b) os analfabetos;
> c) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior (BRASIL, 1932).

Apesar, dos avanços no que diz respeito ao voto feminino, a legislação continua reafirmando traços muito excludentes em outros aspectos por fazer distinção utilizando o grau de escolaridade ou mesmo a condição social. A ampliação do direito seguiu ocorrendo de forma muito limitada, pois, por conta dos requisitos, quem teve acesso foi a elite intelectual e financeira.

Esse direito foi incorporado na Constituição de 1934, com a ajuda de Cartola Pereira Queiróz (Foto 17), a primeira mulher constituinte (KUNZLER, 2008; MARQUES, 2018). A Constituição de 1934 trouxe novos avanços que marcaram a luta pelo reconhecimento da igualdade já que o artigo 113:

> Art 113 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à subsistência, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

> 1) Todos são iguais perante a lei. Não haverá privilégios, nem distinções, por motivo de nascimento, sexo, raça, profissões próprias ou dos pais, classe social, riqueza, crenças religiosas ou idéias políticas. (BRASIL, 1934)

Foto 17 - Cartola Pereira Queiróz. Fonte: https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/carlota-queiroz-foi-primeira-deputada-da-historia-do-brasil-84233/

No que diz respeito às mulheres, o aperfeiçoamento da legislação se deu principalmente no sentido de compensar os desequilíbrios legislativos sobre igualdade salarial, conforme disposto no artigo 121, alínea "a" ficando proibida a "diferença de salário para um mesmo trabalho ou função, por motivos de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil" (BRASIL, 1934). Quanto às condições de trabalho, a partir da proibição da mulher trabalhar em indústrias com condições insalubres, conforme disposto no artigo 121, alínea "d"; assistência a parturiente antes e depois do parto por meio da Previdência Social de acordo com o disposto no artigo 121 alínea "h":

> Assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante, assegurando a esta descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do emprego, e instituição de previdência, mediante contribuição igual da União, do empregador e do empregado, a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos casos de acidentes de trabalho ou de morte (BRASIL, 1934).

A Constituição brasileira de 1937, aprovada no governo Vargas na conhecida "ditadura" do Estado Novo, mantêm os avanços da constituição anterior, entretanto, os direitos foram impedidos de serem exercidos em função do período ditatorial (Estado Novo), a Constituição subsequente, no caso a de 1946, redemocratiza o país "universalizando" e tornando obrigatório o sufrágio, mas mantendo as exceções já estabelecidas pela Constituição de 1932 (SERAFIN, 2012).

A partir de 1937, o movimento feminista brasileiro passa por um refluxo, refletindo a conjuntura nacional após o golpe, que irá durar até o início da década de 1970, de forma mais significativa. Porém, isso não quer dizer que não ocorreram ações, podemos citar, por exemplo, a luta contra o alto custo de vida no início da década de 1950 (OTTO, 2004).

Em 1962, outra importante conquista é alcançada pelas mulheres brasileiras através da Lei Federal nº 4.121, de 27 de agosto de 1962, também conhecida como "Estatuto da Mulher Casada" que dispunha sobre a situação jurídica das mulheres casadas dando a elas um novo horizonte que possibilitava que agissem de forma plena, banindo a incapacidade feminina (em termos jurídicos). Essa legislação permitia o ingresso no mercado de trabalho sem que precisasse da autorização do marido, diferente do que trazia a CLT de 1943 na qual mulher necessitava da autorização do cônjuge para o exercício de atividade profissional, porém garantia ao homem o direito de exigir o fim do contrato da esposa a qualquer tempo de acordo com a sua vontade, e garantia também o direito da mulher sobre os filhos e em caso de separação a possibilidade da guarda compartilhada (MIRANDA, 2013).

Entendemos que, no campo jurídico, a Lei Nº 4.121/1962 trouxe avanços, principalmente, por não mais considerar a mulher como uma incapaz, entretanto a relação de poder estabelecida na esfera privada (e que reflete na esfera pública) estava longe de ser superada. Um bom exemplo da perpetuação da subordinação, é o fato de que o homem poderia exigir o fim do contrato a qualquer momento de acordo com a sua vontade, ou seja, a relação de dominação e subordinação, não foi rompida e ainda era legitimada pelo Estado brasileiro.

Em, 1964 o Brasil sofre um golpe militar e se instala uma ditadura impedindo que os direitos políticos, quaisquer que fossem, pudessem ser exercidos. No que diz respeito às mulheres, a única alteração relevante da Constituição de 1967, é que aposentadoria passa de 35 anos de trabalho para 30, e na Constituição de 1969 não sofreu nenhuma alteração (SERAFIN, 2012).

A presença das mulheres nos movimentos de resistência armada à ditadura (Foto 18), cumpriu um papel importante, pois, não só rompia como transgredia, com toda uma lógica da construção social do que deveria ser uma mulher (SARTI, 2001). Apesar de não se organizarem especificamente em torno dessa pauta, as militantes negavam diariamente o papel que lhe era atribuído pela sociedade rompendo com instituições como o casamento, assumindo uma postura

de liberdade sexual e colocando em xeque questões tradicionais como a virgindade, além do fato de se "comportarem como homens" ao pegar em armas (SARTI, 2001).

Foto 18 - Da esquerda para a direita: Helenira Resende, Aurora Maria Nascimento Furtado, Soledad Barrett, Dinalva Oliveira Teixeira, Isis Dias de Oliveira, Ana Rosa Kicinski Silva. Todas elas pegaram em armas contra a ditadura militar. Fonte: http://www.vermelho.org.br/noticia/279618-10

A Organização das Nações Unidas (ONU) na I Conferência Internacional da Mulher, no México, que ocorreu em 1975, declarou este ano como, o Ano Internacional das Mulheres, reflexo disto é que ocorreu uma semana de debates intitulados "O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira" (PINTO, 2010), realizados na Associação Brasileira de Impressa, no Rio de Janeiro. O reconhecimento internacional sobre a questão da mulher criou um espaço para atuação dos movimentos sociais nos bastidores da clandestinidade, sendo que, nesse mesmo ano, Terezinha Zerbini, organizou o "Movimento Feminino pela Anistia" (Foto 19) que cumpriu um importante papel na luta pela anistia, conseguida em 1979 (SARTI, 2001; PINTO 2010).

Foto 19 – Cartaz do Movimento Feminino pela Anistia no Brasil. Fonte: http://movimentossociaisde1970.blogspot.com/2013/11/movimento-feminino-pela-anistia.html

A relação com a Igreja Católica marcou esse período de movimentos de mulheres no Brasil, principalmente, com as organizações femininas de bairros, que ganharam força fazendo parte dos trabalhos pastorais inspirados na Teologia da Libertação (SARTI, 2001), conhecidas como Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Essa relação com a Igreja é sempre muito delicada, uma vez que, apesar de incentivar a participação das mulheres na vida comunitária impunha limites reforçando os estereótipos do que deveria ser o papel da mulher na sociedade (SARTI, 2001).

A relação dos movimentos de mulheres com a Igreja, passou por alguns momentos conflituosos, como em 1977 quando foi aprovada a Lei Federal nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, de autoria do senador Nelson Carneiro (MDB), conhecida como a "Lei do Divórcio" que dispunha sobre a dissolução da sociedade conjugal e do casamento. Essa legislação causou um grande debate, principalmente com as instituições religiosas (como a Igreja Católica), uma vez que, o ato de se divorciar era considerado um pecado mortal, pois, a família é a "célula base" da sociedade (FÁVERI, 2007).

A defesa do divórcio, mais uma vez, não se dava de modo a romper com a estrutura patriarcal da sociedade, mas de "reenquadrar" homens e mulheres em seus "papeis" na sociedade, sempre creditando à mulher a manutenção da família e defesa da honra (FÁVERI, 2007).

O movimento de mulheres no Brasil, em particular, na década de 1970 se caracteriza principalmente por se organizar nos movimentos reivindicatórios de infraestrutura urbana básica, pois, essas demandas giravam em torno das necessidades essenciais para reprodução social da família (SARTI, 2001). O movimento dito feminista surge em meio às mulheres de classe média intelectualizada tendo como horizonte uma profunda transformação social, porém, as questões propriamente feministas, ou seja, tratando especificamente das questões de gênero aparecem apenas no final dos anos 1970 alinhado a uma influência da segunda onda do movimento feminista internacional (SARTI, 2001).

Entre as pautas prioritárias do movimento dos anos 1970 estiveram também como foco as demandas que envolviam as questões de violência política e sexual – por conta das prisões de mulheres que atuavam na resistência à ditadura e foram enquadradas pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) -, doméstica e racial (SANTOS, 2010).

Ao iniciar o processo redemocratização nos anos 1980, o movimento feminista emerge na luta pelos direitos das mulheres abarcando uma enorme diversidade de organizações e coletivos (PINTO, 2010). A pauta era ampla e tratava desde questões como a violência, sexualidade, direito à terra, saúde, racismo e opção sexual, influenciado pelas mulheres que voltavam do exílio e que traziam consigo a bagagem do que viveram no exterior na efervescência do movimento feminista europeu, aliando muitas vezes com os movimentos populares de mulheres das CEBs incluindo na pauta a luta pelo direito à educação e, ao saneamento básico (PINTO, 2010).

A origem do movimento feminista no Brasil, bem como no mundo tem início na classe média intelectualizada, porém, apresenta algumas particularidades ao estabelecer um diálogo com os movimentos de mulheres populares, provocado novos debates e desafios (PINTO, 2010).

Em consonância com esse movimento aumenta-se a participação política na Câmara Federal, sendo que em 1978 são eleitas duas deputadas[18]. Na eleição seguinte, em 1982, esse quadro avança elegendo oito mulheres[19], e em 1986 elegem-se 26 deputadas[20], que apesar de

[18] Lígia Bastos (RJ) e Júnia Marize (MG)
[19] Júnia Marize (MG), Rita Furtado(RO), Bete Mendes(SP),Irma Passoni (SP), Lúcia Viveiros(PA), Cristina Tavares (PE), Ivete Vargas (SP), Myrthes Bevilacqua(ES)

percentualmente representarem menos de 10% do universo total de deputados, tiveram um papel fundamental na construção da Constituição de 1988 (GARCIA, 2011).

O Brasil passou por um longo processo de redemocratização e esse período se consolidou com a Constituição de 1988, conhecida por ser a "Constituição Cidadã", pois, aprofundou e criou direitos assim como delegou para o Estado novas responsabilidades para com os cidadãos. Antes da aprovação da nova Carta Magna em 1985, o então presidente José Sarney criou a partir da Lei Federal Nº 7.353, de 29 de agosto de 1985, o Conselho Nacional de Direito das Mulheres (CNDM) que era vinculado ao Ministério da Justiça, sendo que essa ação é fruto da influência internacional, através da efervescência que a Declaração da Década da Mulher (1975-1985) promulgada pela ONU, bem como da ação dos movimentos de mulheres que o pressionaram a fim de obter esse importante espaço de debate acerca da condição das mulheres (LIMA, 2016).

O CNDM juntamente com diversos grupos como Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), teve participação fundamental na construção da CF/88 a partir da campanha "Mulher e Constituinte" que tinha como slogan "Constituinte Pra Valer Tem Que Ter Palavra de Mulher" (Foto 20), a meta era percorrer o país elencando demandas, propostas e debatendo as questões a serem incorporadas. Ao final da elaboração da "Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes". Esse movimento também ficou conhecido como "Lobby do Batom" (forma pejorativa que a imprensa colocou no movimento) que agregou o CNDM, as deputadas constituintes, e os movimentos feministas da época (AMÂNCIO, 2013).

[20] Abigail Feitosa (BA), Ana Maria Rattes (RJ), Bete Azize (AM), Bete Mendes (SP), Cristina Tavares (PE), Dirce Tutu Quadros (SP), Eunice Michiles (AM), Irma Passoni (SP), Lídice da Mata (BA), Lúcia Braga (PA), Lúcia Vânia (GO), Márcia Kubitschek (DF), Maria de Lourdes Abadia (DF), Maria Lúcia Araújo (AC), Marluce Pinto (RR), Moema São Thiago (CE), Myriam Portela (PI), Raquel Cândido (RO), Raquel Capiberibe (AP), Rita Camata (ES), Rita Furtado (RO), Rose de Freitas (ES), Sadie Hauache (AM), Sandra Cavalcanti (RJ), Wilma de Faria (RN)

Foto 20 – Encontro Nacional Mulher e Constituinte. Fonte: http://mulherestransformadoras.com.br/novo/2018/10/09/30-anos-de-constituicao-os-avancos-nos-direitos-das-mulheres/

No que se refere aos direitos das mulheres a CF/88 foi um marco legal já que é um instrumento que expressa a igualdade de direitos e deveres entre todos os cidadãos, algo inédito no histórico constitucional do país (RODRIGUES & CORTÊS, 2016), entretanto, as desigualdades podem ser observadas pelo número de deputadas constituintes quer eram apenas 24 de um total de 512[21], que é um reflexo da construção patriarcal da sociedade. Entretanto, mais de trinta anos depois da CF/88 muitas lutas ainda são travadas como, por exemplo, a descriminalização do aborto visto que a legislação atual prevê este apenas em casos de estupro, fetos anencefálicos ou de risco para a vida da parturiente.

Entretanto, apesar dos inúmeros avanços, existem muitas questões emergentes, como a evolução nos espaços de poder, bem como, na participação no parlamento, a violência doméstica e as condições de vida como o acesso aos serviços públicos como saúde, educação e habitação. Os anos 1990, foram muito importantes no sentido de avanço dessa luta por outras vias.

3.4.2 Pós-1988: desafios e perspectivas para as mulheres

[21] Abigail Feitosa (BA), Anna Maria Rattes (RJ), Benedita da Silva (RJ), Bete Mendes (SP), Beth Azize (AM), Cristina Tavares (PE), Dirce Tutu Quadros (SP), Irma Passione (SP), Lídice da Mata (BA), Lúcia Braga (PB), Lúcia Vânia (GO), Márcia Kubitschek (DF), Maria de Lourdes Abadia (DF), Maria Lúcia (AC), Marluce Pinto (RR), Moema São Thiago (CE), Myriam Portela (PI), Raquel Cândido (RO), Raquel Capiberibe (AP), Rita Camata (ES), Rita Furtado (RO), Rose de Freitas (ES), Sadie Hauache (AM), Sandra Cavalcanti (RJ), Wilma Maia (RN)

Os anos da década de 1990 são marcados por uma perspectiva de avanço da ampliação da cidadania haja vista que a sociedade passou a gozar de plenas liberdades constitucionais, porém, a onda neoliberal difundida no Brasil pelos governos neoconservadores emperrou novas conquistas e o aprofundamento da democracia (GARCIA, 2015). A questão das mulheres não ficou imune a essas circunstâncias, tanto que o CNDM perdeu sua importância e prestígio durante os governos Fernando Collor (e Itamar Franco) e Fernando Henrique Cardoso - FHC (PINTO, 2010).

No decorrer dos anos 1990 o movimento feminista passou por um processo de institucionalização e profissionalização, com a criação de organizações políticas, mas principalmente de Organizações Não-Governamentais (ONGs) que tinham como objetivo atuar junto ao Estado com o intuito de garantir medidas de proteção para as mulheres, e ampliação de sua participação política (PINTO, 2010).

O movimento feminista brasileiro usou como estratégia visibilizar as questões acerca da condição das mulheres, essa opção teve como preço a "saída" das ruas e a busca por espaços concretos, o que tornou esse processo mais diverso e difuso (SOARES, 1994). Entretanto, o movimento herdou do movimento feminista internacional um aspecto peculiar ao tratar as esferas públicas e privadas de forma fragmentada, não construindo uma conjuntura analítica do contexto onde as mulheres estão inseridas (SOARES, 1994).

O movimento foi muito exitoso ao expor suas questões tanto é, que muitas destas foram incorporadas, de alguma forma, aos partidos políticos, aos movimentos sociais e populares, adentrando, inclusive, campo das pesquisas acadêmicas (SOARES, 1994). Essas circunstâncias corroboraram para uma série de conquistas obtidas nesse período, como a criação de Juizados Especiais Criminais através da Lei Nº 9.099 de 1995, reflexo direto da atuação estatal e de luta do movimento feminista (SANTOS, 2010).

A partir dos anos 2000, tem-se um novo panorama do movimento, em particular com a derrocada da onda neoliberal no Brasil liderado por FHC (PSDB), quando o seu sucessor José Serra (também do PSDB) perde as eleições para Lula (PT) em 2002.

Os governos petistas são marcados por conquistas importantes, tais como a reformulação do CNDM em moldes semelhantes a como foi criado, a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) que possuía *status* de ministério e tinha como objetivo articular e

fomentar políticas que tivessem como objetivo melhorar a vida das mulheres (OLIVEIRA & CASSAB, 2014).

A pauta acerca da violência é sem dúvida a que mais cresceu nesse período, por existir uma dificuldade em tratar essa questão e por se tratar principalmente da esfera privada, denominada violência conjugal e/ou doméstica. A luta por uma lei que pudesse coibir a violência contra a mulher de forma ampla, demorou a se institucionalizar sendo que o Brasil ratificou a Conferência do Belém do Pará em 1995, no qual se comprometia a criar leis com o objetivo de erradicar a violência contra a mulher, porém isso não aconteceu (OLIVEIRA, 2017).

As providências institucionais só começaram a caminhar após o caso da farmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes vir à tona. Ela sofreu violência conjugal e/ou doméstica, ocorrendo inclusive duas tentativas de homicídio no ano de 1983, o que a deixou paraplégica, pelo então companheiro, que só foi condenado e preso mais de vinte anos depois sendo que isso ocorreu apenas porque ela se empenhou por justiça junto a organizações de cunho feminista e de Direitos Humanos (SANTOS, 2010).

O Estado brasileiro só tomou medidas práticas no ano de 2004, com a criação de uma lei capaz de coibir estes tipos de abusos. Após anos de pressão dos organismos internacionais, com a instituição do Grupo de Trabalho Interministerial coordenado pela SPM, e composto por um consórcio de ONGs feministas e especialistas (SANTOS, 2010), em 7 de Agosto de 2006, fruto dos trabalhos do GTI, foi sancionada a Lei nº 11.340 (Foto 21) que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e, criou os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, ficando conhecida como Lei Maria da Penha (OLIVEIRA, 2017).

Foto 21 – Ato de sanção da lei Maria da Penha. Merece destaque a presença de Maria da Penha à direita da imagem.
Fonte: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37428515

Outro marco importante desse período são as Conferências de Políticas Públicas para Mulheres, que ocorrerem respectivamente nos anos de 2004, 2007, 2011 e 2016 e tinham como objetivo serem lócus da discussão e proposição de políticas públicas para mulheres de forma articulada com o CNDM, a sociedade civil organizada e o poder público (OLIVEIRA, 2016). Essas articulações fomentaram as discussões nos municípios e estados ampliando os locais de discussão e culminando em mais ações concretas para as mulheres.

É partir desse contexto apresentado que chegaremos na atual conjuntura, na qual o Brasil tem uma população estimada em 208.494.900 habitantes sendo que 106.523.727 são mulheres (IBGE, 2018). Mesmo sendo a maioria da população as desigualdades de gênero continuam a existir, pois elas ainda hoje lidam com a violência, a baixa representatividade política e as desigualdades salariais – destacaremos esse ponto já que consideramos que a autonomia econômica é fundamental para a emancipação.

A entrada das mulheres para o mercado de trabalho, uma antiga reivindicação do movimento feminista, de matriz liberal, tem se colocado a todo vapor de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE mostrou a partir do projeto "Retrato das desigualdades de gênero e raça" (que foi constituído a partir de uma parceria do IPEA, ONU Mulheres e SPM) as mulheres economicamente ativas passaram de 29.658.296 em 1995 para 45.684.321 em 2015 (IPEA, 2017).

Entretanto essa inserção é carregada de contradições, pois, apesar de propiciar uma autonomia econômica, a mulher não fica livre do trabalho doméstico e do cuidado com a prole, o cotidiano se transforma em duas e às vezes até três jornadas diárias, nos mostrando que existe muito mais exploração do que emancipação nessa inserção (ARUZZA, 2015). Essa situação mostra que a mudança estrutural necessária para que as mulheres se emancipem não está ligada a inserção na lógica, mas em romper com as estruturas do modo de produção capitalista e do patriarcado, e que a luta do movimento feminista não deve se pautar apenas na busca da igualdade de oportunidades e sim na igualdade de condições, uma vez que exercer uma atividade remunerada não alivia a carga dos trabalhos domésticos que foram atribuídos às mulheres ao longo da história em função de uma construção social.

O exercício de atividades remuneradas proporcionou que as mulheres chefiassem as suas famílias não dependendo exclusivamente mais de seus companheiros uma vez que a sociedade contemporânea brasileira é estruturada pela lógica patriarcal heteronormativa. Entretanto, essa circunstância não significa, necessariamente, a emancipação ou a autonomia econômica, podendo expressar a necessidade da remuneração para a sua reprodução social e/ou de provedora de seu núcleo familiar.

De acordo com o IPEA (2017) em 1995 as mulheres já chefiavam 9.555.110 dos lares, sendo que esse número seguiu crescendo até o ano de 2015 chegando em 28.614.895. Esse fenômeno se dá por conta do acúmulo de papéis que as mulheres foram assumindo ao longo do tempo e chegou ao patamar de ser a principal responsável pelo provimento do sustento necessário ao pleno desenvolvimento e reprodução social de seu núcleo familiar (MOURA *et al*, 2016).

Por conta dessas circunstâncias, as mulheres passaram a valorizar e ter como prioridade a aquisição de uma moradia, uma vez que, o acesso a esse bem é um avanço na luta contra a exclusão social, além de garantir proteção social a elas (e os seus respectivos dependentes) (SALES & TORRES, 2018). Uma luta importante travada pelas mulheres desde os primórdios das organizações feministas no Brasil é o direito à moradia. Essa luta rendeu frutos, e nesse sentido, a pesquisa do IPEA (2017) mostrou que o número de mulheres que adquiriram a sua habitação mais que triplicou entre 1995 e 2015 (Gráfico 1), o que é reflexo de uma combinação de fatores como o ingresso no mercado de trabalho e a criação de políticas públicas nesse setor que beneficiam diretamente as mulheres como o Minha Casa, Minha Vida.

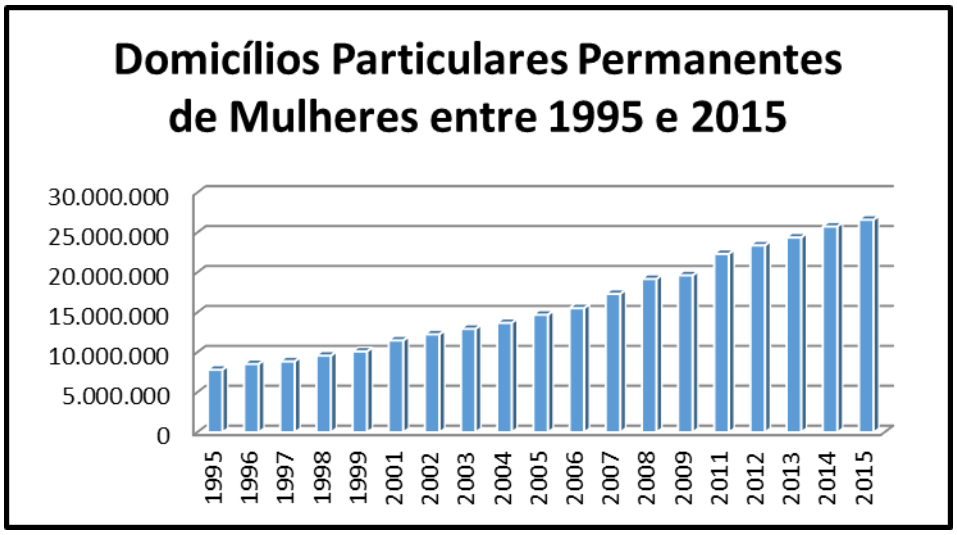


Gráfico 1 – Gráfico do número de Domicílios Particulares Permanentes de Mulheres entre 1995 e 2015. Fonte: IPEA, 2017.

O fato de elas serem as mais empenhadas na busca pela moradia (ALVES, 2015), se dá principalmente por conta da construção social feita ao longo dos anos de que este era o "seu espaço", esta situação mostra um aspecto peculiar e que deve ser levado em conta na análise das condições que envolvem as mulheres, o privado também é público, uma vez que a maneira como a sociedade se organiza transcende ambas as esferas.

É neste contexto que se encontram as mulheres do Residencial Campo Alegre, se empenharam, e construíram junto aos movimentos sociais, as organizações da sociedade civil e ao poder público local. A luta de cada uma se deu de forma singular, através de movimentos de luta pela moradia, atuação em ocupações, e em pastorais.

E considerando todos esses fatores que buscaremos entender no próximo capítulo a trajetória das mulheres residentes no Residencial Campo Alegre – Modulo Ecológico, assim como a experiência com a construção das moradias, e a relação estabelecida com o lugar em meio à produção do espaço urbano que ocorreu de forma induzida a partir do fomento de uma política pública de habitação.

4. A LUTA, A CONQUISTA E A EMANCIPAÇÃO: O CASO DO RESIDENCIAL CAMPO ALEGRE EM UBERLÂNDIA (MG)

4.1 Introdução

A naturalização da desigualdade entre homens e mulheres, instituída pela lógica patriarcal da sociedade, atribuiu a elas, a partir de uma construção social, os afazeres domésticos e o cuidado com a prole e os idosos, como obrigação "natural". Ao longo da história, esse processo fez com que a moradia se tornasse para elas "um bem de primeira necessidade" (SOUZA, 2013, p.3), pois, garante inicialmente abrigo, bem como, a plena reprodução social de seu núcleo familiar, o acesso a direitos como saúde, educação e, serviços, como a energia elétrica e saneamento básico, e por essas circunstâncias, que as mulheres se engajam na luta pela moradia e consequentemente dão maior importância para essa conquista (SOUZA, 2013).

As relações sociais construídas resultantes da divisão sexual do trabalho, relegou as mulheres à esfera reprodutiva, sendo assim as condições da moradia são um fato decisório na execução dessas tarefas (SOUZA, 2013). No entanto, é necessário considerar que o espaço privado, em particular o espaço da moradia, é o ambiente onde elas exercem as tarefas que lhe foram historicamente imputadas de forma compulsória, conforme coloca Melo *et al* (2007, p.5):

> as mulheres na esfera doméstica são exploradas por seus companheiros, sejam eles trabalhadores ou capitalistas, pois os afazeres domésticos são o tipo mais comum de trabalho não pago. Essas análises partem da idéia de Marx de que a força de trabalho é uma mercadoria especial cujo valor de uso é produzir valor (de troca). No processo de (re)produção dessa mercadoria especial ocorre um segundo tipo de exploração, pois o trabalho doméstico para uso da própria família, invariavelmente feito por mulheres, não é pago nem socialmente reconhecido.

A moradia, é vista pelas mulheres como uma unidade social, que servirá de base para o seu núcleo familiar, bem como, possui um aspecto da garantia do conforto e da seguridade (ZARIAS *et al.,* 2012). A sua falta, significa para as mulheres a ausência de um ambiente seguro para a criação da prole, e em alguns casos do seu ambiente de sobrevivência, pois muitas vezes esse espaço é utilizado para o desenvolvimento de atividades que se referem à esfera reprodutiva (SOUZA, 2013)

Essas circunstâncias fazem com que as mulheres se organizem na luta pela moradia, principalmente aquelas de renda mais baixa. O significado dessa aquisição está muito além de um bem material, mas é encarado como um projeto de vida, uma vez que, representa a materialização dos esforços de toda uma trajetória, que é considerada como uma forma de ascensão social (MACEDO, 2002). Nessa perspectiva, podemos observar a dimensão simbólica, do acesso à

moradia própria, por conta das possibilidades que o espaço traz para todo o núcleo familiar (CANELLA & GALLARDO, 2017).

Na cidade de Uberlândia essa realidade não é diferente, pois o chamado "déficit habitacional" é um problema histórico, estrutural e que é utilizado para a reprodução do capitalismo, penalizando a população mais pobre em um contexto de feminização da pobreza[22] (NOVELLINO, 2004). As políticas públicas de habitação, mesmo abordando a questão habitacional de forma equivocada (como tratada nos capítulos anteriores) tem contribuído com a construção de um caminho para a aquisição das moradias para as mulheres mais pobres – mesmo sendo um processo carregado de contradições – como veremos no caso do Residencial Campo Alegre – Módulo Ecológico (Foto 22).

Figura 22 – Habitações do Residencial Campo Alegre – Módulo Ecológico, em Uberlândia (MG) em 6 de Maio de 2007. Fonte: Material cedido pela ONG Ação Moradia.

O projeto aprovado, prévia, a construção de 50 casas com 47m², distribuídos em dois quartos, um banheiro, sala e cozinha, e a instalação de um sistema de aquecedor solar. Esse projeto foi definido pela CEF, sem qualquer consulta, às famílias que seriam comtempladas com as moradias, no sentido de entenderem se esse espaço responderia a demanda deles, mas essa situação não é uma realidade apenas do nosso estudo de caso, mas de todos os projetos habitacionais financiados pelo governo federal.

4.2 A trajetória de luta pela moradia

[22] De acordo com Novellino (2004), a "Feminização da Pobreza" é um processo que ganhou corpo ao longo da história no qual as mulheres vêm se tornando mais pobres que os homens.

A aquisição da moradia para as mulheres trabalhadoras é fruto de uma luta diária que possibilita um protagonismo no espaço público, o qual permite que elas se afirmem enquanto sujeitas dotadas de direitos. Essa luta não se organiza necessariamente em um movimento social propriamente dito, mas se dá muitas vezes de forma solitária, e amparada nas políticas públicas conforme coloca a entrevistada Luiza[23]:

> eu tinha feito uma inscrição na prefeitura, né? Só que já tinha muito tempo que eu tinha essa inscrição lá e não saía de jeito nenhum essas casas [...] e tinha essa inscrição que não saía, eu ia lá e mandava renovar e eu renovava, ia lá saía aquele tanto de casa pro povo e pra mim nada, eu ficava meu Deus do céu não é possível que tô tão sem sorte assim.[24]

O fator que aglutinou as várias mulheres, hoje moradoras, do Residencial Campo Alegre – Módulo Ecológico, foi a ação da ONG "Ação Moradia" em parceria com a CEF. Nesse ponto, é importante ressaltar, o que entendemos acerca do que vem a ser uma ONG, pois de acordo com Menescal (1996) são entidades que possuem uma estrutura formal com um objetivo específico, o que a torna diferenciada dos movimentos sociais que não tem a necessidade de passarem por esse processo burocrático.

Outro ponto, importante a ser destacado, é a circunstância de que elas chegaram até o projeto. Advindas de diferentes realidades, todas elas foram unidas em torno do mesmo objetivo, a construção de suas habitações.

Após a seleção das famílias, e levando em consideração que a aquisição da moradia perpassaria pela sua autoconstrução, as mulheres em questão passaram por um curso de capacitação com o intuito de serem orientadas sobre o processo de produção dos tijolos ecológicos, na fábrica que foi disponibilizada pela ONG (Foto 23). Nesse sentido, é necessário explicitar que o fato delas serem as produtoras de tijolos não é fruto do acaso, mas se deu, pois, a maioria não estava inserida no mercado de trabalho formal, pois o patriarcado as relegou ao espaço doméstico, excluindo-as da esfera produtiva (COSTA, 2018).

[23] Os nomes das entrevistadas são fictícios, por uma opção que a pesquisadora fez, para preservar a identidade das sujeitas da pesquisa

[24] Todas as entrevistas foram realizadas no trabalho de campo durante os meses de Outubro e Novembro de 2018, de acordo com a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão.

Foto 23 – Mulheres sendo instruídas sobre a fabricação dos tijolos na ONG "Ação Moradia" no bairro Morumbi em Uberlândia (MG). Fonte: Material cedido pela ONG Ação Moradia.

Inicialmente, a fabricação dos tijolos se deu na estrutura física da própria ONG, no bairro Morumbi (Foto 24), porém, existia uma dificuldade em transportar esse material para o local da construção.

Foto 24 – Mulheres fabricando os tijolos. ONG "Ação Moradia" no bairro Morumbi em Uberlândia (MG)Fonte: Material cedido pela ONG Ação Moradia.

Para tal, a houve a atuação junto a PMU, na busca de um espaço no próprio residencial. A prefeitura, portanto, concedeu um local onde foi construído um galpão, no qual passou a funcionar a Fábrica de Tijolos (no lugar em que hoje é o Centro de Artes e Esportes Unificados -

CEU[25]), um refeitório improvisado - a maioria das mulheres tinha dificuldade em ir em casa para fazer as refeições, o que criou uma demanda para que se organizassem de forma a garantir a sua alimentação (Foto 25) - e também serviu como base para o início das construções.

Foto 25– Mulheres cozinhando para o restante do grupo. Fonte: Material cedido pela ONG Ação Moradia.

O protagonismo das mulheres, em todo o processo, merece um destaque, pois, elas iniciaram um processo de flexibilização com uma barreira histórica, a da divisão sexual do trabalho, por conta da construção social, na qual elas não poderiam exercer esse tipo de afazer, considerado "pesado" por serem "frágeis".

Na perspectiva delas, esse processo como um todo tem uma dimensão simbólica que as envolveu de forma que fossem as protagonistas deste, e o mais importante, de uma maneira que foi perceptível a elas, como mostra a entrevistada Flor:

> foi uma coisa muito especial, só de você fazer o seus tijolos, tudinho, você vim construir sua casa é uma conquista muito grande, principalmente pra gente que é mulher [...]mas eu [...] construção essas coisas assim, né? A gente se sente assim, né? Muito orgulhosa, eu tenho muito orgulho de ter minha casa, de ter [...] olhar os tijolo assim [...] nossa, foi eu que fiz.

Outro ponto, que merece destaque é que ao assumirem a responsabilidade pela construção da moradia, isso gerou um avanço na autonomia individual, pois, a partir desse processo elas passaram a se perceberem em um outro grau, uma vez que, não dependeram, literalmente, de alguém para buscar as suas conquistas.

[25] R. Cordilheira dos Andes, 1015 - Res. Campo Alegre, Uberlândia - MG, 38410-354.

Essa circunstância as colocou em um patamar no qual, elas conseguiram se enxergar como sujeitas, dotadas de uma capacidade até então desconhecida por elas próprias, como relata a entrevistada Joana:

> Ó eu reboquei a minha, essa casa aqui de frente, trabalhei numas aqui do fundo [...] e não tenho preguiça, por isso que eu falo que agora sou pau pra toda obra.

As contradições, na trajetória dessas mulheres permeiam vários aspectos, pois, ainda que o engajamento delas tenha ocorrido por conta do processo histórico que as relegou ao espaço doméstico, a luta delas pela conquista desse espaço criou um ambiente favorável para a construção da sua emancipação. Elas enfrentaram, todo um conjunto de preconceitos estabelecidos no seio da sociedade, principalmente, situações machistas, como mostra a fala da entrevistada Joana:

> Porque sim...como é que eu vou dizer? Os homens[26] desfaz muito das mulheres, sabe? Achavam que a gente era uns peso morto, chamava a gente de peso morto.

O relato, nos mostra como elas tiveram que romper com as construções misóginas, ao colocarem, literalmente, a "mão na massa". Isso, obviamente, não é um ato deliberado, mas fruto da divisão sexual do trabalho, que foi estabelecida ao longo da história, a partir da construção conjunta do patriarcado e do modo de produção capitalista, como corrobora Antunes (2009, p. 109):

> As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho.

Essa divisão, foi aproveitada pelo modo de produção capitalista no sentido de explorar, ainda mais as mulheres. E o Estado, reproduz esse mesmo processo, é obvio que o poder público não cria políticas públicas, que alçassem essas mulheres, houve a necessidade de uma entidade privada, ainda que sem fins lucrativos, no caso a ONG "Ação Moradia", se organizasse para atender essa demanda.

O processo da autoconstrução, tinha o Estado por trás, através, da fiscalização sistemática dos técnicos da PMU. O objetivo era observar, único e exclusivamente, as questões relacionadas ao projeto, nunca as condições em que se dava o processo da ótica humana, muitas vezes sem os equipamentos de segurança adequados e/ou a exposição a situações penosas.

[26] Os referidos homens, são os encarregados, que foram contratados pela ONG "Ação Moradia", para acompanhar a obra.

A rotina que envolveu a autoconstrução, estava para além da produção dos tijolos, pois implicava diariamente na organização do revezamento no que se referia ao cuidado com a prole (de todas) e na elaboração das refeições para o grupo, conforme podemos perceber no relato da entrevistada Joana:

> A ONG fornecia almoço pra gente aqui, sabe? Lá também [...] quando fazia lá na ação moradia eles também fornecia almoço pra gente, aqui também, mas igual eu tô te falando como eu precisava ir em casa né? Mas as vezes eu almoçava na ONG mesmo, porque a gente revezava, as vezes é [...] umas mulheres ficavam na cozinha, então eu cozinhei muito [...] as vezes a gente trocava [...] é na época o encarregado ele falava hoje fulano vai ficar na cozinha e os outros, as outras vai carregar tijolo, fazer tijolo, até fazer eu fazia [...] eu fiz de tudo, foi muito bom, foi experiência boa. Não me arrependo hora nenhuma. Faria tudo de novo.

As mulheres envolvidas no processo de fabricação dos tijolos e construção das moradias, não foram, em nenhum momento, aliviadas de seus trabalhos domésticos, principalmente no que diz respeito ao cuidado com a prole, e contaram com uma rede de apoio formada por outras mulheres, muitas vezes, com algum grau de parentesco como é possível observar no relato da Joana:

> Mas assim [...] quando [...] aí minha sogra vinha ficava um tempo com ele, meu menino mais velho ai eu passava a almoçar na ONG não ia nem em casa, ficava diretão porque não era perto daqui até lá, né?

A rotina delas se tornou, ainda que temporariamente, mais dura, com dupla e às vezes até tripla jornada, sendo essas: o cuidado com a prole, os afazeres domésticos, a produção dos tijolos e construção das moradias. Esse processo resulta na precarização da vida cotidiana das mulheres, pois, elas passam uma parte significativa exercendo alguma tarefa que não lhes permite e/ou diminui de forma significativa a possibilidade ter momentos de lazer, descanso ou mesmo de ócio criativo (COSTA & CARNEIRO, 2015).

Um bom exemplo dessa circunstância é a diferença no tempo gasto por homens e mulheres na realização dos afazeres domésticos e no cuidado com outras pessoas, podendo ser idosos ou crianças. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) realizada pelo IBGE no ano de 2018 (Gráfico 2), as mulheres passavam em média 21 horas por semana com essas tarefas enquanto os homens passavam 10 horas (IBGE, 2019).

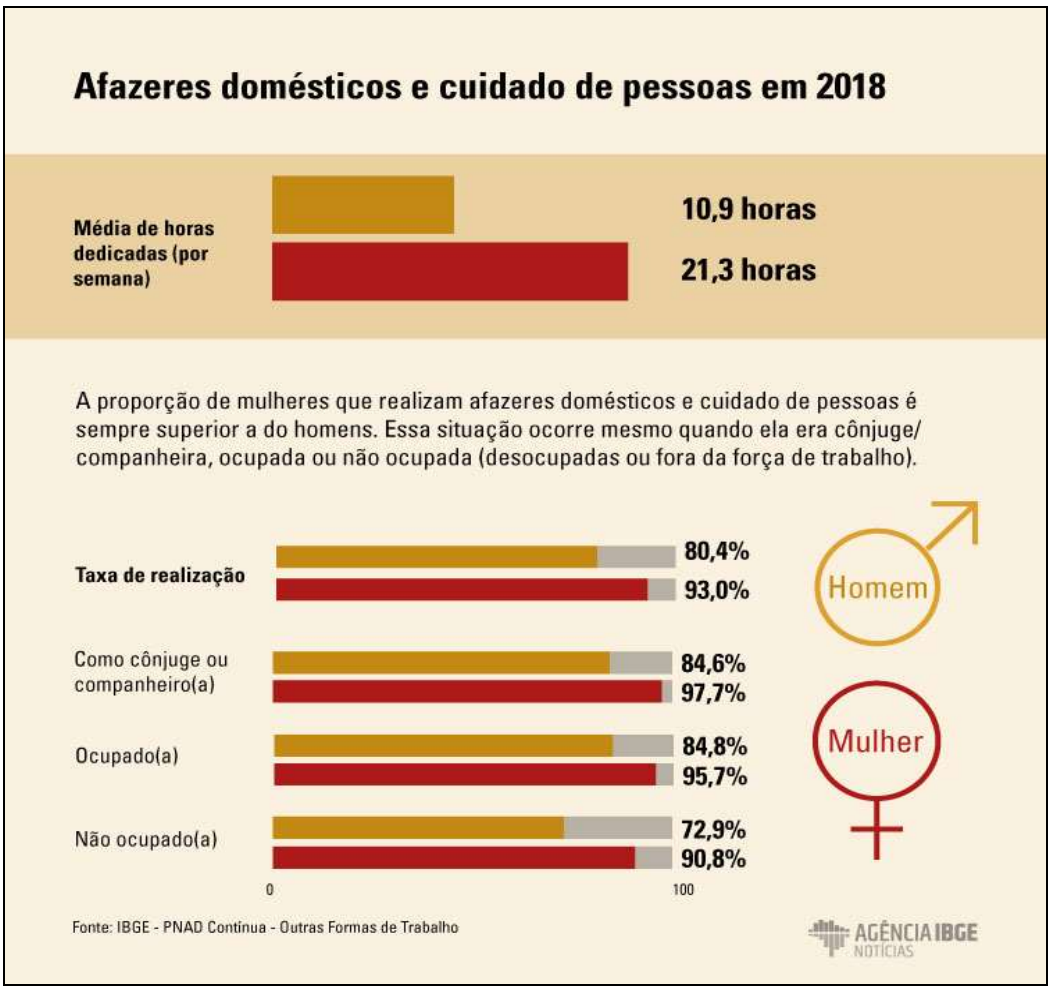


Gráfico 2 – Gráfico demonstrativo do gasto semanal em horas nos afazeres domésticos em 2018. Fonte**:**https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24267-mulheres-dedicam-quase-o-dobro-do-tempo-dos-homens-em-tarefas-domesticas.

Isso mostra que mesmo possuindo os mesmos direitos, garantidos inclusive pela via jurídica na forma da lei, existe a necessidade de avançar no que diz respeito a igualdade de condições, pois não é suficiente estar ativa no mercado de trabalho se não existe um "alívio" nas tarefas domésticas, incluindo-se aí também os cuidados com idosos e crianças.

As inúmeras jornadas desempenhadas pelas mulheres, passaram a ter uma maior visibilidade no pós Segunda Guerra Mundial, que estava para além da questão financeira, com o seu ingresso no mercado de trabalho, mas ligada à uma mudança no padrão de comportamento advinda da luta do movimento feminista. Essa situação aqui descrita só reforça, mais uma vez, que no modo de produção capitalista não haverá um alívio de cargas para as mulheres, pois o debate não perpassa por igualdade de condições, mas de oportunidades.

Essa conjuntura, colocou para a população feminina em uma situação muito ímpar, pois passaram a trabalhar na esfera produtiva e seguir responsáveis pelas tarefas domésticas e o cuidado com as crianças e idosos, ou seja, o processo que deveria lhe emancipar criou um cotidiano ainda mais penoso, árduo, dependente e submisso, realidade partilhada pelas mulheres trabalhadoras.

Isso mostra que buscar a emancipação pela via econômica, dentro do modo de produção capitalista, não é suficiente para romper com as amarras do patriarcado, pois, a superação deste só ocorrerá com a construção de uma sociedade que tenha valores baseados na igualdade entre ambos os gêneros.

Nessa perspectiva, a rotina diária das mulheres pesquisadas se iniciava com a distância a ser percorrida entre a moradia e o local de fabricação dos tijolos – que inicialmente se deu nas instalações da ONG no bairro Morumbi e em um segundo momento no próprio conjunto habitacional – essa situação acabou sendo um fator decisório na maneira como as mulheres se organizavam, mas se acentuou principalmente quando se deu no Residencial Campo Alegre, pois ali elas se locomoviam de diferentes pontos da cidade, muitas vezes à pé, de bicicleta ou mesmo de transporte público, como relata a entrevistada Nísia:

> Na época eu morava lá no Ipanema[27][...]Ai viemos pra cá de bicicleta[...]ou na época numa mobilete

Em alguns casos, houve uma mudança drástica, ainda que temporária, na rotina cotidiana daquelas que atuaram na construção, conforme mostra a entrevistada Ana:

> eu morava no Luizote, não tinha com quem deixar ele (filho), aí o que eu fazia? Eu ia lá pra minha mãe, ficava a semana inteira na minha mãe pra ele poder ficar lá, aí eu vinha pra cá, final de semana eu ia pro Luizote[28]

Os dois relatos demostram a ausência de políticas públicas essenciais ao funcionamento da mobilidade urbana, levando em consideração que mesmo em meio as construções, o poder público deveria ter garantido linhas do transporte público que viabilizasse a locomoção dessa população. Essa dificuldade se perpetua ainda hoje, pois, existe apenas uma linha de ônibus para o Residencial Campo Alegre que é a linha A339, que se origina no Terminal Santa Luzia e tem como destino o Bairro São Gabriel, e passa pelo referido residencial[29]. Essa questão do transporte

[27] O bairro Jardim Ipanema fica a 12 quilômetros de distância do Residencial Campo Alegre.
[28] O bairro Luizote de Freitas fica a 17 quilômetros de distância do Residencial Campo Alegre.
[29] Consultamos o itinerário da linha no site da Prefeitura Municipal de Uberlândia. http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/58-A339-21-08-2019.pdf

(e da mobilidade) se mostra importante, pois esse debate perpassa diretamente pelo acesso da população à cidade, e, quando levado em consideração a rotina das mulheres no processo de sua construção, torna-se ainda mais relevante.

Na construção das moradias, a rotina das mulheres foi alterada de forma muito significativa, pois a maioria não estava inserida no mercado de trabalho formal, porém eram as responsáveis pelas tarefas domésticas assim como o cuidado com os filhos, e nesse sentido, buscaram se organizar em torno de uma rede de apoio de forma que conseguissem concretizar o projeto da própria habitação. A família era para elas uma importante fonte de apoio, como mostra a entrevistada Ana:

> Eles (filhos) ficavam com minha sobrinha[...]eu morava no Luizote, não tinha com quem deixar ele, aí o que eu fazia? Eu ia lá pra minha mãe, ficava a semana inteira na minha mãe pra ele poder ficar lá, aí eu vinha pra cá, final de semana eu ia pro Luizote.

Essa colaboração foi essencial, porém mostra mais uma vez como as atribuições ligadas ao cuidado com a prole se tornaram quase que uma obrigação natural das mulheres. Curiosamente, essa circunstância reflete na luta pela habitação e na relação que elas estabelecem com esse espaço, como observamos no relato da entrevistada Maria:

> quem hoje em dia quem que não quer dar um lar pra uma família, pros seus filhos, né? Então[...]motivo esse também[...]antigamente as coisas estavam precárias, não tava podendo pagar aluguel, né? Então[...]conquistar essa casa pra mim foi muito valioso, muito, mas muito, muito mesmo, entendeu?

A moradia, ao mesmo tempo que demostra ser uma seguridade para a criação dos filhos, coloca em evidência o papel exercido pelas mulheres na sociedade, sendo elas as responsáveis pelo cuidado da família, assim como, de uma maneira muito intrínseca, contribui para legitimar a divisão sexual do trabalho na esfera reprodutiva (FELTRIN & VELHO, 2010).

Diante disso, é necessário entender a natureza do trabalho desempenhado tanto na esfera produtiva quanto reprodutiva, a partir da ótica de que, independentemente de onde ocorrem as atividades, elas são norteadas pelas relações de produção e gênero (BILAC, 1989/90).

Dessa situação decorre o contexto que cria uma conjuntura para que as mulheres se engajem na luta pela moradia, como é possível observar no relato da entrevistada Beatriz:

> Só eu e Deus. Marido não ajudava[...]Chegava lá em casa só lavava os braços[...]quando eu tava aqui no ação moradia e ia embora catingando poeira dentro do ônibus com vergonha de sentar perto dos outros, chegava lá o marido tava limpinho, perfumado[...]e gente[...]risos[...]ninguém nunca me veio pra cá me ajudar.

O papel que coube aos homens ao longo do processo, era de "ajudar" aos finais de semana, pois eram elas as responsáveis pela construção das casas. Entretanto, em muitas falas, elas entendem que estavam no canteiro de obras, porque os companheiros tinham que trabalhar para "sustentar" a casa, como expõe a entrevistada Alexandra:

> porque assim meu marido trabalhava fora, não tinha tempo de ajudar então[...]era eu mesmo.

As justificativas para a não participação desses companheiros na empreitada de construção da casa, de certa forma, perpassa por uma reafirmação do papel de provedor do sustento da família (FELTRIN & VELHO, 2010). Nessa perspectiva, as mulheres continuavam a reproduzir um comportamento no qual elas apenas são auxiliares de seus maridos, no que se refere ao provimento de um lugar para o núcleo familiar ou mesmo nas questões que perpassam pela esfera financeira, é sempre relevante ressaltar que essa situação se reproduz por conta da construção patriarcal (ARANTES, 2010).

O trabalho na construção (Foto 26), por não ser remunerado, ainda que tivesse uma grande importância considerando o objetivo final, acabou por reforçar, mais uma vez, que à mulher são apenas reservadas as tarefas não remuneradas na esfera reprodutiva (FELTRIN & VELHO, 2010). A jornada de edificação das habitações acabou se tornando uma extensão do trabalho doméstico, principalmente por ter se tornado uma responsabilidade quase que exclusiva delas.

Foto 26 – Mulheres trabalhando na edificação das moradias. Fonte: Material cedido pela ONG Ação Moradia.

Essa trajetória, foi marcada por inúmeras contradições, mas foi de fundamental importância para as mulheres se enxergarem enquanto sujeitas capazes de desenvolver qualquer atividade, ainda que essas carregassem o estereótipo de “pesada”. Por vezes, mesmo sem perceber, elas romperam com o padrão da construção social das tarefas que lhes foram atribuídas, bem como com o rótulo de serem frágeis e não exercerem atividades tidas como “pesadas”.

A conquista da moradia possuía uma importância ímpar tão grande, que por diversas vezes elas ultrapassavam os limites físicos durante a construção, como podemos observar no relato da entrevistada Helena, sobre o processo de rejuntar as paredes, nos espaços entre os tijolos (Foto 27):

> meus dedos menina ficava tudo sangue assim ficava mexendo com aquele cimento, sabe? Resseca, aquela areinha que tem aquilo ali queima seu dedo[...]então você chegava[...]tinha gente que chegava no fim do dia, tava o dedo[...]eu chegava no fim do dia[...]tava sangue lá ó.

Foto 27 – Mulher rejuntando as paredes. Fonte: Material cedido pela ONG Ação Moradia.

Esse momento do rejunte, foi lembrado por várias entrevistadas, por ser um trabalho minucioso e custoso, e em alguns momentos árduo, como podemos observar na fala da entrevistada Luiza:

> Aquele negócio[...]não[...]aquele que passa no tijolo, a gente colocava lá[...]a massa a gente fazia dentro do carrinho, aí temperava[...]e aquela coisa, né? Aí eu temperava[...]temperava[...]é o rejunte, né? Eu temperava lá[...]todo mundo ia pegava punha no saquinho nós ia fazendo[...]você passava lá e passava o dedo, passava lá e

> passava o dedo, tudo nós trabalhando tudo junto nessas casas, fazendo essas[...]esses rejuntes.

A construção como um todo, não é um trabalho simples, mas a necessidade de ter uma moradia estava à frente de tudo isso. Uma das principais motivações, era se livrarem do peso financeiro que o aluguel representava frente a renda do núcleo familiar, como podemos ver no relato das entrevistadas:

> Alexandra: porque pagar aluguel é o dinheiro vai você não vê nunca mais, né?
> Vilma: era muito sofrido[...]esse negócio de pagar aluguel.
> Maria: que a gente morava era aluguel[...]a gente morava no fundo, aí saiu do aluguel, né?
> Aparecida: Porque essa casa saiu numa época boa que a gente pagava aluguel.
> Luiza: a gente saiu do aluguel foi morar numa casa própria e ainda pagar um valor pequeno.
> Helena: porque sem ela (a casa) a gente tava morando de aluguel ainda, porque eu acho que nós não ia conseguir.
> Beatriz: foi muito importante pra nós, sair do aluguel e ir pra nossa casa.
> Ana: nós pagava aluguel ainda tinha que comer.

Por fim, além de garantir uma moradia própria e digna, houve um alívio do gasto com aluguel, e é preciso ressaltar que para essas famílias que possuíam uma renda limitada, isso fez uma enorme diferença na qualidade de vida, bem como, no acesso aos serviços que garantem um conforto melhor para todo o núcleo familiar. O outro ponto principal desse projeto foi uma oportunidade para as mulheres, ainda que com muitas restrições, trilharem um caminho rumo à emancipação a partir da autonomia.

Entretanto, a luta seguiu mesmo após estarem instaladas em suas moradias, a apropriação desse espaço, foi um processo complexo, pois, existiam muitas dificuldades de se encontrarem em seu novo lugar. No primeiro momento, o problema mais grave estava ligado à uma questão social, que era o tráfico de drogas, por ser um local “isolado” do restante a cidade – o Residencial Campo Alegre fica na margem do entroncamento do Anel Viário Sul com a BR-050.

É importante salientar que o tráfico, operava na região, mas não era necessariamente instalado no local, porém, causava situações como troca de tiros e presença constante da polícia. Essa situação desencadeava, roubos, principalmente nos momentos finais da construção, da fiação que ligava as casas a rede elétrica, vasos sanitários e pias, gerando muitos prejuízos para as famílias, fato relatado pelas moradoras durante as entrevistas.

No momento, em que as casas foram entregues a estrutura do Residencial Campo Alegre não estava pronta, as ruas não eram asfaltadas, o que gerava em tempos de seca muita poeira e na

época de chuvas barro com a formação de lamaçais, dificultando a vida dessa população, como nos foi relatado, pela entrevistada Luiza:

> aqui quando chovia a gente pra passar tinha que andar com sacolinha nos pés, se não chegava lá pra pegar ônibus tudo cheio de barro.

Após um ano e meio, da entrega das habitações, é que as ruas do conjunto foram asfaltadas. Essa situação, reforça, mais uma vez, o descaso do poder público, para com a população trabalhadora, em vários aspectos, com todos os pontos que elencamos de forma positiva, particularmente, com relação as mulheres no sentido de usarem essas contradições como caminhos da sua emancipação.

O Estado, foi omisso com a vida desses trabalhadores, pois, poderiam além de financiarem, ter entregado as moradias prontas, bem como, toda a infraestrutura do local. Os motivos de isso não ter ocorrido, são complexos do ponto de vista social, pois, é o papel do Estado garantir condições para o desenvolvimento de cada indivíduo, contudo, os gestores do mesmo, estão lá para garantir a reprodução do modo de produção capitalista, e por esse motivo as políticas públicas, sob essa égide, não iram alcançar as populações que mais necessitam delas.

4.2 O perfil das mulheres residentes do campo alegre

O Residencial Campo Alegre se localiza no limite da malha urbana (Foto 28), deixando óbvias as estratégias de isolamento da classe trabalhadora, privando-os do acesso à cidade.

Figura 28 – Limite da malha urbana no Residencial Campo Alegre. Fonte: Própria.

Existe apenas uma linha de ônibus, conforme mostramos no subtítulo anterior, que passa pela principal avenida do bairro, esse itinerário sai apenas de um terminal regional, ou seja, se os habitantes dessa localidade desejarem e/ou necessitarem de se deslocarem para o centro da cidade, gastam em torno de uma hora e meia a duas horas para fazerem esse trajeto; isso considerando que a maioria das entrevistadas tem como principal meio de locomoção, por óbvio, o transporte público (Gráfico 3).

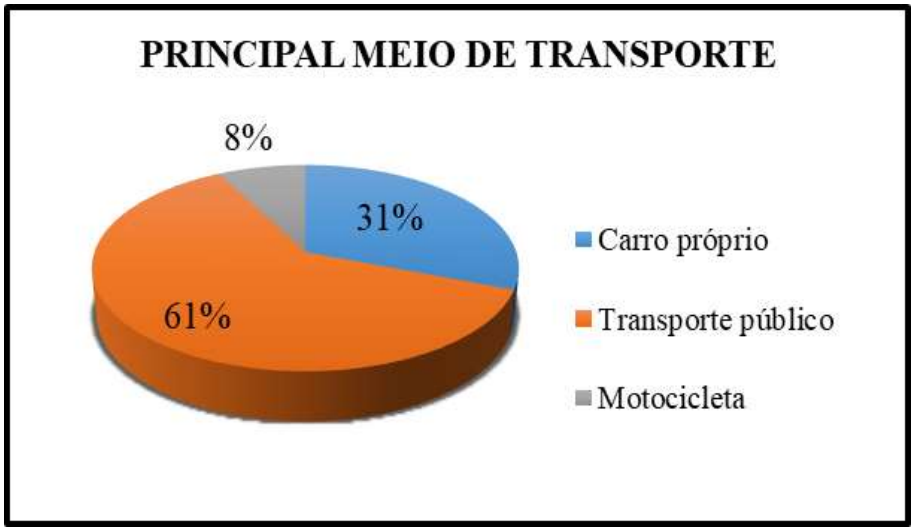


Gráfico 3 - Principal Meio de transporte utilizado pelas mulheres do Residencial Campo Alegre. Fonte: Questionários aplicados pela pesquisadora.

Isso dificulta não só a locomoção para o trabalho mas compromete o tempo de descanso, bem como, o acesso ao lazer. Além disso, a alta do valor da tarifa[30] do transporte coletivo, não colabora para que elas, e os outros moradores, possam se descolocar para qualquer atividade, remunerada ou mesmo de caráter recreativo.

O bairro possui muitos problemas de ordem estrutural, bem como, a ausência de uma manutenção sistemática, isso ocorre de forma planejada, pois não é de interesse da gestão do poder público, garantir instrumentos que possibilitem uma qualidade de vida melhor a essa população, logo os problemas desta ordem são uma constante.

A falta de saneamento básico é muito aparente no bairro, uma vez que, existe, junto com o esgoto a céu aberto, muito lixo acumulado nos terrenos baldios (Figura 29), mesmo a coleta seletiva passando pelo bairro três vezes na semana, o poder público não atua no sentido de resolver essa questão, a partir de programas de conscientização e educação ambiental. É

[30] Atualmente, a tarifa do transporte público em Uberlândia é de R$4,30.

importante lembrar que o Estatuto das Cidades, recomenda coleta diária, para que não ocorra situações como essa.

Figura 29 – Lixo espalhado nos terrenos baldios. Fonte: Própria.

É visível, que existe um descaso por parte do poder público municipal, e as razões não são atuais, como já debatemos e mostramos no capítulo 2, pois este, como um todo, sempre atuou de forma a esconder a população pobre, como uma medida de limpeza social e de contenção das massas trabalhadoras.

Essa situação cria um ambiente propício para a proliferação de ratos (situação relatada pelas moradoras) e insetos, como besouros e pernilongos, em grande quantidade. Há uma questão de saúde pública ignorada pelo município, sendo que inúmeras denúncias já foram feitas ao Centro de Controle de Zoonoses, como mostra a entrevistada Alexandra:

> eles comeu a minha máquina, ta ali estragado[...]comeu[...]comeu minha máquina todinha, o fio dela assim[...]o rapaz veio aqui falou senhora, precisa por veneno de rato[...]ele entrou por baixo dela, no painel[...]e comeu os fios
> Os começo assim quando nós chego também nós achamo umas lacraia, sabe?
> Tem[...]aqui tem de tudo[...]barata e rato[...]besouro[...]

As mulheres do residencial são típicas trabalhadoras urbanas de uma cidade média, que ocupam postos de trabalho de baixa capacidade técnica e que possuem menor prestígio, essa

situação expõe não só a baixa qualificação profissional (Gráfico 4), mas como a divisão sexual do trabalho tem se acentuado cada vez mais no mundo do trabalho (SOUSA & GUEDES, 2016).

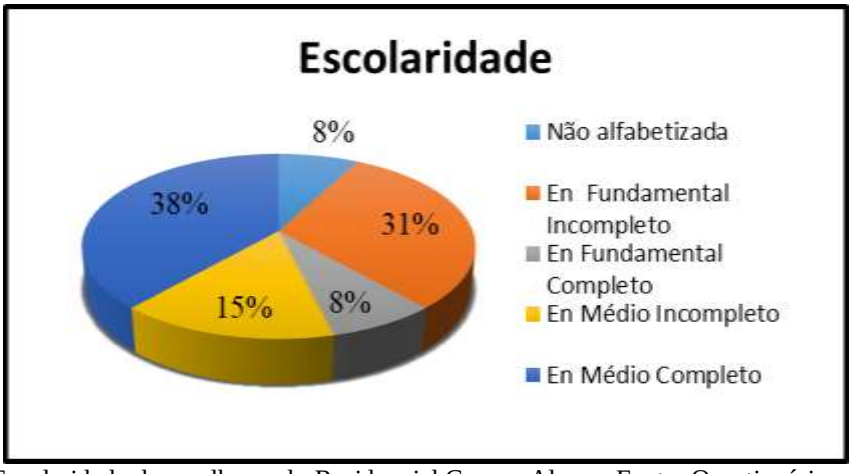


Gráfico 4 – Escolaridade das mulheres do Residencial Campo Alegre. Fonte: Questionários aplicados pela pesquisadora.

Existe a necessidade de levar em consideração as condições que levam as mulheres a ocuparem essas funções no mundo do trabalho. A primeira questão é o modo de produção capitalista, que confere ao trabalho exercido por homens e mulheres, valores distintos, e têm por consequência impacto no reconhecimento social e remuneratório (CARLOTO, 2002).

Sob essa perspectiva, as oportunidades de trabalho e as condições são muito diferentes para ambos os gêneros, uma vez que, socialmente a carga de responsabilidade para elas é infinitamente maior. Ao ponto que elas têm a necessidade de equilibrar em suas jornadas o cuidado com a prole, os afazeres domésticos, formação e atuação profissional.

O quadro contemporâneo se agrava por se encontrar em um contexto de reestruturação produtiva[31], no qual, os postos de trabalho reservados para as mulheres pobres são sempre os que requerem uma baixa qualificação profissional e são mais flexíveis, o que consequentemente as torna mal remuneradas. De acordo com o IBGE em 2018, o rendimento médio mensal de um homem, era de R$ 2,460 por mês, enquanto, das mulheres era de R$ 1,938, portanto, tem uma diferença de 21%, o que ainda é alto, e se levarmos em consideração a conjuntura econômica nacional, o que reflete no local, nos tempos de crise e recessão as mulheres são as primeiras a perderem os seus empregos (HIRATA, 2003) isso reflete as desigualdades entre os sexos.

[31] A reestruturação produtiva significa a emergência de um novo padrão de acumulação que reorienta o conjunto das relações sociais, transforma não a apenas a organização da produção, os mercados e as relações de trabalho, mas reconfigura o mundo do trabalho e a própria classe trabalhadora" (ARAÚJO *et* al., 2004, p.2).

No caso das mulheres do Residencial Campo Alegre, a realidade não é muito diferente, pois, 31% não tem renda, por não estarem inseridas no mercado de trabalho, sendo nesse momento, responsáveis apenas pelos afazeres domésticos e o cuidado com os filhos, que apesar de não ser remunerado é um trabalho muito importante para a manutenção do bem-estar do núcleo familiar, e que deveria ser reconhecido e remunerado pelo Estado. Entre as que possuem renda, a maioria não passa de dois salários mínimos[32] (Gráfico 5), mostrando o quanto o trabalho delas são mal remunerados, bem limitados no que diz respeito aos direitos, pois, no caso de trabalhos formais, não se tem garantias mínimas como férias, afastamento em caso de doença e/ou acidente de trabalho, o que penaliza ainda mais a rotina delas.

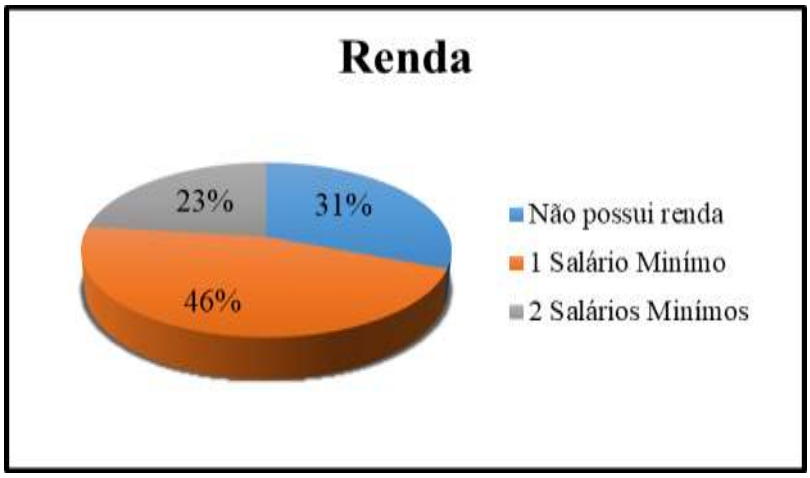


Gráfico 5 – Renda das mulheres do Residencial Campo Alegre. Fonte: Questionários aplicados pela pesquisadora.

Dentre as que possuem renda, e com exceção de uma que é aposentada, a maioria está inserida no mercado de trabalho a partir dos espaços da informalidade[33]. Essa situação, ocorre, pois, os trabalhos flexíveis, são mais "atrativos" para as mulheres por terem em alguns casos como os *call centers*, mesmo sendo formal, possuem jornadas de seis horas diárias, permitindo que elas consigam desempenhar as outras jornadas. Assim como os trabalhos que podem ser realizados no ambiente doméstico de maneira autônoma, ou mesmo, os que ocorrem esporadicamente como as faxinas, cozinheiras também conhecido como trabalhos informais, que se quer garantem o mínimo dos direitos trabalhistas.

Nos deparamos a partir desse panorama com a seguinte situação: o fato das mulheres não possuírem as mesmas condições, faz com que elas permeiem os espaços precarizados no mercado

[32] No ano de 2018, quando foi realizado o trabalho de campo o salário mínimo era de R$ 954,00.
[33] 54% estão trabalhando na informalidade.

de trabalho. A precarização não se faz presente apenas no tipo do trabalho, mas também nas garantias como direitos trabalhistas e previdenciários, que não por acaso têm sido atacados, afetando de forma mais dura as mulheres.

Os postos de trabalhos atualmente ocupados pelas moradoras do Residencial Campo Alegre, considerando as que estão inseridas no mercado de trabalho (Figura 27), requerem baixa qualificação profissional, são precários e ligados aos cuidados como: diarista, auxiliar de limpeza, auxiliar de enfermagem e cozinheira.

Em 54% dos casos, essa inserção se dá pelas vias informais, principalmente, porque a função mais citada, é a de diarista. Em, 2015, houve uma tentativa de regulamentação dessa profissão com a Lei Complementar nº 150, de 1 de junho de 2015, conhecida como "Lei da Empregada Doméstica". Apesar do avanço jurídico, a informalidade continuou a ocorrer de forma sistemática, e essa é a realidade das mulheres do nosso estudo de caso, essa relação é permeada com contradições, pois, ao mesmo tempo em que isso proporciona pra elas uma autonomia financeira, também colabora para a precarização da rotina delas, pois as condições de trabalho não oferecem nenhum tipo de direito.

Entendemos que não fruto do acaso, elas ocuparem postos de trabalho que funções semelhantes as exercidas no espaço privado, mesmo com a inserção no espaço produtivo, a construção social do papel a ser exercido no espaço privada, também as coloca em um patamar abaixo dos homens na esfera reprodutiva.

Como mostra Araújo & Lombardi (2013), o gênero feminino ocupa prioritariamente postos de trabalho informais, como domésticas e faxineiras. Assim, mais uma vez, é possível observar como as mulheres são as mais exploradas pelo modo de produção capitalista, pois essa construção também perpassa pela utilização do patriarcado como ferramenta necessária à sua reprodução, como mostra a pesquisa do site de empregos Catho, em que os homens possuem renda até 53% em média superior às mulheres nos mesmos cargos e funções de trabalho, e quanto maior o cargo maior também será a diferença.

Outro fator que corrobora para o agravamento da situação dessas mulheres é baixa escolaridade, o que demostra um problema estrutural no que diz respeito ao campo educacional no Brasil, como visto no gráfico 4. Na prática, a ausência de uma política de educação nacional estruturada de forma coesa, no sentido ter como objetivo a formação da população como um todo sem discriminação de classe, gênero e/ou raça/etnia, na faixa etária correta. Para os que não

fossem alcançados nesse período, é necessário a criação de programas como de Educação de Jovens e Adultos (EJA), de uma maneira que levasse em consideração a duplas e triplas jornadas das mulheres que são trabalhadoras.

4.3 A luta, a conquista e a emancipação das Mulheres do Residencial Campo Alegre – Modulo Ecológico em Uberlândia (MG)

Ao conhecer o perfil dessas mulheres, é possível observar como as políticas públicas, por diversas e em momentos diferentes das suas trajetórias, tiveram dificuldade em alcançá-las sendo importante ressaltar que elas fazem parte, ainda hoje, de um grupo de alto risco social. Nesse sentido, existe a necessidade de fortalecer o Estado brasileiro de forma que sejam construídas políticas, não só habitacionais, mas abarquem os mais diversos aspectos da vida cotidiana delas, reconhecendo inclusive o trabalho desempenhado na esfera reprodutiva.

A construção social fundamentada no patriarcado, por muitas vezes, ficou evidente, ao dialogar com as pesquisadas. O fato de serem trabalhadoras, fez com que a pesquisa de campo fosse realizada sempre após às 18 horas, e nos momentos das entrevistas e/ou aplicação dos questionários, elas realizavam o trabalho doméstico, enquanto os seus respectivos companheiros se encontravam em seu momento de descanso.

A dupla (ou tripla) jornada, portanto, mostra como essas mulheres vivem no limite da precarização, porque mesmo tendo autonomia econômica não conseguem se libertar da carga do serviço doméstico e nem mesmo recebem a “colaboração” de seus companheiros. A sobrecarga de trabalho não se limita apenas aos afazeres domésticos, mas, envolve também o cuidado com a prole.

O serviço doméstico e o cuidado com os filhos, não são vistos como um trabalho (LUKACS, 1978), mas como obrigações naturais a serem cumpridas pelas mulheres. Essa circunstância mostra como apenas a inserção na lógica vigente, a partir da igualdade de oportunidades no mundo do trabalho (ainda que esta aconteça de forma muito limitada), não é suficiente para sua emancipação, sendo necessário pensar a igualdade de condições, aliviando assim o peso da dupla e às vezes tripla jornada dessas sujeitas.

Entretanto, aliviar essa carga das mulheres não é interessante para o capitalismo, pois, esse trabalho invisível é o que garante um exército de reserva cada vez maior e em plenas condições de assumir postos de trabalho de baixa qualificação, além de não ter, por óbvio, que

remunerar as mulheres para isso. Portanto, a exclusão feminina da mulher do mercado formal de trabalho, atende aos interesses do Capital, como coloca Engels (2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS

A habitação, como vimos ao longo dessa dissertação, é tratada pelo modo de produção capitalista como uma mera mercadoria, não levando em consideração a sua importância social. Dessa forma, as políticas públicas, formuladas e praticadas pelo Estado brasileiro, desde a ditadura militar pouco ou nada colaboraram, em nenhum momento, para o combate do déficit habitacional, algo preocupante.

A razão dessa trágica constatação, é que a elite financeira do país não só dirige financia os mecanismos de gestão do Estado, mas também possui representantes em seu meio, desde o parlamento até o alto escalão do poder executivo, como por exemplo nos ministérios.

É triste constatar que na oportunidade de fazer diferente, o Partido dos Trabalhadores (PT), agremiação social-democrata de esquerda, optou, ao longo dos treze anos que esteve à frente da presidência do país, repetir o mesmo modelo plutocrático da ditadura, trazendo para a ordem do dia a mesma lógica habitacional das antigas COHABs.

Portanto, não é difícil perceber como a Social Democracia e o neoliberalismo são duas faces da mesma moeda, onde o enriquecimento dos grandes empresários é mais importante que resolver, na prática, a demanda social de parte significativa da população brasileira.

Similarmente, os movimentos populares de moradia caem no mesmo viés reformista do PT e de seus satélites, como por exemplo o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), fundado em 2005 por dissidentes petistas e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), liderado por militantes psolistas. Todos esses, seguem a mesma cartilha de negar que o problema da moradia se dá por culpa da existência da propriedade privada, negando assim o cerne da questão!

Ou identificamos que a razão óbvia de termos mais casas vazias que pessoas sem casa é graças à propriedade privada, ou vamos seguir vendendo a ideia que é possível reformar o capitalismo, algo sem nexo. Permanecer nesse sistema, é permanecer com o déficit habitacional, insistir nesse erro talvez seja o grande problema que a chamada esquerda “branca” tanto comete, negando a saída revolucionária e optando por um tal capitalismo humanizado, como se isso fosse possível.

Entender que só um sistema onde a exploração social e a propriedade privada sejam abolidas é a única forma de acabar, de fato, com o eterno problema da moradia. Cabe optar: queremos seguir errando ou vamos de fato pautar que somente com o fim da exploração do ser

humano por outro ser humano seremos capazes de construir uma outra sociedade mais justa e igualitária?

A partir do estudo de caso aqui descrito, acerca do módulo ecológico no Residencial Campo Alegre, conseguimos observar como o cotidiano da classe trabalhadora empobrecida vem se degradando dia a dia, particularmente das mulheres, em função da articulação entre o patriarcado e o capitalismo. As duplas, e às vezes triplas, jornadas deterioram diariamente a qualidade de vida dessas mulheres, trazendo um enorme fardo a ser carregado diariamente.

Combater o patriarcado, bem como sua intrínseca relação com a sociedade de classes (e castas) é papel fundamental de todos que buscam igualdade de oportunidade para ambos os gêneros, pois a exploração da mulher pelo homem é anterior até mesmo a exploração do homem pelo homem, ou seja: não há luta de igualdade de oportunidades sem combater o modo de produção capitalista.

Portanto, entendemos que é necessário pactuar, em nosso país um **Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento (NPND)**, que seja propulsor de uma transformação social e política profunda, que tenha as demandas da classe trabalhadora como prioridades a serem resolvidas, com destaque para o desenvolvimento nacional soberano tendo como mote o acúmulo de forças para a construção de uma nova sociedade, a socialista!

Assim, partir dessa égide, formular uma nova Política Nacional de Habitação (PNH), que leve em consideração que a classe trabalhadora, não é homogênea mas é marcada pelas desigualdades de gênero, buscando assim, ir diminuindo as barreiras que o patriarcado criou, mas tendo a certeza que só haverá a superação desse problema, com a superação do injusto sistema que ora vivemos.

Romper com a sociedade de classes é libertar as mulheres e os sem teto dos legados do patriarcado e da plutocracia! Isso é uma tarefa fácil? Nem um pouco, entretanto a única luta que se perde é a luta que se abandona, ousar lutar, ousar vencer!

6 REFERÊNCIAS

AÇÃO MORADIA. **Histórico da ONG "Ação Moradia"**. Disponível em:< http://beta.acaomoradia.org.br/historico/&>. Acesso em 9 de set. de 2019.

ALVES, N. C. Geografia e gênero: relatos de mulheres residentes em áreas de exclusão social. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 31, v.2, p. 147-162, 2009.

ALVES, S. A. **Geografia e gênero**: a ação das mulheres na luta pela moradia camponesa na região Estrada de Ferro em Goiás. 2015. 127 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2015.

ALVES-MAZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

AMÂNCIO, K. C. B. "Lobby do Batom": uma mobilização por direitos das mulheres. Revista **Trilhas da História**, Três Lagoas, v.3, n.5, p.72-85, 2013.

ANDRÉ, I. M. O gênero em Geografia: introdução de um novo tema. **Finisterra**, n.50, p. 331-348, 1990.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARANTES, F. I. S. **A mulher desdobrável**: a articulação entre as esferas pública e privada. 2010. 153f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

ARAUJO, A. M. C.; LOMBARDI, M. R. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. **Cadernos de Pesquisa**, vol.43, n.149, p.452-477, 2013.

ARAÚJO, C. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. **Crítica Marxista**, n. 11, p.65 -70, 2000.

ARAUJO, M. C. A.; AMORIM, E. R. A. Os sentidos do trabalho da mulher no contexto da reestruturação produtiva. In: CONGRESSO LUSO-AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIA SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. **Anais**...Coimbra, 2004.

ARIMATEIA, E. W. C. **O descompasso de uma experiência: avaliação do Programa Habitar Brasil na comunidade África - Natal/RN**. 2006. 162f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro de Tecnologia Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

ARRETCHE, M. Relações federativas nas políticas sociais. **Educ. Soc.** [online]. v.23, n.80, p.25-48, 2002.

ARRUZZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Outubro**, nº 23, p. 33-58, 2015.

AZEVEDO, S. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-86):Criação, Trajetória e Extinção do BNH. **Revista de Administração Pública**, v. 22, n.4, p.107-199, 1988.

BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos**: um Haussmann tropical. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993. 358p.

BERNARDES, V. M. M. M.; ANTONELLO, I. T**. Dinâmicas femininas e segregação s**ocioespacial: reflexão a partir do Conjunto Habitacional Vista Bela em Londrina –PR. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 1, p. 66-89, 2019.

BESERRA. C. P. S**. Os alcances da música na inclusão social: o caso da ONG "Ação Moradia" no bairro Morumbi - Uberlândia MG.** 2016. 45 f. Monografia de especialização - Instituto de Geografia Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

BHERING, L. S. **Geografia e gênero: trajetórias socioespaciais de mulheres chefes de família do bairro Bom Jesus – Viçosa (MG)**. 75f. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014.

BIHR, A. **Da grande noite a alternativa**. O movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 2010.

BILAC, E. D. Trabalhos produtivos, trabalhos reprodutivos: as trajetórias femininas de trabalho e suas representações. **Perspectivas**, São Paulo, v.12/13, 1989/90.

BITTENCOURT, N. A. Movimentos Feministas. **Revista InSURgência**, Brasília, n.1, v.1, p.198-210, 2015.

BLAY, E. A. 8 de março: conquistas e controvérsias. **Estudos Feministas**, n.2, p.601- 607, 2001. Disponível em<https://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8643.pdf>. Acesso em 11 de nov. de 2018.

BOLAFFI, G. Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, E. (Org.). **A produção capitalista da Casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. 2 ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982, p.37-70.

BONATES, M, F. O Programa de Arrendamento Residencial - PAR: acesso diferenciado à moradia e à cidade. **Risco**, São Carlos, v. 7, p. 147-164, 2008.

BONDUKI, N. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n.1, p.70–104, 2008. Disponível em: http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf. Acesso em: jan. 2011.

BOTEGA, L. R. De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil. **Espaço Plural**, n.17, p.66-72, 2007.

BRASIL. **Cadernos MCidades**: Política nacional de habitação. Brasília: Ministério das Cidades, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em :< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm> . Acesso em: 9 nov. 2018.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 19 de out. de 2018.

BRASIL. **Constituição de 1934**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Disponível em:< http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html> . Acesso em: 17 ago. 2018.

BRASIL**. Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. 1937. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm> . Acesso em 19 out. 2018.

BRASIL. **Decreto Nº 21.076 de 24 de fevereiro de 1932**. Dispõe sobre o Código Eleitoral. Disponível em:< http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=440250&id=14412453&idBinario=15695060&mime=application/rtf> . Acesso em 19 nov. 2018.

BRASIL. **Lei Complementar nº 150, de 1 de junho de 2015**. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis no 8.212, de 24 de julho de 1991, no 8.213, de 24 de julho de 1991, e no 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3o da Lei no 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei no 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei no 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/Lei-complementar-150-2015.htm>. Acesso em 12 de out. de 2019.

BRASIL. **Lei Federal Nº 4.380 de 21 de Agosto de 1964**. Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o Sistema Financeiro para a Aquisição da Casa Própria, cria o Banco Nacional de Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. Disponível em:<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=B96ADE7C8554300E12073B626AFA6E1E.proposicoesWebExterno2?codteor=187133&filename=LegislacaoCitada+-PL+2661/2003>. Acesso em: 19 set. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Estatuto da Cidade e Legislação Correlata. 2. ed., atual. Brasília: Senado Federal, 2002. 80p.

BRASIL. **Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Estatuto da Cidade e Legislação Correlata. 2. ed., atual. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002. 80 p.

BRASIL. **LEI Nº 11.124, DE 16 DE JUNHO DE 2005**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm> Acesso em 15 de julho de 2018.

BRASIL. **Lei Nº 11.340 de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em:< https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06>. Acesso em: 15 nov. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 6.515 de 26 de Dezembro de 1977**. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Disponível em:< http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html> . Acesso em: 19 set. 2018.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Cadernos MCidades**: Política nacional de habitação. Brasília: Ministério das Cidades, 2004.

BRITO, P. S. **Função social da propriedade, vazios urbanos e desdobramentos na política de habitação de interesse social no município de Feira Santana**. 2017. 111f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial) - Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2017.

CABRAL, F.; DÍAZ, M. Relações de gênero. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE; FUNDAÇÃO ODEBRECHT. **Cadernos afetividade e sexualidade na educação**: um novo olhar. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Rona Ltda, 1998. p. 142-150.

CAMARGO, P. L T. **Valor ambiental da cachoeira da Serrinha, Mariana-MG**. Curitiba: Appris, 2018. 129p.

CAMPOS, P. H. P. Empresariado e ditadura no Brasil: o estado atual da questão e o caso dos empreiteiros e das obras públicas. **Transversos**: Revista de História, n.12, p.335-358, 2018.

CANELLA, F.; GALLARDO, F. J. C. Mulheres e luta por moradia em Lisboa e Florianópolis. **História Oral**, v. 20, n. 2, p. 129-150, jul./dez. 2017.

CARLOS, A. F. A. **Espaço Urbano**. 2. ed. São Paulo-SP: Labur Edições/GESP, 2007. v. 1. 123p.

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano**: Novos escritos sobre a cidade. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2004. 154p.

CARLOTO, M. C. Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino. **Serviço social em Revista**, v.4, n.2, 2002.

CESAR, T. R. A. O.; PINTO, V. A. M. Relações de gênero e a Revista Brasileira de Geografia: expressões da tradição geo- gráfica nacional (1939-2005). **Geousp – Espaço e Tempo** (Online), v. 22, n. 2, p. 366-379, 2018.

CORRÊA, R. L. A. Espaço: Um Conceito - Chave. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. G. (Org.). **Geografia**: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15-47.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2004

COSTA, C. L. Estado e estratégias de reprodução do patriarcado no século XXI. In: ENANPEGE: ENCONTROA NACIONAL DA ANPEGE, 12., 2017, Porto Alegre. **Anais**... Porto Alegre, 2017. Disponível em:< http://www.enanpege.ggf.br/2017/anais/arquivos/GT%2025/1075.pdf>. Acesso em 13 de nov. de 2018.

COSTA, F. A. Mulher, trabalho e família: os impactos do trabalho na subjetividade da mulher em suas relações familiares. **Pretextos**, v.3, n.6, 2018.

COSTA, L. C; CARNEIRO, J. D. P. L. As trabalhadoras da "ITALAC alimentos" em Corumbaíba (GO): entre a emancipação e a precarização. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 140 - 153, jan. / jul. 2015.

COSTA, M. N. Transformando o patriarcado? O papel da luta feminista na reconfiguração das categorias marxistas. **Revista Transformação,** Marília, v.41, n.3, 2018.

CYFER, I. Liberalismo e Feminismo: igualdade de gênero em Corele Pateman e Martha Nussbaum**. Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 135-146, jun. 2010.

DELPHY, C. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, H. et al (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP: São Paulo, 2009. p.173–178.

DEMO, P. **Pesquisa qualitativa**. Busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 89-104, abril 1998.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Editora Lafonte, 2017. 224p.

FÁVERI, M. Desquite e divórcio: a polêmica e as Desquite e divórcio: a polêmica e as repercussões na imprensa repercussões na imprensa repercussões na imprensa. **Caderno Espaço Feminino**, v. 17, n. 01, 2007.

FERREIRA, A. R. **Programas de combate ao déficit habitacional brasileiro**. 2009. 72p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FERTRIN, R. B.; VELHO, L. M. L. S. Mulheres em construção: o papel das mulheres mutirantes na construção de casas populares. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.18, n.2 p. 585-606, 2010.

FREIRE, M. S.; SOBRINHO, V. P.; CONCEIÇÃO, G. H. A figura feminina no contexto da inquisição. **Educere et Educare – Revista de Educação**, v.1, n.1, p. 53-58, 2006.

GANDHI, A. **Sobre as correntes filosóficas dentro do movimento feminista**. São Paulo: Edições Nova Cultura, 2016. 104p.

GARCIA, C. C. **Breve História do Feminismo**. 1. ed. São Paulo: Editora Claridade, 2011. v. 1. 118p

GARCÍA, M. F. **A luta pela terra sob enfoque de Gênero**: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. 227f. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2004.

GEVEHR, D. L.; SOUZA, V. L. As mulheres e a igreja na idade média: misoginia, demonização e caça às bruxas. **Revista Acadêmica Licencia&acturas** , v. 2, n. 1, p. 113-121, 2014.

GOLDMAN, W**. Mulher, Estado e Revolução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

GOMES, M. F. C. M. Habitação e questão social - análise do caso brasileiro. **Scripta Nova - Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, v.9, n.194, 2005.

HARVEY, D. O Direito á cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

HELENE, D. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Caderno da Metrópole**, v 21, n.46, 2019.

HIRATA, H.; MARUANI, M. **Novas fronteiras da desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. 1. ed. São Paulo: Ed SENAC, 2003. 365p.

HOFF, T. S. R. Mulher, segregação urbana e redes de sociabilidade: uma alternativa de (re)ação feminina? In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 8., 2017, Santa Cruz do Sul. **Anais**...Santa
15 de julho de 2018.Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2017.

IBGE. **Censo de 2010**. Disponível em:<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 22 mar. 2018.

IBGE. **Pesquisa de rendimento de todas as fontes**. 2018. Disponível em:<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101673_informativo.pdf>. Acesso em 29 de Out. de 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua**. 2018. Disponível:< em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20911-pnad-continua-2017-realizacao-de-afazeres-domesticos-e- cuidados-de-pessoas-cresce-entre-os-homens-mas-mulheres-ainda-dedicam-quase-o- dobro-do-tempo>. Acesso em 21 de Out. de 2019.

ISIDORO, M. P. **A dinâmica comercial no bairro Luizote de Freitas**: Avenida José Fonseca e Silva. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 199p.

KUNZLER, M. L. Participação das mulheres a política representativa. In: FAZENDO GÊNERO – CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 8., 2008. **Anais**...Florianópolis: 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST29/Maria_Laci_Kunzler_29.pdf>. Acesso em 16 out. 2018.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.141p.

LIMA, C. A. F. **A participação das mulheres na elaboração da Constituição Federal de 1988**: **o Lobby do Batom**. 2016. 18 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito), Departamento de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2016.

LORENZETTI, M. S. B. **A questão habitacional no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001. 27p.

LUKÁCS, G. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem**. In: Temas de Ciências Humanas. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MACEDO, M. S. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. **Cadernos CRH**, v. 21, p. 385-399, 2008.

MACÊDO, P. C. **Jardim Célia: sonho dourado ou martírio? Segregação e exílio social "que nasceu no meio do cerrado" – Uberlândia - 2009/2014**. 2014. 110 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

MACIEL, A. P., BALTAZAR, A. P. Família sem casa e casas sem família: o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Cadernos Metrópole**, v.13, n.26, p.523-547, 2011.

MANDEI, E. Qual o significado do projeto Gorbatchev? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n.14, 1988. Disponível em:< https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451988000100007>. Acesso em 8 de nov. de 2018.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2004, Bauru. **Anais**...Bauru: USC, 2004. v. 1. p. 1-10.

MARIANO, R. Ideias e legislação sobre família na União Soviética: avanços, retrocessos e inspirações. **Revista Ártemis**, V.23, n. 1, p. 228-232, 2017.

MARICATO, E. Política urbana e de habitação social: um assunto pouco importante para o governo FHC. **Revista Praga**, São Paulo: Hucitec, v. 1, n.6, p. 67-78, 1998.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARQUES, T. C. N. **O voto feminino no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018. 146p.

MARX, K. **Crítica da Economia Política**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, K. **O capital**: **crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MEDEIROS, S. R. F. Q. BNH: outras perspectivas. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS CONRA A POBREZA E A DESIGUALDADE, I, 2010, Natal. **Anais**... Natal: UFRN, 2010. p. 1-15.

MEIRA, J. C. Conquistando o espaço urbano: atuação da ONG Ação Moradia em Uberlândia. **Revista História & Perspectivas**, v. 22, n. 41, p.235-266, 2009.

MELO, H. P.; CONSIDERA, C. M.; MONTEIRO, A. S. Os afazes domésticos contam. **Economia & sociedade**, Campinas, v. 16, n.3, 2007.

MENEZES, K. R. L.; MACHADO, A. G.; GALVÃO, A. L. V.; CORDEIRO, M. A. C. P.; SILVEIRA, M. T. CORDEIRO, M. A. C. P. Sexualidade Feminina: Como séculos de cultura opressiva ainda influenciam o imaginário feminino. In: Mostra de Extensão e Cultura e Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão da UFG, 9., 2011, Goiânia. **Anais...** Goiânia: CONPEX, 2011.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994. 80p.

MIRANDA, M. G. G. P. **O estatuto da mulher casada de 1962**. 50f. 3013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande Sul, Porto Alegre, 2013.

MONTEIRO, A. R.; VERAS, A. T. R. A questão habitacional no brasil. **Mercator**, Fortaleza, v.16, 2017.

MORAES, R. **Neoliberalismo**: de onde vem, para onde vai? São Paulo: Editora SENAC, 2001.

MORAES, R. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo: Editora SENAC, 2001.

MOREIRA, C. F.; LEME, A. A. Direito à moradia: políticas públicas nos governos fhc e lula. **Horizonte Científico** (Uberlândia), v. 5, p. 1-22, 2011.

MOURA, G. G.; SOARES, B. R. **A** periferia de Uberlândia: da sua origem até a sua expansão nos anos 1990**. Caminhos de Geografia** (UFU), v. 10, p. 22-40, 2009.

MOURA, R. G.; LOPES, P. L.; SILVEIRA, R. C. Gênero e família: a mulher brasileira chefe de família. Que mulher é esta?. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda, n. 32, p. 55-66, dez. 2016.

NASSER, C.; DIAS, R. (Com)formações do urbano: uma análise das cidades a partir do gênero. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11., 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2017.

NAVAILH, F. O modelo soviético. In: DUBY, G.; PERROT, M. **História das Mulheres**. Porto: Afrontamento, 1995.

NETTO, M. J. T. **Trabalho, Fé e Patriarcado**: as mulheres na produção socioespacial das congadas de Catalão (GO).2015. 107f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2015.

NOAL, E. B. A.; JANCZURA R. política nacional de habitação e a oferta de moradias. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 10, n. 1, p. 157 - 169, jan./jul. 2011.

NOVELLINO, M. S. F. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Caxambu, 14., 2004. **Anais**... Caxambu, v. 1, 2004.

OLIVEIRA, A. A. A. **O impacto das conferências de políticas para as mulheres nas atividades do legislativo federal**. 140f. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

OLIVEIRA, A. C. L. **A influência da convenção de Belém do Pará na prevenção da violência contra as mulheres no Brasil, Chile e Guatemala**. 68f. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2017.

OLIVEIRA, A. U. A Lógica da especulação imobiliária. **Boletim Paulista de Geografia**, n.55, 1978.

OLIVEIRA, L. P. R.; CASSAB, L. A. O movimento feminista: algumas considerações bibliográficas. In: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2014, Londrina. **Anais...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014.

OLIVIO, M. C. **Das fragilidades de viver o tempo presente: capitalismo, Patriarcado e a vigência da exploração-dominação masculina**. 2015. 123p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catariana, Florianópolis, 2015.

OTTO, C. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. **Revista de Estudos Feministas**, v.12, n.2, 2004.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Programa de Governo 2002**. Disponível em:<<https://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/eleicoes02/plano2002-lula.pdf&gt>. Acesso em 11 de novembro de 2018.

PESSÔA, V. L. S. Geografia e Pesquisa qualitativa: um olha sobre o processo investigativo. **Geo UERJ**, v.1, n.23, p.4-18, 2012.

PINHEIRO, L. J. C. O Patriarcado presente na Contemporaneidade: Contextos de Violência. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO - CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 8., 2008, Florianópolis. **Anais**...Florianópolis: Editora Mulheres, 2008. Disponível em:< http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST66/Leonardo_Jose_Cavalcanti_Pinheiro_66.pdf>. Acesso em 12 de nov. de 2018.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

PIRES, J. D. A. Visões sobre o feminino e o corpo na Idade Média. **Revista Feminismos**, v. 3, n.2, p. 14-23, 2015.

PRZEWORSKI, A. A social-democracia como fenômeno histórico. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n.15, 1988.

REIS, M. L. Estudos de Gênero na Geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e Cultura**, n.38, p. 11-34, 2015.

RIBEIRO, E. M. A política de habitação no Brasil em tempos de globalização neoliberal. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2007, São Luís. **Anais**...São Luís: UFMA, 2007.

RODRIGUES, A. M. Estatuto da Cidade: função social da cidade e da propriedade. Alguns aspectos sobre população urbana e espaço. **Cadernos Metrópole**, n.12, p.9-25, 2004.

RODRIGUES, A.; CORTÊS, I. **Os direitos das mulheres na legislação brasileira pós constituinte.** Brasília: LetrasLivres, 2006. 128p.

ROSSINI, R. E. Geografia e Gênero: Recuperando a Memória de uma Pesquisa sobre a Força de Trabalho na Agricultura Canavieira na Macro-Área de Ribeirão Preto (SP-Brasil) 1977-2008. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v.1, n.1, 2010.

ROSSINI, R. E. **Geografia e gênero**: a mulher na lavoura canavieira paulista. 1988. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular. 3ª.ed., 2013, 528p.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALES, A. A.; TORRES, I.C. História de Mulheres: o Movimento Orquídeas e sua inserção na luta por moradia em Manaus. In: SEMINÁRIO SOCIEDADE E CULTURA NA PAN-AMAZÔNIA, 3., 2018, Manaus. **Anais**...Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas - EDUA, 2018. v. 01. p. 181-193.

SALLES, M. R. R. A condição da mulher nos países socialista hoje. **Perspectivas**, São Paulo, v.3, p. 67-80, 1980.

SANTANA, J. R.; WAISSE, S. Chegada e difusão da pílula anticoncepcional no Brasil, 1962-1972: qual informação foi disponibilizada às usuárias potenciais? **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 203-218, 2016.

SANTOS, C. M. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: Absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado**. Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.89, p. 153-170, 2010.

SANTOS, C. M. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: Absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado**. Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.89, p. 153-170, 2010.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, T. M. A mulher nas constituições brasileiras. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA, 2., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SARTI, C. A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, n. 16, 2001.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.1, p.5-22, 1995.

SENNA, T. C. Zhenotdel – A seção de mulheres do partido bolchevique soviético. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 15., 2012, São Gonçalo. **Anais**...São Gonçalo: FFP/UERJ. Disponível em:<http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338413168_ARQUIVO_ArtigoAnpuh.pdf>. Acesso em 12 de nov. de 2018.

SERAFIN, R. B. F.**O sufrágio feminino no Brasil**: uma análise a partir das constituições brasileiras. 108f. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SILVA, S. M. V. A contribuição dos estudos de gênero para a compreensão da geografia do trabalho: uma pauta para discussão. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v.4, n.2, 2013.

SILVA, S. M. V. Geografia e Gênero/Geografia Feminista o que é isto? **Boletim Gaúcho de Geografia**, n. 23, 1998.

SILVA, S. V. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, n. 262, 2000.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (Org.). **A produção capitalista da Casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. 2 ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1982, p.21-36.

SIRELLI, P. M.; CRUZ, S. S. O protagonismo das mulheres na Revolução Russa dos antecedentes ao legado. **Marx e o Marxismo**, v. 5, p. 224-244, 2017.

SOARES, B. R. **Habitação e produção do espaço em Uberlândia**. 1988. 225 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

SOARES, B. R.; MOURA, G. G. Considerações sobre as políticas habitacionais brasileiras. In: ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 8., 2001, Santiago - Chile. **Anais**...Santiago - Chile: Media Graphics, 2001. v. CD-Rom. p. 65-73.

SOARES, B. R.; MOURA, G. G. Considerações sobre as políticas habitacionais brasileiras. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 8., 2011, Santiago. **Anais...** Santiago - Chile: Media Graphics, 2011. p.65-73.

SOARES, V. Movimento feminista Paradigmas e desafios. **Revista de Estudos Feministas**, n.2, p.11-24, 1994

SOARES, V. Movimento Feminista: paradigmas e desafios. **Estudos Feministas**, n.2,1994.

Socioespacial: Reflexão a partir do Conjunto Habitacional Vista Bela – Londrina,
SOUSA, L. P.; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, v.30, n.87, 2016.

SOUSA, M. A. **A ONG Ação Moradia e a zona leste do município de Uberlândia/MG: os impactos do terceiro setor na periferia**. 2016. 182f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Faculdade Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

SOUZA, A. P. As mulheres nos movimentos sociais de moradia - a cidade sob uma perspectiva de gênero. **Revista de Humanidades em Diálogo**, v.5, 2013.

SOUZA, L. A. Considerações acerca da mercadoria moradia: a questão habitacional. **Espaço em Revista**, v.18, n.2, p.67-84, 2016.

STEARTS, P. **A história das relações de gênero**. São Paulo: Editora Contexto, 2007. 256p.

TELES, M. A. A. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

TOURINHO, A. O. A influência das reformas urbanas parisienses no Rio de Janeiro dos anos 20. In: JORNADAS DE 2007, 1., 2007, Rio de Janeiro. **Anais**...Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. Disponível:<https://revistadiscenteppghis.files.wordpress.com/2009/05/adriana-tourinho-a-influencia-das-reformas-urbanas-parisienses-no-rio-de-janeiro-dos-anos-20.pdf>. Acesso em 11 de nov. de 2018.

TROTSKY, L. **A história da Revolução Russa**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017. Disponível em:< http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/530450> Acesso em 10 de nov. de 2017.

UBERLÂNDIA. **Lei Nº 9080, de 25 de outubro de 2005**. Dispõe sobre o Plano Municipal de Habitação "Tchau Aluguel" e dá outras providências. Disponível em < https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/lei-ordinaria/2005/908/9080/lei-ordinaria-n-9080-2005-dispoe-sobre-o-plano-municipal-de-habitacao-tchau-aluguel-e-da-outras-providencias> Acesso em Julho de 2018.

URSS. **A nova constituição Soviética de 1936**. Disponível em :< https://www.marxists.org/portugues/stalin/biografia/ludwig/constituicao.htm>. Acesso em 12 out. 2018.

URSS. **Constituição da república socialista federativa soviética russa**: constituição da revolução proletária de outubro de 1917. 1918. Disponível em:< http://www4.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/dpcdh/Normas_Direitos_Humanos/CONSTITUI%C3%87%C3%83O%20SOVI%C3%89TICA%20-%201919.pdf>. Acesso em: 21 out. 2018.

VALENÇA, M. M. Habitação: notas sobre a natureza de uma mercadoria peculiar. **Cadernos Metrópole**, n.9, p.165-171, 2003.

ZARIAS, A.; FERREIRA, S. L. N. G.; QUEIROZ, F. Q. Mulheres e o direito à moradia: a função social da propriedade na perspectiva de gênero. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 17., 2017, João pessoa. **Anais**... João pessoa, 2017.

APÊNDICE A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UFG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - REGIONAL CATALÃO

Plataforma Brasil

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Mulheres e política de moradias populares: o caso do Residencial Campo Alegre - Módulo Ecológico, no setor sul da cidade de Uberlândia, Minas Gerais

Pesquisador: RAPHAELLA KARLA PORTES BESERRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 95970318.0.0000.8409

Instituição Proponente: Campus Catalão

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.913.069

Apresentação do Projeto:

O projeto proposto pela pesquisadora responsável RAPHAELLA KARLA PORTES BESERRA sob orientação de Carmem Lúcia Costa, pelo Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão "tem como o objeto de estudo as mulheres do Módulo Ecológico do Residencial Campo Alegre, na cidade de Uberlândia, Minas Gerais. Trata da questão da habitação na sociedade capitalista como um questão cada vez mais emergente, em função do valor que foi conferido ao solo urbano e consequentemente à moradia – que nesse caso compreende no valor de uso e de troca. A pesquisa enfoca a luta diária e a pressão dos grupos sociais excluídos pela moradia, sobre o Estado e mostra que essa pressão, faz com que sejam criadas políticas habitacionais, como as do módulo ecológico do Residencial Campo Alegre, que por vezes são perversas – pois utilizam, por exemplo, do regime de autoconstrução que sempre tem o Estado por trás. Nessa perspectiva, o projeto busca compreender a trajetória das mulheres na luta pela moradia, levando em consideração o significado que esse espaço tem para elas, analisando como as relações com o lugar foram construídas nesse processo, e como o cotidiano delas se alteram, pensando prioritariamente as relações em seus núcleos familiares. Pesquisa documental, teórica e de campo."

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Endereço: Av Dr Lamartine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário
Bairro: LOTEAMENTO VILA CHAUD **CEP:** 75.704-020
UF: GO **Município:** CATALAO
Telefone: (64)3441-7609 **E-mail:** cep.rc.ufg@gmail.com

"Identificar e analisar as práticas espaciais das mulheres que conquistaram a casa própria, a partir da política que financiou o Módulo Ecológico do Residencial Campo Alegre no setor sul de Uberlândia, considerando que essa política de reprodução do modo de produção capitalista, mas com características emancipatórias."

Objetivos Secundários:

" - Compreender como ocorrem as políticas públicas de habitação na cidade capitalista, com o recorte na a que financiou o Módulo Ecológico do Residencial Campo Alegre.

- Analisar a luta pela moradia com ênfase nas mulheres a partir da trajetória das mesmas.

- Conhecer o perfil socioeconômico das mulheres e investigar as práticas espaciais na construção da relação com o lugar, a partir da perspectiva da tríade habitante-lugar-identidade."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

"A pesquisa pode apresentar como riscos aos (as) participantes voluntários (as),ainda que mínimos, alguns desconfortos como cansaço ou irritabilidade durante a aplicação dos questionários e entrevistas semiestruturadas, devido à quantidade de perguntas a que

serão submetidas. Caso ocorra cansaço ou irritabilidade por parte do (a) participante será acatada a seguinte providência interromper os procedimentos em qualquer etapa da pesquisa sem que haja prejuízos ou danos, pois a gravação do áudio só terá início após autorização do (a) participante e quando se sentir confortável para começar a responder.

Outro risco pode ser o constrangimento no processo de aplicação dos questionários e realização das entrevistas – como alteração da rotina e horários em conflito com outros compromissos do participante. Para minimizar este risco serão feitos contatos prévios para o agendamento das mesmas e contato anterior para o encontro e, ainda assim,ficará como opção o reagendamento da atividade de acordo com a possibilidade do participante."

O benefício "será a contribuição com a produção de conhecimentos, informações sobre a trajetória das mulheres na conquista da moradia na cidade capitalista, especialmente para estudiosos(as) de gênero. Outro benefício é a que pode ser obtida a partir da elaboração de políticas públicas na área de moradia e infraestruturas para o bairro que é o lócus da pesquisa. A relevância em registrar e divulgar os resultados obtidos é também um beneficio, sendo assim, nos comprometemos a publicar e divulgar os resultados da pesquisa em periódicos, anais de eventos acadêmicos e, também, construir um documento a ser entregue ao poder público municipal e a ONG para encaminhamentos futuros."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O intuito da pesquisa é compreender a trajetória das mulheres no processo de aquisição da

moradia no bairro São Jorge. Para tal a pesquisadora afirma ser necessário analisar a política de habitação que financiou o Modulo Ecológico do Residencial Campo Alegre, pensando como as políticas de moradias ocorrem na sociedade capitalista; compreender o papel da ONG, do Estado e dos grupos sociais excluídos na produção do espaço; a relação que as mulheres estabeleceram com o espaço no processo que teve como objetivo a conquista da moradia e de como este alterou o seu cotidiano; identificar como esse processo influenciou na organização da relação de poder estabelecida em seu núcleo familiar.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisa está instruída com os seguintes documentos:

1- PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO: gerado pela PB com todos os campos necessários devidamente preenchidos

2- orcamentook.pdf: planilha orçamentária em consonância com o projeto, embora não cite a fonte de financiamento

3- cronograma.pdf:em consonância com a brochura do projeto, contemplando mínimo de 60 dias para apreciação de um CEP

4- ANUENCIA.pdf: assinado pelo responsável pela "Ação Moradia" de Uberlândia

5- TERMODECOMPROMISSO.pdf: devidamente assinado pela pesquisadora responsável e pela orientadora

6- PROJETOFINAL.pdf:apresentado ao Programa de PósGraduação Stricto Sensu em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão como requisito obrigatório para o Seminário Interno do Mestrado

7- TCLE.pdf: redigido em acordo com a resolução 510/16

8- folhaderostook.pdf: devidamente assinado pela pesquisadora responsável e pelo chefe da UAE Geografia

Recomendações:

Ao se realizar a descrição do orçamento e o cronograma de desenvolvimento da pesquisa, o pesquisador responsável deve ter se atentar em relatar os mesmos elementos/itens na brochura do Projeto e na Plataforma Brasil, observando-se divergências neste quesito entre ambos.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Recomenda-se a aprovação do presente protocolo, salvo melhor juízo deste Comitê.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa da UFG/Regional Catalão – Universidade Federal de

UFG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - REGIONAL CATALÃO

Catalão (CEP/UFG/RC-UFCAT) considera o presente protocolo APROVADO, o mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP-UFG o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12 e Resolução CNS n. 510/16. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, previsto para 30/07/2019.

OBS.: O CEP/UFG/RC-UFCAT LEMBRA QUE QUALQUER MUDANÇA NO PROTOCOLO DEVE SER INFORMADA IMEDIATAMENTE AO CEP PARA FINS DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DA MESMA.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1169341.pdf	13/08/2018 23:07:37		Aceito
Orçamento	orcamentook.pdf	13/08/2018 23:06:39	RAPHAELLA KARLA PORTES BESERRA	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	13/08/2018 23:06:29	RAPHAELLA KARLA PORTES BESERRA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	ANUENCIA.pdf	13/08/2018 23:04:05	RAPHAELLA KARLA PORTES BESERRA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TERMODECOMPROMISSO.pdf	13/08/2018 23:03:45	RAPHAELLA KARLA PORTES BESERRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOFINAL.pdf	13/08/2018 22:48:01	RAPHAELLA KARLA PORTES BESERRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	13/08/2018 22:46:25	RAPHAELLA KARLA PORTES BESERRA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostook.pdf	13/08/2018 22:39:51	RAPHAELLA KARLA PORTES BESERRA	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

Endereço: Av Dr Lamartine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário
Bairro: LOTEAMENTO VILA CHAUD **CEP:** 75.704-020
UF: GO **Município:** CATALAO
Telefone: (64)3441-7609 **E-mail:** cep.rc.ufg@gmail.com

UFG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - REGIONAL CATALÃO

CATALAO, 24 de Setembro de 2018

Assinado por:
Adriana Freitas Neves
(Coordenador(a))

Endereço: Av Dr Lamartine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário
Bairro: LOTEAMENTO VILA CHAUD **CEP:** 75.704-020
UF: GO **Município:** CATALAO
Telefone: (64)3441-7609 **E-mail:** cep.rc.ufg@gmail.com

APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA DO TRABALHO DE CAMPO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Av. Lamartine P. Avelar, 1.120. Setor Universitário – Catalão (GO) CEP - 75704 020
Fone: (64) 3441-5331. E-mail: mestradogeografia@gmail.com

PROPOSTA DE ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Antes de conhecer o projeto, qual era a sua perspectiva de adquirir a sua casa própria?
2. Como era a sua luta cotidiana pela casa própria?
3. Como ficou sabendo projeto da Fábrica de Tijolos?
4. Como se integrou ao projeto?
5. Como foi a sua relação com a ONG na época? E atualmente?
6. Quem do seu núcleo familiar ficou a frente da construção da casa? Ou foi um processo coletivo?
7. Como foi a sua atuação na construção da casa?
8. Enquanto mulher, qual o significado dessa conquista da casa própria?
9. Qual foi o seu papel nesse processo da conquista da casa? Quais tarefas você desempenhou?
10. Considera importante ter a sua casa própria? Porque?
11. Você estava inserida no mercado de trabalho na época da construção da casa?
12. Os seus filhos já eram nascidos? Caso tenha filhos.
13. Existe à escola, creche e ao posto de saúde no Residencial Campo Alegre? Caso tenha, eles são acessíveis?
14. Você gosta do bairro onde mora? E da casa? Qual a sua relação com esses lugares?

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO NO TRABALHO DE CAMPO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Av. Lamartine P. Avelar, 1.120. Setor Universitário – Catalão (GO) CEP - 75704 020
Fone: (64) 3441-5331. E-mail: mestradogeografia@gmail.com

PROPOSTA DE ROTEIRO DE ENTREVISTA

QUESTIONÁRIO

ESTADO CIVIL:

( ) Casada ( ) Solteira ( ) Viúva ( ) Divorciada ( ) Separada ( ) União Estável

RAÇA/COR:

( ) Branca ( ) Preta ( ) Amarela ( ) Parda ( ) Indígena

ESCOLARIDADE:

( ) Não sabe ler/escrever ( ) Alfabetizado ( ) Nível Fundamental Incompleto

( ) Nível Fundamental Completo ( ) Nível Médio Incompleto

( ) Nível Médio Completo ( ) Nível Superior Incompleto ( ) Nível Superior Completo

( ) Especialização Incompleta ( ) Especialização Completa ( ) Mestrado Incompleto

( ) Mestrado Completo ( ) Doutorado Incompleto ( ) Doutorado Completo

Qual o município de origem?_____

Estado?_____

Caso seja de outro município, quanto tempo reside em Uberlândia?_____

Porque migrou para Uberlândia?_____

TEM FILHOS?

( ) Sim ( ) Não

SE SIM, QUANTOS?_____

QUANTAS PESSOAS RESIDEM NA MORADIA?

( ) 1 pessoa ( ) 2 pessoas ( ) 3 pessoas ( ) 4 pessoas ( ) 5 pessoas ou mais

ATUALMENTE ESTÁ NO MERCADO DE TRABALHO?

( ) Sim ( ) Não

PROFISSÃO:_____

RENDA

( ) 1 Salário Mínimo ( ) 2 Salários Mínimos ( ) 3 Salários Mínimos

( ) 4 Salários Mínimos ( ) 5 Salários Mínimos

POSSUI CARTEIRA ASSINADA?

( ) Sim ( ) Não

BENS DE CONSUMO, COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE

( ) Máquina de lavar roupa/tanquinho ( ) Televisão com antena comum ( ) Televisão com antena parabólica ( ) Antena por satélite/TV a cabo ( ) DVD/ ( ) Rádio ( ) Freezer ( ) Telefone ( ) Forno elétrico ( ) Fogão a gás ( ) Batedeira ( ) Liquidificador ( ) Geladeira ( ) Computador/notebook ( ) Impressora ( ) Internet ( ) Ar condicionado ( ) Smartphone ( ) Tablet ( )Outros

MEIOS DE COMUNICAÇÃO/INFORMAÇÃO

( ) Rádio ( ) Televisão ( ) Internet ( ) Jornais ( ) Revistas

( ) Outros:_____

MEIOS DE TRANSPORTE

( ) Carro próprio ( ) Motocicleta ( ) Transporte público ( ) Carona ( ) A pé

( ) Outros:_____

QUANTOS CÔMODOS TEM A CASA?

( ) 4 ( )5 ( )6 ou mais

A sua indicação para o sorteio da casa foi via ONG “Ação Moradia” ou Prefeitura Municipal de Uberlândia?

Como foi o processo de produção dos tijolos?

Como foi a sua atuação na construção da casa?

Você estava inserida no mercado de trabalho na época da construção da casa?

Os seus filhos já eram nascidos? Caso tenha filhos.

A casa atende as necessidades da família?

Você modificou algo ou a casa continua com o projeto original?

O bairro oferece uma boa infraestrutura? (água, rede de esgoto, iluminação pública, etc.)

Como é o acesso à escola, creche e ao posto de saúde?

Considera importante ter a sua casa própria? Porque?